

*Este exemplar cor-
responde ao original
a tese defendida pelo
aluno Aldenor Gomes da Silva
em 27.03.92 e orientada pelo prof.
Dr. José G. Graziano da Silva.*

Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP

200 0100

O Domínio do Processo de Trabalho na Agricultura Irrigada do Nordeste: a persistência da parceria.

Aldenor Gomes da Silva 32

Orientador:

Prof. Dr. José Graziano da Silva

Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia - UNICAMP

Campinas (SP)

março/1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

...
...
...

...
...
...

...
Ando devagar
porque já tive pressa
e levo esse sorriso
porque já chorei demais.
Todo homem ama um dia
todo mundo chora
um dia a gente chega
e no outro vai embora.
Cada um de nós
compõe a sua história
e cada ser em si
carrega o dom de ser capaz
e ser feliz.

(Almir Sather)

A
Guedes e Luzia,
que de tanto terem
apostado em mim
acabei me convencendo
de que era capaz.

em silêncio, e eu, com o coração cheio de dúvidas e
diferenças, acobertas. Foi uma decisão para que você não
chegasse ao seu estágio final. Porém, não custa lembrar
que, em 1977, eu estava em um estágio de...

A
Ana do Vale,
pelas ausências,
pelas cobranças de um
constante desdobrar-se
em companheira, esposa
e amante.

A
Ênio, Lisa e Mariana,
que com suas presenças
renovam-me o prazer de
tocar a vida.

AGRADECIMENTOS

Mesmo correndo o risco de cometer injustiças, esquecendo-me de algumas pessoas que contribuíram e influenciaram na elaboração desse trabalho, não resisto ao prazer de declinar o nome daqueles cuja participação, de diversas formas e em diferentes momentos, foi imprescindível para que essa tese chegasse ao seu estágio final. Embora óbvio, não custa relembrar que, apesar de uma convivência tão intensa que chega a por em dúvidas a individualidade desse trabalho, todos os deslizes que ele possa conter são de minha inteira responsabilidade.

Inicialmente, e por ordem de prioridade, gostaria de agradecer a orientação e espírito crítico com que o Prof. José Graziano da Silva me conduziu na elaboração dessa tese. Como, por dever do ofício, não parece novidade seu empenho e competência acadêmica, quero enfatizar sua postura de companheirismo (quase terapêutica), mesmo quando se explicitava sob forma de pressiona-me para que meus vacilos não retardassem mais o que já tinha se posto como conclusivo.

Sem a convivência e, principalmente, a reflexão teórica, em duas instâncias desse momento da minha formação acadêmica, tenho hoje a clareza de que grande parte do conteúdo e discussões a que me expus nos bancos do I.E. não teriam sido sedimentados nem se colocado, agora, como mapeadores da minha ação profissional. Estou falando da ABRA e da FECAMP. Nessas duas instâncias, durante o tempo em que permaneci na UNICAMP, convivi ora na militância ora na execução da pesquisa de irrigação no Nordeste, com Ângela Kageyama, Antônio Márcio, Bastiaan, Carlos Lorena, Carlyle, José Gomes da Silva, José Graziano, José Maria, Guedes, Maria Tereza, Biral, Mayla, Otamar de Carvalho, Paulo, Pedro Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Plínio Moraes, Rinaldo, Sônia Moraes, Vera Rodrigues e Walter Belick. Embora tenham tido um papel fundamental não saberia demarcar o campo nem o momento em que eles, de forma e intensidade diferenciadas, contribuíram para que minha formação e esse trabalho chegassem ao estágio final.

Foi muito importante ter conhecido Livramento, Chiquinho e Mário Lima, principalmente por tudo que vivenciamos no dia a dia de alunos do I.E. O mergulho nas águas então navegadas por Marx, Keynes, Kalecki, Schumpeter... teria sido muito turbulento sem as discussões, os seminários, as

interpretações conjuntas com esses três companheiros. Destaque-se o papel fundamental de Livramento que, oriunda das mesmas plagas e veterana na casa, conversávamos em "poti-guês" (misto de português com potiguares) traduzindo e interpretando o choque cultural de quem se aventura a saltar entre Escolas do pensamento econômico.

O retorno a Mossoró teria transformado a distância dos 3.500 Km num fosso intransponível se não fosse o reencontro com meus amigos Profs. Zé Victor e Olga e orientandos Carlos José e Luciara. O estímulo, a disposição a estudar o esforço para manter um grupo de estudo na ESAM fez com que se desanuviasse o caminho de volta e se reatassem os laços que levaram à conclusão dessa tese. Victor e Olga, com uma solidariedade fraternal, se dispuseram a ler e discutir as primeiras versões desse trabalho, obrigando-me a clarear o referencial teórico e aprofundar o conhecimento empírico.

Teria sido inútil todo esforço empreendido para captar a realidade empírica se não tivesse contado com a disposição e despreendimento dos agentes sociais do Baixo-Açu, em fornecer as informações tão necessárias à elaboração dessa tese. Destaque-se as inúmeras visitas, entrevistas e pedidos de informações aos técnicos da EMATER Regional e Local, principalmente junto a Das Chagas Azevedo que se constituiu no incansável informante e ponto de apoio de todo o trabalho de campo.

Aos parceiros do Baixo-Açu pela capacidade de doação e exposição de suas vidas, somos-lhes eternamente gratos e esperamos que com esse trabalho possamos contribuir com as suas lutas.

Pelo apoio logístico que nos foi dispensado durante todo o tempo desse doutoramento, gostaríamos de agradecer nas pessoas de Márcia e Cybele que abnegadamente possibilitaram com o seu dia a dia que os nossos intentos fossem atingidos.

E falando em apoio, gostaria de destacar o desempenho quase artesanal com que Carlos Alberto de Oliveira tratou toda a edição e composição gráfica dessa tese. Graças à sua habilidade no manejo da técnica da Informática e seu interesse em criar, corrigir e refazer a passagem pelo mundo do computador pareceu-nos bastante agradável.

OBRIGADO !

Fevereiro/92

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	iii
INTRODUÇÃO.....	2

CAPÍTULO I

AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL E A AGRICULTURA IRRIGADA

1.1. DO TRABALHO ARTESANAL AO TRABALHADOR DA FÁBRICA.....	16
1.1.1.0 PERÍODO MANUFATUREIRO E O CONTROLE PARCIAL DO PROCESSO DE TRABALHO.....	16
1.1.2.0 TRABALHADOR E A PERDA DE CONTROLE DO PROCESSO DE TRABALHO.....	23
1.2. O ATRASO RELATIVO DA AGRICULTURA.....	31
1.2.1. A GRANDE INDÚSTRIA: AVANÇOS NO PROCESSO DE TRABALHO.....	31
1.2.2. A AGRICULTURA E O ATRASO RELATIVO.....	36
A) Decorrente da sua base biológica.....	44
B) Decorrente das forças da natureza.....	47
1.3. A IRRIGAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO.....	51

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA IRRIGAÇÃO NA REGIÃO DO BAIXO-AÇU

2.1. O BAIXO-AÇU: A REGIÃO E A IRRIGAÇÃO.....	72
2.1.1. LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E APTIDÃO AGRÍCOLA.....	72
2.1.2. EVOLUÇÃO DA IRRIGAÇÃO NO BAIXO-AÇU.....	77
2.1.3. O Programa Sertão Novo - Irrigação.....	84
2.2. O PROJETO BAIXO-AÇU E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	88
2.2.1. BREVE HISTÓRICO DO PROJETO.....	88
2.2.2. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA.....	92
2.3. A ESTRUTURA AGRÁRIA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO BAIXO-AÇU.....	98
2.3.1. DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA.....	101
2.3.2. DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA.....	103
2.3.3. CONDIÇÃO DO PRODUTOR.....	106
2.3.4. INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.....	108
2.3.5. DISCUSSÃO DOS DADOS.....	110
2.4. TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	117

CAPÍTULO III

A PERSISTÊNCIA DA PARCERIA NA AGRICULTURA IRRIGADA

3.1. ASPECTOS GERAIS SOBRE A PARCERIA.....	138
3.2. A PERSISTÊNCIA DA PARCERIA NA AGRICULTURA IRRIGADA DO NORDESTE.....	158
3.3. TIPOS DE PARCEIROS NA REGIÃO DO BAIXO-AÇU.....	169
3.3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	169
A) Organização do Processo de Produção.....	183
B) Organização do Processo de Trabalho.....	190
C) As Razões de Utilização da Parceria.....	201
3.3.2. TIPOS MAIS COMUNS DE PARCEIROS.....	208
RESUMO E CONCLUSÕES.....	217
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA.....	245

RESUMO

O interesse maior que nos levou à realização dessa tese foi desvendar a lógica mais geral da recriação da parceria na agricultura irrigada do Nordeste, buscando entendê-la, enquanto relação de trabalho, dentro dos marcos de referência da organização do trabalho na agricultura capitalista.

Na conformação do nosso objeto de estudo tomamos como pressuposto básico que a agricultura irrigada se constitua, em geral, numa atividade altamente tecnicizada explicitando-se pelo seu caráter de exploração intensiva tanto em terra quanto em capital. Diante disso, o processo de trabalho tende a assumir formas mais evidentes de desqualificação, principalmente pelas possibilidades que métodos de irrigação apresentam à automação do trabalho. No limite, a irrigação permite, inclusive, atingir o ponto de prescindir do próprio trabalhador.

De posse desse referencial, elaboramos como hipótese central que a parceria, pelo seu caráter de transitoriedade e flexibilidade, tinha a sua presença na agricultura irrigada do Nordeste relacionada à configuração de um estágio de insuficiência das forças produtivas.

Após analisarmos as condições de ocorrência da parceria em algumas experiências de irrigação no semi-árido nordestino, nos detivemos na região do Baixo-Açu, no Estado do Rio Grande do Norte. A conclusão mais geral a que chegamos é que a parceria se impõe porque o proprietário não consegue o patamar necessário para estabelecer um processo especificamente capitalista baseado no trabalho assalariado. E que, no limite, a superação desse estágio de insuficiência das forças produtivas fica posta com a "automação informatizada".

ABSTRACT

The major concern which lent us to work out this thesis was to reveal the most general logic of the re-creation of partnership in the Brazilian Northeast irrigated agriculture, seeking to understand it, as labor relation, inside the referential marks of the labor organization in the capitalistic agriculture.

While outlining our study object we presupposed basically the irrigated agriculture being constituted, in general, as highly technique-bound activity made explicit by its intensive exploration character as of land as of capital. Facing that, the labor process tends to assume more evident forms of desqualification, chiefly due to the labor automation possibilities held by irrigation methods. In the limit, irrigation permits, inclusively to reach the point of prescindning from the laborer himself.

Taking that referential in account, we elaborated as central hypothesis that the partnership, due to its transience and flexibility, had its occurrence in to the configuration of a stage of insufficiency of the productive forces.

After we had analyzed the conditions for occurring partnership in some irrigation experiences in the Northeast semi-arid region, we focused the Baixo-Açu region, in State of Rio Grande do Norte. The most general conclusion we had drawn was that partnership imposes itself as caused by the inability of the owner to reach the necessary level of conditions to establish a specifically capitalistic process based on the waged labor. And that, in the limit, to surpass that state of insufficiency of the productive forces is necessary to go through the "computerized automation".

LISTA DE TABELAS

TABELA	PÁGINA
1. Projeto Baixo-Açu. Área de Influência do Projeto DNOCS (1979).....	93
2. Projeto Baixo-Açu. Áreas Diretamente Atingidas pelo Projeto. DNOCS (1979).....	95
3. Distribuição da Propriedade da Terra (imóveis) em 1978 e 1984 - Açu (RN).....	124
4. Medidas de Tendência Central e de Desigualdade da Distribuição da Terra em 1970 e 1984 no Município de Açu.....	125
5. Distribuição da Propriedade da Terra (imóveis) em 1978 e 1984 - Ipanguaçu.....	126
6. Medidas de Tendência Central e de Distribuição da Propriedade da Terra em 1978 e 1984 - Ipanguaçu.....	127
7. Distribuição da Posse da Terra (1975, 1985) - Açu (RN).....	128
8. Indicadores da Posse da Terra em 1975, 1980 e 1985 no Município de Açu.....	129
9. Distribuição da Posse da Terra (1975, 1980 e 1985) -Ipanguaçu (RN).....	130
10. Indicadores de Distribuição da Posse da Terra em 1975, 1980 e 1985 no Município de Ipanguaçu.....	131
11. Condição do Produtor em 1975, 1980 e 1985, no Município de Açu (RN).....	132
12. Condição do Produtor em 1975, 1980 e 1985 no Município de Ipanguaçu (RN).....	133
13. Indicadores de Modernização Agrícola em 1975, 1980 e 1985 no Município de Açu (RN).....	134
14. Indicadores de Modernização Agrícola em 1975, 1980 e 1985 no Município de Ipanguaçu (RN).....	135
15. Número de Transações de Compra e Venda por Estrato de Área - Município de Ipanguaçu-1967/87.....	136
16. Principais Empresas Capitalistas do Tipo I: Área Irrigada, Sistemas de Irrigação e Tipos de Culturas - Baixo-Açu, 1991.....	172

17. Empresas Capitalistas do Tipo II: Área Irrigada por Administração Direta do Proprietário e com Parceria e Sistemas de Irrigação - Baixo-Açu, 1991.....	178
18. Frequência de Visita dos Proprietários Não-Residentes na Propriedade - Baixo-Açu, 1991.....	181
19. Tomada de Decisão no Processo Produtivo - Baixo-Açu, 1991.....	184
20. Condições Oferecidas pelo Proprietário, no Contrato de Parceria - Baixo-Açu, 1991.....	188
21. Sistemas de Irrigação utilizados pelo Parceiro - Baixo-Açu, 1991.....	189
22. Origem dos Parceiros - Baixo-Açu, 1991.....	192
23. Condição Anterior do Parceiro - Baixo-Açu, 1991.....	192
24. Origem da Renda dos Parceiros - Baixo-Açu, 1991.....	193
25. Composição da Mão-de-Obra do Parceiro - Baixo-Açu, 1991.....	195

de intensificação do capital no campo, ao apresentar como sendo
o resultado da produtividade, em vez de ser o contrário.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo principal analisar a dinâmica da produção
agrícola em função da intensificação do capital no campo.

Para isso, vamos considerar a produção agrícola como um processo
de transformação de fatores de produção em produtos finais.

Assim, a produção agrícola pode ser representada por uma função
de produção que relaciona os fatores de produção com a produção final.

Essa função de produção pode ser escrita da seguinte forma:

onde Y é a produção final, K o capital, L o trabalho e E a terra.

Assim, a produção agrícola é determinada pela combinação dos
fatores de produção K , L e E .

Essa função de produção pode ser escrita da seguinte forma:

onde Y é a produção final, K o capital, L o trabalho e E a terra.

Assim, a produção agrícola é determinada pela combinação dos
fatores de produção K , L e E .

INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura capitalista pode, num esforço extremo de síntese, ser entendido como uma via de intensificação do capital no campo. Ao penetrar nesse setor específico da produção, o capital procura superar as barreiras que se lhes antepõe ao seu pleno desenvolvimento. Essa dominação do capital no processo de produção agrícola dar-se através da introdução dos progressos tecnológicos, dirigidos especificamente no sentido da subordinação da agricultura à sua lógica de acumulação. Ao se dispor a superar as barreiras inerentes às especificidades da produção agrícola, o capital, via progresso técnico, acaba como que fabricando novas bases para o desenvolvimento da produção. Dentre essas novas bases, destacamos aquelas dirigidas para superar os entraves decorrentes das forças da natureza, como a irrigação e drenagem.

A forma de transformação das condições normais da natureza na atividade irrigada pode evoluir do mais rudimentar processo de suprir artificialmente o solo da umidade necessária ao pleno desenvolvimento das plantas, até a utilização de sistemas de irrigação que possibilitem o controle indireto do processo produtivo via domínio do processo de trabalho. Esse meio

de controlar a produção se constitui, basicamente, na conquista de formas de eliminação da interferência do irrigante, que assume cada vez mais um mero papel de mediador do processo produtivo pois, desprovido de qualquer qualificação, é reduzido à mera função de vigia do funcionamento de um conjunto de máquina e equipamentos. O desdobramento desse processo de "automação do trabalho", entendido segundo o referencial de análise marxista, aponta para um estágio superior da evolução tecnológica, caracterizada pela introdução de mecanismos informatizados no processo produtivo que convencionamos chamar de "automação informatizada". Nessa fase haverá uma crescente redução da necessidade de trabalho vivo até o seu limite de prescindir da presença física do trabalhador em geral.

Essa referência à informatização do processo produtivo é feita para enfatizar que, muito mais do que um sistema automático, é a explicitação da última fase do processo de modernização, denominada de industrialização da agricultura. Como sabemos, esse estágio tem como característica básica a conformação de um padrão produtivo em bases técnicas elevadas, e irreversíveis, suplantando a simples função de compradora de insumos às indústrias à montante e fornecedora de matérias-primas à agroindústria processadora, à jusante da agricultura. É fundamental na caracterização dessa fase de industrialização a constatação de que a agricultura se assemelha cada vez mais ao processo de produção industrial que, através do avanço das forças produtivas, concomitantemente às mudanças das relações de produção, cria possibilidades de libertar a produção dos

condicionantes impostos pelo progressivo domínio das forças da natureza.

Com esse referencial, assumimos como pressuposto para nossas análises, que a atividade irrigada, relativamente aos processos produtivos que lhes são semelhantes, realiza-se via utilização de práticas agrícolas que implicam num uso intensivo do capital.

O estudo da irrigação nos vales úmidos da região semi-árida do Nordeste brasileiro tem sido sempre referido a um espaço geográfico onde se pratica uma agricultura moderna ou que caminha para modernização. Isso se deve a constatação de que nos principais vales úmidos do semi-árido nordestino se localizam empreendimentos de agricultura irrigada, de caráter público ou privado, todos eles contando, em alguma fase (ou em todas) da sua implantação, com os favorecimentos do Estado através da inversão do dinheiro público. O importante é que todas essas experiências têm se caracterizado como tentativas de se introduzir um elevado padrão tecnológico na produção agrícola daquela região. Sem dúvida, a agricultura irrigada tem se constituído na alternativa de uma segura exploração agrícola diversificada no interior da zona semi-árida nordestina.

Esse novo patamar tecnológico tem viabilizado a exploração de produtos "nobres" que apresentam fácil aceitação nos mercados, mais desenvolvidos do Centro-Sul do país e nos mercados internacionais. Na conformação do modus operandi

dessa produção moderna há, por um lado, o crescente aumento da participação do consumo intermediário no valor bruto da produção, o que aponta para o nível de complexidade que assume a base técnica da produção pelo freqüente uso de insumos químicos, físicos e biológicos; por outro lado, no tocante à organização do processo de trabalho há uma predominância de relações do tipo assalariamento (permanente e/ou temporário), enquadrando-se à lógica mais geral de explorações tipicamente capitalistas.

A consolidação desse entendimento da irrigação como uma forma específica de viabilização de uma agricultura moderna no semi-árido nordestino tomou, contudo, o sentido de uma verdade absoluta a ponto de lhe ser atribuída uma força transformadora particular. Essa concepção atribuía à irrigação uma capacidade de transformação da estrutura produtiva de forma autônoma, viabilizando o aparecimento de modernas relações de produção e, principalmente, implicando num conjunto de exigências técnicas, culminando com a completa eliminação de relações de produção atrasadas.

Nesse sentido, autores que têm estudado recentemente a parceria na agricultura irrigada do Nordeste, como por exemplo Carvalho (1988), Ramos de Souza et alii (1987) e Maffei et alii (1986), não conseguiram entender a presença da parceria em experiências concretas da irrigação pública e privada e passam a falar em "recriação" de relações atrasadas de produção, atreladas a uma conjuntura específica de viabilização de uma agricultura moderna no semi-árido nordestino. Ora, esse entendimento da

parceria como uma relação atrasada em si, (pré-capitalista, obsoleta, estranha ao capital) possibilitou a que se buscasse explicações para sua presença, nessa conjuntura de impactos modernizantes, como a recomposição da forma conservadora de regulação econômica do capital comercial e das relações sociais de produção atrasadas no campo.

Tendo presente esse referencial, nosso estudo procurou descaracterizar a alusão à parceria como uma forma anacrônica de relação de produção e buscou entendê-la dentro da lógica mais geral do capital de controlar indiretamente o processo de produção via domínio do processo de trabalho. Fomos induzidos a esse procedimento por duas razões básicas: primeiro, porque aquele pressuposto não se sustentava ao ser confrontado com as experiências de irrigação no semi-árido nordestino. A parceria manifestou-se em todo espectro da agricultura irrigada do Nordeste, associada aos mais diferentes estágios de desenvolvimento da base técnica da agricultura ou da evolução das forças produtivas locais; em segundo lugar, porque, no nosso entendimento, a parceria se constitui numa forma particular de organização do trabalho na agricultura capitalista porque, como sabemos, a forma mais geral e específica da organização do trabalho no sistema capitalista é o trabalho assalariado. Daí, porque, adotamos como um dos questionamentos centrais do nosso trabalho o desvendamento do por que o proprietário utiliza a parceria e não o trabalho assalariado? Como as respostas mais freqüentes a esse questionamento não nos satisfaziam, por estarem sempre referidas a uma possível alternativa entre o

assalariamento e a parceria que na prática não se concretizava, enveredamos pelo caminho da investigação da caracterização das diferentes formas da parceria e seus respectivos conteúdos, com especificidade para agricultura irrigada do Nordeste.

Da análise de diferentes projetos de irrigação públicos e privados na zona semi-árida do Nordeste, nos detivemos no projeto Baixo-Açu buscando o aprofundamento das razões da presença da parceria na agricultura irrigada. Esse projeto está situado no Rio Grande do Norte, na região do Baixo-Açu onde, a partir da segunda metade dos anos oitenta, vem ocorrendo uma série de transformações na base técnica da produção agrícola irrigada, apontando para generalização de um moderno padrão produtivo capitalista semelhante ao que ocorre em outros espaços agrícolas irrigados do Nordeste. E por se tratar de uma região em franco processo de transformação, no que se refere ao avanço da agricultura irrigada, a elegemos como locus ideal para responder a indagação do por que o parceiro não se tornava assalariado? Essa era a questão nova que se adicionava ao estudo da parceria, com especificidade para agricultura irrigada do Nordeste, orquestrada, principalmente, pelo trabalho de Otamar de Carvalho (1988). Para esse autor a irrigação seria a responsável pela introdução de técnicas de produção intensivas no semi-árido nordestino, instalando uma economia baseada no trabalho assalariado. A persistência da parceria, no entender daquele autor, caracterizava portanto a presença de estrangulamentos que impediam o avanço das forças produtivas. Como não estava sendo essa a conjuntura mais geral na qual se desenvolvia a

agricultura irrigada do Nordeste, procuramos descobrir as especificidades no desenvolvimento das forças produtivas que explicassem a permanência da parceria atrelada a uma realidade de agricultura irrigada moderna.

A nossa trajetória para realização desse trabalho está exposta em três capítulos e uma parte final de resumo e conclusões, que passaremos a comentar.

No primeiro capítulo, de cunho mais teórico, procuramos, inicialmente, caracterizar as transformações porque passa o processo de trabalho na sua trajetória de subordinação ao capital. Essa trajetória pode ser exemplificada pela caracterização de um continuum que vai do trabalho camponês, que executa movimentos livres os quais requerem habilidade e destreza do trabalhador, até a constituição final do trabalho assalariado, indiferenciado e desqualificado. Num segundo momento, especificamos como se dá essa fase, da trajetória de dominação do modo de produção capitalista, na agricultura e de como o atraso relativo desse setor, por especificidades inerentes ao processo de produção agrícola, é resolvido pelo capital ao atingir a fase de grande indústria. E, finalmente, buscamos resgatar as transformações no processo de trabalho que a irrigação, através dos seus diferentes métodos, consegue transferir à produção agrícola, ao perseguir insistente e constantemente o pleno controle sobre a produção via domínio do processo de trabalho. Esse intento se concretiza através da evolução dos métodos de irrigação que cada vez mais tentam se

livrar da "interferência do irrigante" no manejo do sistema e criam condições de um manejo automatizado que, no limite, prescinde até da presença do trabalhador.

No segundo capítulo, realizamos uma caracterização da região e do projeto Baixo-Açu, com destaque para os municípios situados na área de influência do projeto. Com essa caracterização procuramos realçar a rápida evolução da agricultura irrigada na região e seus reflexos sobre a organização da produção e do trabalho no interior das unidades produtivas. Centramos nossa preocupação na busca de elementos que nos possibilitassem uma clara percepção do padrão da produção irrigada predominante na região e o sentido das transformações por que passavam as relações de trabalho tentando delimitar o quadro de utilização da mão-de-obra local no qual buscamos o entendimento, ao nível de detalhamento, da relação de parceria.

No terceiro capítulo, fizemos um aprofundamento sobre a parceria nos seus mais diferentes aspectos. Iniciamos com uma revisão da literatura especializada sobre o tema que nos possibilitou a delimitação de um quadro geral dessa forma de organização do processo de trabalho. Foi fundamental a busca de auxílio nos trabalhos clássicos sobre a parceria, que teve como marco inicial a polêmica travada em torno da existência ou não de restos feudais na agricultura brasileira, destacando-se apenas nessa polêmica a visão crítica de Caio Prado Júnior. O trabalho do Prof. Antônio Cândido Mello e Souza foi também bastante balizador na busca de entendimento da relação da parceria, cujo

resgate da história de vida dos "Parceiros do Rio Bonito" nos induziu enxergar dimensões novas dessa categoria de análise, tais como a transitoriedade e a autonomia da ação do parceiro. A partir desses autores, e da passagem por tantos outros (Verena Stolcke, Maria Rita Loureiro, Cesar Barreira, Graziano da Silva...) formalizamos nosso entendimento da parceria como uma forma particular de organização do trabalho, bem como sintetizamos as razões clássicas, apontadas na literatura, como explicadoras da adoção da parceria.

Ainda nesse terceiro capítulo, fizemos uma retrospectiva de situações concretas que atestam a presença da parceria na agricultura irrigada, através do resgate de estudos nos perímetros públicos e/ou privados do Nordeste. Estes estudos são utilizados, principalmente, para descaracterizar o entendimento da parceria como uma forma atrasada, obsoleta, ou de assalariado disfarçado. O grande número de projetos de irrigação no semi-árido nordestino tem apresentado uma diversidade de padrões tecnológicos na execução de suas atividades produtivas, estando a parceria associada às mais diferentes situações, combinada aos mais variados métodos de irrigação. Isso, longe de transferir à parceria o estigma de uma relação atrasada, realça sua característica de flexibilidade capaz de se amoldar a situações tecnologicamente diversas e até antagônicas.

Num terceiro momento desse terceiro capítulo fizemos a exposição detalhada do processo de organização da produção dos

tipos mais comuns de parceiros do Baixo-Açu. Através de uma descrição pormenorizada das unidades produtivas que adotam parceria, destacamos a relação que existe entre a ocorrência da parceria com métodos de irrigação, onde constatamos uma estreita associação entre essa relação de trabalho com métodos de irrigação por superfície (sulcos ou inundação). Também privilegiamos o detalhamento da organização do processo de produção e do processo de trabalho, dando-se ênfase às razões que levam à adoção da parceria e, do lado dos parceiros, resgatar os motivos que os levam a resistir ao assalariamento na agricultura irrigada.

Finalmente, no resumo e conclusões, são resgatadas as conclusões mais gerais e específicas que, de certa forma, já tinham sido enunciadas no corpo do trabalho. Inicialmente, fazemos um resgate da conclusão de um trabalho anterior o qual nos permitia caracterizar a parceria como uma forma de transição para o trabalho assalariado e como forma flexível de remuneração do trabalho. E ao fazermos esse resgate, explicitamos os diferentes conteúdos que assume a forma parceria (parceiro "sócio-menor", parceiro-administrador e parceiro-empregado) cuja variação guarda estreita relação com o grau de autonomia de que dispõe o parceiro na organização dos processos de produção e de trabalho. Com esse referencial partimos para análise de situações concretas, nas quais encontramos a forma parceria com diferentes conteúdos, procurando detectar uma razão mais geral que explicasse a lógica da permanência da parceria, associada a uma agricultura realizada em bases tecnologicamente avançadas, como a

atividade irrigada.

A conclusão mais geral a que chegamos é que a parceria na agricultura irrigada do Nordeste está relacionada à um estágio de insuficiência das forças produtivas entendida quer no sentido mais amplo das relações sociais de produção, quer no seu sentido mais restrito da base técnica das unidades produtivas. Isso quer dizer que a sua ocorrência é inversamente proporcional à possibilidade do capitalista estabelecer um patamar técnico e/ou administrativo capaz de exercer um controle indireto sobre a produção, via domínio do processo de trabalho. E isso, na agricultura irrigada, é bastante explicitado na medida em que ela, por si só, não consegue revolucionar o processo de trabalho tornando-o homogêneo, padronizado, repetitivo - automatizado. Em assim sendo, cria-se o espaço para se reproduzir aquele trabalhador que, em alguns aspectos da sua atividade, ainda requer certa habilidade no manejo do sistema. Isso foi o que convenciamos chamar "necessidade do trabalho artesanal do camponês", pela dessemelhança do seu "que fazer" com as tarefas executadas pelo trabalhador "autômato". Diante disso, fica posta a possibilidade de desaparecimento das razões de reinvenção da parceria quando esse desenvolvimento das forças produtivas for superado. Só que essa superação tem de ser no sentido da implantação de uma base técnica que possibilite ao proprietário o controle indireto do processo de trabalho, retirando do trabalhador qualquer possibilidade de interferência nesse processo.

No caso específico da parceria no Baixo-Açu, não nos causou surpresa o fato de ter sido a insuficiência de recursos financeiros o principal fator explicativo da grande ocorrência da parceria em empreendimentos irrigados pesquisados. O nosso maior interesse era, partindo dessa constatação, desvendar razões outras que ficavam camufladas diante da evidência da falta de recursos financeiros. Com isso pudemos detectar que, por trás dessa razão mais geral para permanência da parceria, havia a necessidade de garantir a posse da terra por proprietários absenteístas ou pelo desinteresse de uso produtivo da terra. Mesmo diante de políticas que poderiam amenizar a falta de recursos financeiros - como por exemplo a distribuição de kit de irrigação - a parceria se reproduzia nas mesmas bases.

A ausência de mercado de trabalho estruturado nas unidades produtivas que compuseram a amostra, no Baixo-Açu, apresentou uma característica bastante específica. Além de extrapolar os limites de uma necessidade numérica, a presença da parceria decorrente da ausência de mercado de trabalho, estava mais relacionada ao estágio do desenvolvimento da base técnica da produção do que mesmo à quantidade ou mesmo qualidade da mão-de-obra disponível. Quer dizer, faltava uma base técnica ou administrativa que possibilitasse ao proprietário o controle indireto da produção. Falta um trabalhador interessado, comprometido com a produção e não se tem meios de transformar o trabalhador disponível naquele que se necessitava.

Finalmente, ficou bastante explicitado no estudo dos

tipos de parceiros do Baixo-Açu a resistência que eles apresentam ao assalariamento. De uma aparente questão de maior remuneração ou mesmo de segurança de um posto de trabalho, ela evolui para um processo de resistência à descaracterização da sua concepção de trabalho enquanto exercício de movimentos livres e criativos. Ele se rebela contra uma disciplina de trabalho, contra uma especialização de atividades, contra uma fiscalização de ações, enfim, ele resiste a um processo de trabalho padronizado.

E, como palavras finais dessa parte introdutória, gostaríamos de registrar que esse trabalho é um aprofundamento da pesquisa "A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste", realizada por professores e pesquisadores do Instituto de Economia da UNICAMP, sob a coordenação do Prof. José Graziano da Silva, financiada pelo convênio PRONI/FECAMP. Participei da elaboração e desenvolvimento dessa pesquisa, na qualidade de pesquisador da FECAMP, tendo me concentrado mais na realização da parte referente ao relatório parcial "O Significado da Parceria na Agricultura Irrigada do Nordeste". Nesse relatório procuramos explicar as razões da presença da parceria nos projetos de irrigação, através de estudo de campo realizados nos perímetros irrigados de Pirapora (MG), São Gonçalo (PB), Juazeiro (BA)- Petrolina (PE) e Baixo-Açu (RN). Como trabalhamos especificamente o tema da parceria, resolvemos aprofundar as conclusões desse estudo na região do Baixo-Açu. Para tanto, realizamos estudos de campo para atualização e aprofundamento de alguns dados que estão referenciados no corpo do trabalho. A pesquisa-mãe foi realizada no período de 1986/88, e os trabalhos de campo realizados em

... e fatores humanos, sociais e ambientais, a partir de...

... e a importância da irrigação para a produção agrícola...

... insufla as transformações na organização da produção. Contudo,

CAPÍTULO I

AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL E A AGRICULTURA IRRIGADA

... a irrigação é uma das principais técnicas utilizadas para a produção agrícola...

... a irrigação é uma das principais técnicas utilizadas para a produção agrícola...

1.1. DO TRABALHO ARTESANAL AO TRABALHADOR DA FÁBRICA

1.1.1. O PERÍODO MANUFATUREIRO E O CONTROLE PARCIAL DO PROCESSO DE TRABALHO

O desenvolvimento do capital mercantil estimula a produção de mercadorias, a divisão social do trabalho e impulsiona transformações na organização da produção. Contudo, essas transformações mostraram-se incapazes de revolucionar a base técnica daquele momento da produção mercantil, restringindo-se, apenas, à transformação de parte do excedente de valores de uso em mercadorias. Isso, por sua vez, acarretou uma crescente dependência dos produtores em relação à troca, conseqüentemente um impulso à divisão social do trabalho e o aparecimento de mercados mais amplos. A necessidade de especialização da produção daí advinda traz como conseqüência o aparecimento de unidades econômicas heterogêneas em contraposição às antigas unidades que realizavam uma diversidade de atividades econômicas.

Como, porém, o estímulo à expansão das atividades comerciais deu-se exogenamente ao processo de organização da produção, ele implicou na constituição de núcleos urbanos de trabalho artesanal onde se concentravam os mestres artesãos e seus aprendizes sem que se desenvolvessem qualquer estratégia de interdependência econômica entre os ofícios. Como bem sintetiza

Oliveira (1977:9) "A independência dos produtores constitui cada vez mais, barreira à ampliação da troca e dos mercados. Sua superação exige a transformação e subordinação da esfera produtiva ao capital mercantil." E essa subordinação só se deu a custa do estabelecimento de mecanismos que rompessem com a resistência das corporações de ofício que, para se defenderem, estabeleciam medidas protecionistas ao ingresso de novos mestres artesãos. E por isso, "o capital mercantil para expandir-se foi obrigado a deixar de ser simples 'editor' da produção artesanal e camponesa, subordinando o artesão urbano e estendendo a revolução industrial ao campo (putting-out). Mais ainda, foi compelido a romper a dimensão local dos mercados, sentando as bases do mercado mundial, de que é elemento fundamental o antigo sistema colonial" (Oliveira, 1977:9). Contudo, é bom lembrar que apesar dessa caracterização de subordinação do pequeno produtor ao comerciante¹, do qual o sistema putting-out é o mais legítimo representante, onde o comerciante evoluía de simples comprador a também fornecedor de matéria-prima e meios de produção ao mestre artesão, não se configurava ainda, aí, um processo de revolução na base técnica da produção artesanal.

O período manufatureiro, que se constitui no primeiro período do moderno regime de produção, ao se estabelecer transmite ao processo de produção artesanal alterações que afetam

1. "Foi o comerciante quem se tornou o chefe da oficina moderna, não o antigo mestre das corporações. Em quase todos os lugares, houve uma luta encarniçada entre a manufatura e os artesãos" (Marx, 1982:129).

diretamente a produtividade do trabalho. Essas alterações são de duas ordens: primeiro, através de uma crescente especialização de atividades que antes eram executadas conjuntamente. O exemplo mais característico dessa etapa se configura na produção dos instrumentos de produção por setores específicos, independentes, deixando aos artesãos as tarefas relacionadas apenas com a fabricação do seu produto; a segunda alteração, de ocorrência simultânea, trata-se da transformação de trabalhadores, até então independentes, em executores de tarefas parciais do processo produtivo. Isto leva à constituição de um corpo coletivo² de trabalho, onde cada trabalhador passa a ser parte integrante, combinando diversos ofícios dentro de uma mesma unidade de produção. "O trabalhador coletivo possui agora todas as propriedades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e ao mesmo tempo as despense de maneira mais econômica, empregando

2. A cooperação é "a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produções diferentes, mas conexos" (Marx, 1983:259). "é possível distinguir duas formas de cooperação. A cooperação simples, onde os trabalhadores fazem as mesmas tarefas apenas se ajudando mutuamente; e a cooperação baseada na divisão do trabalho (que aparece na manufatura) onde os trabalhadores executam tarefas diferentes mas que se encadeiam e complementam" (Graziano da Silva, 1981:39). Partindo do conceito de cooperação, Marx formula o conceito de trabalhador coletivo, ao qual dará status especial no processo de valorização do capital. Em outras passagens da caracterização da manufatura ele volta a insistir na importância desta para criação de uma nova força produtiva - a força coletiva, que suplanta, inclusive, o caráter da parcelização e da especialização de atividades na manufatura. Senão vejamos: "Uma manufatura consistia muito mais na reunião de vários trabalhadores e ofícios num único local, uma instalação às ordens de um capital, do que na fragmentação dos trabalhos e na adaptação de um operário especial a uma tarefa muito simples." (Marx, 1982:129) Ou ainda: "...a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa." (Marx, 1983:259).

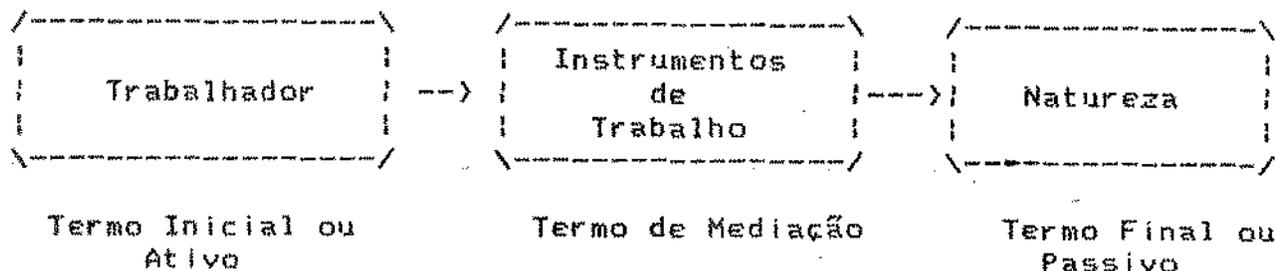
todos os seus órgãos, individualizados em trabalhadores ou grupos de trabalhadores determinados, exclusivamente para suas funções específicas. A unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro trabalhador coletivo." (Marx, 1983:275).

A simultaneidade de ocorrência da especialização de atividades e parcelização de tarefas terá como elo de interseção o fato de que a parcelização se constitui numa condição para a especialização de ferramentas. Nas palavras de Marx (1984:270): "Mas tão logo as diversas operações de um processo de trabalho se dissociam e cada operação adquire na mão do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e portanto exclusiva, tornam-se necessárias modificações nas ferramentas anteriormente utilizadas para fins diferentes." E o que é mais importante, é que essas alterações atuam no processo produtivo manufatureiro, no sentido de reduzir o valor da força de trabalho, na medida em que diminui sua qualificação e aumenta a produtividade do trabalho. Oliveira (1977:16) recoloca esta questão, ao confrontar o progresso da manufatura frente ao trabalho, nos seguintes termos: "A divisão técnica do trabalho parcela as tarefas desqualificando o trabalho, pois o trabalho especializado da manufatura exige menor qualificação e aprendizado do que o trabalho do artesanato. Esta desqualificação do trabalho representa redução do valor da força de trabalho, e uma vez mais a manufatura aparece como meio de incrementar o trabalho excedente." Esta colocação, contudo, pode levar a interpretações equivocadas se não devidamente clarificada. Embora seja verdade que a manufatura represente um

avanco em relação ao artesanato, pois além de se constituir numa forma mais evoluída da divisão do trabalho e suscitar outras alterações no processo de trabalho, essas alterações se mostraram insuficientes para adequação dessa forma de produção ao pleno domínio do capital. Senão vejamos a partir da abordagem de Marx (1984:13): "Na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador" (Grifos de A.G.S.). Isto quer dizer que o trabalhador, mesmo com a parcelização, não perdeu o domínio do trabalho, cabendo-lhe, ainda, o comando do processo. Sua habilidade e destreza continuam dando o ritmo de trabalho o que, em síntese, dá ao trabalhador, através de suas potencialidades, a regulação da divisão técnica do trabalho.

A característica fundamental desse período de produção, analisado sob o ponto de vista do processo de trabalho, é a identificação do instrumento de trabalho como o termo de mediação entre o trabalho e a natureza. O ordenamento desse processo apresenta o trabalho como o ponto de partida, o ponto inicial de um processo técnico. A ação que leva o trabalhador a usar um instrumento parte de uma consciência, de uma ciência, que o sujeito possui acerca do processo produtivo e de suas características. O conhecimento que o homem tem do mundo e da possibilidade de uma ação sobre ele é que o impulsiona a agir sobre a natureza. O instrumento de trabalho se resume a um prolongamento dos órgãos naturais do trabalhador, animado por

ele, assim como são animados seus membros. O conhecimento e a atividade consciente estão no trabalhador e a atividade mecânica no instrumento de trabalho. Há, portanto, um peso muito grande das qualificações, especificações e destreza do trabalhador.³ Esse ordenamento pode ser assim esquematizado:



A grande constatação contida nesse ordenamento é que o trabalho subordina-se ao capital apenas formalmente, na medida em que o capital ainda não se apropriou realmente do processo produtivo. A dinâmica do processo de trabalho, o ritmo de produção continua nas mãos do trabalhador. Isso traz como implicação a insuficiência do período manufatureiro de extração de mais-valia relativa, embora as condições para tal estejam dadas, na medida em os trabalhadores ainda têm a capacidade de definirem o tempo de trabalho socialmente necessário à produção e limitarem, portanto, o grau de produtividade do trabalho. Belluzzo (1980:95) ilustra bem essa questão, ao analisar as condições de reprodução das relações capitalistas sobre bases que não lhes são próprias. Assim coloca: "Nesse caso, o trabalho está submetido apenas formalmente ao capital no sentido de que não se

³ Esta discussão tomou como base Napoleoni (1981:86-95).

efetuiu uma mudança essencial na forma e na maneira real do processo de trabalho, do processo real de produção, e a produção de mais-valia só pode ser conseguida predominantemente através da extensão da jornada de trabalho, sob a forma de mais-valia absoluta."

Por se constituir num sistema produtivo de estreita base técnica, a manufatura não consegue minar as bases de formas de produção que lhe antecederam e "vê-se ilhada em alguns ramos da produção, em meio ao artesanato e ao putting-out, que não somente sobrevivem a ela, como são permanentemente por ela recriados. (...) E de fato, nesse período, na esfera produtiva não diferenciou-se ainda um departamento produtor de meios de produção. E mais, os instrumentos de produção serão produzidos de forma artesanal, e não pela manufatura" (Oliveira, 1977:21 e 26). E ainda, como consequência de seus limites técnicos, a manufatura terá de conviver com métodos de violência extra-econômica para coagir os trabalhadores a prolongar sua jornada de trabalho, já que senta as suas bases na extração da mais-valia absoluta. E para tanto, recorre a um arcabouço legal do Estado que regula o trabalho, subordinando-o às necessidades do capital, aguçando o poder de resistência dos trabalhadores. Nas palavras de Marx (1983:288): "Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores."

E por fim, dadas as barreiras ao incremento da produtividade do trabalho, principalmente porque os meios de produção e grande parte dos meios de subsistência são produzidos de forma artesanal, a manufatura esbarra nos seus próprios limites de acumulação ampliada de capital e de subordinação e reprodução da classe trabalhadora. Isso implica em que, nesse período, o capital constante cresce muito lentamente em relação ao capital variável, o que transfere à manufatura a sua incapacidade de regular seu próprio mercado de trabalho, por não poder compatibilizar uma reserva de trabalhadores provenientes da proletarianização dos produtores às exigências mínimas de qualificação dos mesmos.

1.1.2. O TRABALHADOR E A PERDA DE CONTROLE DO PROCESSO DE TRABALHO

As limitações colocadas pelo período manufatureiro à expansão do capital serão superadas através de profundas alterações na organização da produção que se processarão com a introdução da maquinaria no processo produtivo capitalista. Neste momento histórico, pós Revolução Industrial (1760-1820), criam-se as bases técnicas adequadas à plena expansão do capital, concretizando-se as possibilidades da generalização da produção industrial. As especificidades que assume esse período produtivo, no qual a indústria mecanizada é hegemônica, imprimirão significativas modificações no processo de trabalho, fruto da revolução que aí se opera, ao serem superadas as amarras à

valorização do capital e ao explicitar-se o movimento pleno da acumulação capitalista. é bom frisar que a grande transformação desse período não se constitui na instalação da máquina, haja visto que ela precede ao período manufatureiro, mas o fato de que o surgimento da indústria mecanizada, agora, está no bojo do processo de revolução da base técnica do regime de produção, cujas condições foram gestadas no período manufatureiro. Nas palavras de Marx (1984:14), "A produção mecanizada ergueu-se portanto de maneira natural sobre uma base material que lhe era inadequada. Em certo grau de desenvolvimento ela teve de revolucionar essa base inicialmente encontrada pronta e depois aperfeiçoada em sua antiga forma e criar para si nova base, correspondente a seu próprio modo de produção." E é exatamente sobre a natureza e profundidade dessa revolução da base técnica sobre o processo de trabalho, naquela etapa da consolidação do modo capitalista de produção, que nos ocuparemos de resgatar.

Segundo Marx, é a partir da máquina-ferramenta que se origina a revolução industrial do século XVIII. E essa revolução se dá, inicialmente, através da superação da limitação da capacidade física do operário, própria da manufatura. A máquina, "ao substituir o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, (...) exige um mecanismo motor mais volumoso, e esse mecanismo, para superar sua própria resistência, precisa de uma força motriz mais possante do que a força humana." (Marx, 1984:10). E ao ser duplamente substituído, tanto no manejo da

ferramenta quanto na força motriz da máquina, o trabalhador é reduzido à simples função de vigia da máquina. Mas, por outro lado, essa nova função aumenta a produtividade do trabalho (por características inerentes à própria máquina que potencia a força produtiva do trabalho, conseqüentemente reduzindo-lhe o valor, e promovendo a substituição do trabalho vivo por trabalho objetivado) fazendo com que a máquina se constitua num poderoso instrumento de extração de mais-valia relativa.

viruosidade A superação da limitação imposta pela capacidade física do operário pela máquina no período da grande indústria, além do caráter quantitativo, traz no seu bojo uma transformação qualitativa de grande monta. O trabalhador ao ser reduzido a atuar "apenas como força motriz de uma máquina-ferramenta, torna-se casual a força motriz revestir-se de músculos humanos e o vento, a água, o vapor, etc., podem tomar seu lugar" (Marx, 1984:10). Com isso, fica posta a possibilidade do "surgimento de cooperação de máquinas semelhantes e do sistema de maquinaria. A cooperação simples de trabalhadores aparece agora tanto como cooperação de máquinas que executam todas as mesmas operações, quanto como combinação de diferentes máquinas, rompendo-se o princípio subjetivo da divisão do trabalho" (Oliveira, 1977:35).

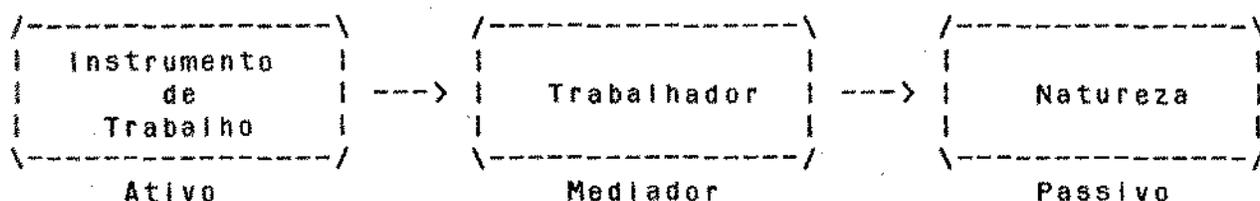
Embora a constituição do sistema de máquinas na fábrica tenha avançado bastante com a superação do princípio subjetivo da divisão do trabalho, permaneceu uma grande limitação: a produção das máquinas. Por ter sido herdada da manufatura a base técnica de fabricação das máquinas mostra, rapidamente, seus limites,

constituindo-se numa barreira ao processo de valorização do capital. Torna-se incompatível o uso progressivo de máquinas nos diversos ramos produtivos com a produção manufatureira destas, cuja base técnica dependia da habilidade e destreza dos trabalhadores. Parafraseando Marx (1984:15 e 16), "a grande indústria esteve manietada em seu desenvolvimento enquanto seu meio de produção característico, a própria máquina, devia sua existência à força pessoal e à habilidade pessoal dependendo portanto do desenvolvimento muscular, da agudeza do olhar e da viruosidade da mão com que o trabalhador parcial na manufatura e o artesão fora dela conduziam seu instrumento anão. (...) A grande indústria teve, portanto, de apropriar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina." Rompiam-se, assim, os entraves ao processo de valorização do capital, possibilitando ainda mais sua produção em escala ampliada e se estabelecia a base técnica adequada ao pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A superação de elementos subjetivos torna-se a tônica dominante na caracterização do período de produção sob o domínio da máquina. "O revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho" (Marx, 1984:7). Com isso, o entendimento do arcabouço lógico da produção mecanizada fica na dependência do desenvolvimento das alterações por que passam os meios de trabalho ao serem metamorfoseados de ferramenta em máquina. A partir daí, e de interesse central para o nosso estudo, procuraremos entender qual o papel que a força de

trabalho passa a ter na nova conformação da produção capitalista, plenamente constituída, tendo claro sua posição marginal, de apêndice do meio de produção.

Ao assumir como elemento dominante o processo produtivo, o capital passa a transferir uma série de transformações ao processo de trabalho, é o momento em que, por não se contentar mais com a estrutura técnica que encontra historicamente, o capital imprime diversas metamorfoses ao processo produtivo, até atingir a fase da grande maquinaria ou sistema automático de máquinas. Essa grande modificação pode ser assim esquematizada com base em Napoleoni (1981:86-95):



Caracteriza-se, assim, uma grande inversão na relação natural entre o trabalhador e o instrumento. Esse agora passa a ser o pólo ativo, o termo inicial do processo, cuja atuação sobre o objeto, sobre a natureza é mediado pelo trabalhador, que passa a figurar como mero vigia da ação da máquina, evitando-lhe as interrupções. Belluzzo (1980:95) ilustra bem esta questão quando chama a atenção para o fato de que embora "seja característica comum a toda produção capitalista a submissão do trabalhador às suas próprias condições de trabalho como capital, esta inversão

só adquire uma expressão tecnicamente tangível com o advento da maquinaria." Desse modo, é bom enfatizar, torna-se imprópria a denominação de instrumento de trabalho aplicada à máquina, na medida em que é a ação do trabalhador que se torna instrumento da ação do instrumento de trabalho.

Como características fundamentais desse novo ordenamento do processo de trabalho podemos citar:

a) Coisificação do Trabalhador - o trabalho não é mais o ponto de partida da relação técnica com a natureza, mas coisificado na posição de mediação do processo produtivo, animado por uma coisa, à qual se encontra subordinado. A habilidade e força que o operário transferia aos instrumentos no pré-máquina agora são assumidos pela máquina, como se as leis mecânicas lhes transferissem alma própria reduzindo a ação do trabalho a uma simples abstração de atividade.

b) Desqualificação do Trabalhador - por ter sido reduzido a uma mera posição intermediária não conta mais a necessidade de qualificação do trabalho humano, cujas especificidades e qualificações que se façam necessárias no processo produtivo lhes serão transferidas pela máquina. É ela "que imprime sobre o trabalho do operário as qualificações que não são mais provenientes das exigências da estrutura, da

natureza dessa coisa que é a máquina" (Napoleoni, 1981:90).

c) Expropriação do Saber - como o conhecimento das leis da natureza que governa o processo tecnológico permanece no início do processo técnico e como o sujeito que produz não é mais o ponto de partida mas, sim, a máquina, a própria ciência é colocada nela estando, portanto, fora do domínio do trabalhador. Dessa forma, o trabalhador e o conhecimento estão separados. A ciência se situa fora da subjetividade de quem trabalha mas, dentro de uma coisa, no próprio processo de trabalho.

Com isso, o trabalho subordina-se de forma real ao capital pois, desprovido de qualquer qualificação, reduzem-se-lhe as possibilidades para exercer qualquer outra função que não seja servir à máquina. E isso transferirá ao processo produtivo uma capacidade de automação, podendo-se mudar o trabalhador de uma máquina para outra sem interromper o processo de trabalho, que sob o comando da máquina, os trabalhadores se reduzem a complementos vivos de um mecanismo morto. "No lugar da hierarquia de operários especializados que caracteriza a manufatura, surge, por isso, na fábrica automática, a tendência à igualação ou nivelção dos trabalhos, que os auxiliares da maquinaria precisam executar; no lugar das diferenças artificialmente criadas entre trabalhadores parciais, surgem, de modo preponderante, as diferenças naturais de idade e sexo" (Marx, 1984:41).

Em resumo, esse é o momento de ruptura do processo de evolução do "trabalho camponês ao trabalho industrial". O domínio

pleno da máquina no processo produtivo se constitui no marco diferencial dessa ruptura. Isso, na concepção marxista (Marx, 1985:216-225), implicou no rompimento da unidade entre o trabalhador e o conhecimento, entre o trabalhador e a ciência, na medida em que esse conhecimento, através do avanço tecnológico, não é mais "necessário" existir previamente no trabalhador, tendo em vista que ele passa a ser repassado para a máquina. "Com a produção mecanizada constituindo um processo tipicamente capitalista, esta separação torna-se, expressa-se, mesmo materialmente, de forma real no próprio processo de trabalho. A máquina aparece como materialização do capital, como elemento estranho e hostil ao operário, separado dele" (Oliveira, 1977:29).

1.2. O ATRASO RELATIVO DA AGRICULTURA

1.2.1. A GRANDE INDÚSTRIA: AVANÇOS NO PROCESSO DE TRABALHO

O período da grande indústria, no qual o modo capitalista de produção está plenamente desenvolvido, se constitui numa síntese das transformações no processo de trabalho no seu percurso de subordinação ao capital, ocorridas ao longo da passagem do período artesanal à manufatura e desta à maquinaria. Historicamente, estas transformações correspondem às revoluções ocorridas nas condições objetivas do trabalho, desde a adoção da cooperação simples⁴, na qual se cria uma força social coletiva do trabalho que potencia a capacidade individual, até atingir o sistema automático de máquinas, que nada mais é que a cooperação de máquinas ferramentas baseadas na divisão do trabalho. Aqui, no sistema automático, o trabalho subsumido de forma real ao capital atinge seu objetivo central enquanto processo de valorização. Isso implica que o capital já está de posse das condições concretas que levam a uma crescente intensificação do trabalho e

4. "A transformação que torna cooperativo o processo de trabalho é a primeira que esse processo experimentou ao subordinar-se ao capital. É bem verdade que a cooperação no processo de trabalho existe desde o início da História dos homens. A cooperação capitalista pressupõe, entretanto, a compra e venda da força de trabalho e o comando dos meios de produção e de subsistência do trabalhador por algo que lhe é antagônico, qual seja o capital" (Graziano da Silva, 1981:39).

tem um relativo e progressivo poder para eliminar os possíveis entraves que o processo de trabalho possa apresentar às suas pretensões de criação de valor em escala ampliada.

É partindo do princípio de que o processo de trabalho é ao mesmo tempo processo de valorização do capital, que desde quando a produção se realizava nos moldes da cooperação simples, o trabalho vem progressivamente sendo subordinado aos ditames do capital. Salm (1980:64) chama a atenção de que apesar da cooperação não ser exclusividade do capitalismo lhe é específica a capacidade de tornar "coletivo o trabalho possível de ser realizado de forma independente e é só por esse fato que se apropriou gratuitamente das vantagens gerais da cooperação". E dentre essas vantagens temos, na cooperação simples, a criação de uma nova força produtiva - a força coletiva, que, nas palavras de Marx (1983:259), não se trata apenas do aumento da força produtiva individual "mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas." E da cooperação complexa baseada na divisão do trabalho, apropria-se das vantagens de ter uma redução nos poros da jornada de trabalho, na medida em que as diversas etapas do processo podem ser realizadas ininterruptamente, tornando o processo mais denso e aumentando com isso a produtividade do trabalho.

No momento da constituição dessa força coletiva são gestadas as condições para o desenvolvimento de forças produtivas através da crescente divisão do trabalho. E ao se adotar essa estratégia - a divisão do trabalho - o processo produtivo

manufatureiro assumirá uma nova dinâmica que terá como base: a) o aumento da destreza dos trabalhadores; b) o melhor aproveitamento do tempo; e c) o uso de maquinaria adaptada à tarefa que se realiza. Isso imprimirá ao processo produtivo um incremento da produtividade do trabalho por haver aí uma diferenciação de ferramentas, evitando-se o desperdício de tempo que ocorria no artesanato, e uma especialização dos trabalhadores, o que os torna trabalhadores parciais. Esse incremento de produtividade é entendido, portanto, como a capacidade que tem os trabalhadores de produzirem um maior volume de bens numa mesma jornada de trabalho. Como esse maior volume se processa fundamentalmente em termos de valor, daí, "a quantidade total de valor produzida é a mesma, mas reduz-se o valor da força de trabalho, na medida em que se reduz o valor das mercadorias que representam a subsistência dos trabalhadores" (Salm, 1980:67).

A grande revolução ocorrerá na passagem da manufatura à grande indústria, pois dar-se-á a concretização do processo de subordinação real do trabalho ao capital. Nessa transição haverá uma eliminação da divisão do trabalho que ainda dependia da habilidade, destreza e da capacidade física do trabalhador no manuseio de sua ferramenta. "É a máquina-ferramenta que permite libertar o processo de trabalho dos seus condicionantes naturais relacionados com a arte, a habilidade manual e a perspicácia do próprio homem" (Graziano da Silva, 1981:42). Esta atividade e demais vantagens herdadas da cooperação baseada na divisão do trabalho, passam a ser transferidas para o sistema de máquinas. Assim, rompe o capital com as limitações à sua rentabilidade e

acumulação, que lhes eram impostas por um processo produtivo baseado, ainda, na habilidade e destreza do trabalhador.

O desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas vai estar sempre associado a uma busca incessante de elevar a capacidade produtiva do trabalho. Mas, como já abordamos e pela impossibilidade de se prolongar indefinidamente a jornada de trabalho, a intensificação do trabalho só será conseguida via produção de mais-valia relativa. Daí porque o capital foi se apropriando de todas aquelas circunstâncias - como a cooperação, a divisão do trabalho e a maquinaria - que possibilitassem o aumento do produto da jornada individual do trabalho, ou ainda, utilizando essas circunstâncias na redução dos poros da jornada de trabalho, o que, relativamente, e com esse entendimento, a ampliava.

Essa questão reveste-se de maior importância quando Marx (1985:190), ao tratar da transferência de valor para os produtos, procura desvendar a diferença entre tempo de produção⁵ e tempo de trabalho nos seguintes termos: "O valor, portanto, também o mais valor, não é igual ao tempo que dura a fase de produção, senão ao tempo de trabalho - tanto o objetivado como o vivo - empregado durante essa fase produtiva. Só o tempo de

5. Para Marx (1983a:179), "O tempo de produção do capital adiantado constitui-se de dois períodos: um período em que o capital se encontra no processo de trabalho; um segundo período em que sua forma de existência - a de produto inacabado - é entregue à ação de processos naturais, sem se encontrar no processo de trabalho."

trabalho vivo - e precisamente na proporção em que é empregado relativamente ao objetivado - pode criar mais valor porque [cria] mais tempo de trabalho." Em assim sendo, o capital terá como missão central fazer coincidir o tempo de trabalho com o tempo de produção, já que, fora dessa coincidência, existirá um excesso de tempo de produção - período de não-trabalho - que, por não criar nem valor nem mais-valia, deverá, no limite, ser eliminado; e isso será perseguido através do uso intensivo do progresso técnico. Mas o que nos interessa discutir, no momento, é o fato de que ao fazer coincidir os tempos de produção e de trabalho, como ocorre em algumas indústrias⁶, cria-se, automaticamente, a possibilidade de se reduzir o tempo de produção através de uma maior intensificação do trabalho num dado espaço de tempo e mais ainda, como nos lembra Graziano da Silva (1981:49), "o período de produção pôde ser decomposto em várias tarefas independentes, o que tornou viável executá-las simultaneamente." Uma decorrência dessa constatação, de vital importância à lógica de acumulação do capital, é o fato de se terem criadas condições para uma redução no período de rotação de capital, ao se ter o controle da duração do tempo de produção nos moldes aqui discutido. E esta é uma questão de suma importância para o capital, tendo em vista que para a realização do valor contido numa mercadoria é condição necessária que ela seja colocada em circulação como mercadoria acabada,

6. "Em algumas indústrias, como a produção automobilística e a mineração, estes períodos - tempo de produção e tempo de trabalho - quase que completamente se superpõem." (Mann & Dickinson, 10).

possibilitando a conversão da forma capital-mercadoria em capital-dinheiro. Como afirma Marx (1983a:173): "Não só o valor da força de trabalho despendida, mas também mais-valia é constantemente transferida durante o processo de trabalho ao produto, mas a um produto não acabado, que ainda não tem a configuração de mercadoria acabada e que, portanto, ainda não é capaz de circular."

Sabemos que, por definição, o tempo de rotação do capital é igual à soma de seu tempo de produção e seu tempo de circulação; com isso, fica determinado que no tempo de rotação está implícito, também, a realização do capital circulante. Daí ser do interesse do capital a progressiva redução do tempo de rotação, de forma que com o mesmo capital ele possa repetir o mesmo ciclo e, por ser apropriada em cada ciclo, a mais-valia será maior. Além do que, uma redução no tempo de produção tende a acelerar a rotação do capital e garantir uma taxa de lucro mais elevada. Essa segunda estratégia se apresenta para o capitalista como mais atrativa, na medida em que ele tem mais autonomia no controle direto do tempo de produção.

1.2.2. A AGRICULTURA E O ATRASO RELATIVO

Ao se reportar ao caso específico da produção agrícola, com referência a diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho, afirma Marx (1985:190): "Tem-se afirmado por isto, com

razão, que partindo deste ponto de vista a agricultura, por exemplo, é menos produtiva (a produtividade se refere aqui à produção de valores) que outras indústrias." E em assim falando, Marx nos faz lembrar que não é regra geral para os diversos ramos de produção essa possibilidade de se superpor o tempo de produção e o tempo de trabalho. Há setores produtivos em que esse hiato se apresenta de difícil superação. Esse é o caso específico da agricultura que, por se reger com base em condições naturais, apresenta um tempo de produção intercortado por períodos de não-trabalho, geralmente combinando uma maior duração do período de trabalho e uma grande diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção. E, continua Marx (1985:190), "esta interrupção, dentro da fase produtiva, implica, portanto, que a agricultura nunca pode ser a esfera com a qual começa o capital, de onde este inaugura sua sede originária." É bom que se esclareça desde já que, por hipótese alguma, essa colocação de Marx pode justificar o entendimento de que ele não acreditava na possibilidade do capital se desenvolver na agricultura⁷. Sua visão histórica do desenvolvimento do modo capitalista de produção, e diante das adversidades que se apresentavam para o desenvolvimento da

7. Esta é uma discussão que não tem mais lugar nos marcos da economia marxista. O debate que daí se desenvolveu foi bastante relevante com a produção de uma vasta documentação referente à penetração e desenvolvimento do capital na agricultura em diversas experiências históricas. Entre os autores clássicos marxistas destacam-se os trabalhos de Kautsky (1972) e Lênin (1980) que acumularam conhecimentos nas análises da modernização da agricultura à luz das experiências da Inglaterra e Alemanha (Kautsky) e Estados Unidos (Lênin). Esses autores, embora reconhecendo as dificuldades que a agricultura apresentava para o desenvolvimento do capitalismo, não foram além de enfatizar o seu caráter tardio.

agricultura frente às favoráveis condições de desenvolvimento da indústria, o autorizava a pensar a agricultura enquanto um setor subordinado que se desenvolveria a reboque da indústria. O que estava posto naquele momento, e diante do estágio de desenvolvimento do progresso técnico, era que a agricultura apresentava, além da propriedade privada, particularidades técnicas específicas que a descaracterizavam enquanto ponto de partida do capital. Tentemos clarificar melhor essas questões.

Por se constituir num setor da produção econômica bastante específico e diferenciado dos demais setores de produção, a agricultura se integra à lógica do capital também segundo processos específicos. Primeiramente citamos o fato de que na agricultura dar-se uma rotação mais lenta do capital empregado no processo agrícola comparativamente a outros setores, por exemplo, industriais. Isso acontece pelo fato de que na agricultura há uma descontinuidade "natural" do processo produtivo, quer por interrupção do processo de trabalho dentro do período de produção, quer entre períodos decorrentes do calendário agrícola. Isso traz como consequência um maior período de imobilização de capital quando empregado na produção agrícola, comparativamente aos setores de produção contínua onde se verifica uma mais rápida rotação de capital. É bom não perder de vista o caráter de não-liquidez intermediária do capital no processo produtivo, com exceção apenas no sub-setor pecuário, implicando na impossibilidade de retorno do capital de giro em qualquer fase do processo produtivo. Ou, dizendo de outra forma, na agricultura, enquanto a produção for prescrita por

determinadas condições naturais, não pode, via redução do tempo de trabalho, reduzir concomitantemente o tempo de produção, visto que são condições externas que fixam esse tempo de produção. Isso a torna duplamente não atrativa à aplicação do capital por:

- a) apresentar um maior período de rotação; e
- b) exigir um maior adiantamento do capital circulante.

Vejam, de forma sucinta, como essas condições se apresentam como barreiras à penetração do capital na agricultura. Lembramos, mais uma vez, que a introdução do progresso técnico na agricultura é dirigida, especificamente, para superar as limitações que o capital encontra para seu desenvolvimento; ou seja, para eliminar as especificidades da agricultura que se colocam como barreiras à penetração do capital. Nesse sentido, ganha destaque o caso da "propriedade privada da terra, que permite a seu dono apropriar-se de uma grande parte da mais-valia extorquida aos trabalhadores - a renda da terra⁸ - reduzindo assim a taxa de lucro do capital"⁹ (Graziano da Silva, 1981:28).

8. Em Marx (1985a:126) Renda Fundiária é entendida como uma soma em dinheiro fixada contratualmente, que o capitalista-arrendatário paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo por ele explorado, em prazo determinado, pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção. É, no dizer de Marx: "...a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza."

9. "Evidentemente, isso não ocorre apenas quando existe uma classe de proprietários fundiários distinta da dos arrendatários capitalistas mas, até onde isso não aconteça, pelo fato de o futuro proprietário precisar desembolsar uma certa quantia de dinheiro para entrar de posse da terra, o que limita o montante de recursos financeiros próprios que terá para investir produtivamente na mesma" (Graziano da Silva, 1981:28).

A existência da propriedade fundiária como uma forma histórica específica que se metamorfoseou sob ação do modo capitalista de produção, recebe bastante ênfase na análise de Marx da subordinação da agricultura ao capital. Isso é parte importante dos seus pressupostos de que o capitalismo se desenvolve a partir de uma estrutura econômico-social que o antecede historicamente, transformando-a do seu interior, de modo a reproduzir uma estrutura de produção que atenda aos seus interesses de acumulação e realização. Isso é o mesmo que dizer que as antigas formas de propriedade, como a propriedade feudal ou a pequena economia camponesa de subsistência, foram transformadas, sob ação do capital, na moderna propriedade fundiária capitalista. "Tanto por sua natureza como historicamente, o capital é o criador da moderna propriedade da terra, da renda da terra; por onde sua ação se apresenta a si mesmo como dissolução da velha forma da propriedade da terra. A nova surge por consequência da ação do capital sobre a velha. O capital - considerado sob certo aspecto - é o fundador da agricultura moderna" (Marx, 1986:217).

Nesse mesmo sentido, Wanderley (1979:22) procura dar realce à nova expressão que assume no capitalismo a propriedade fundiária, referente à realização econômica do direito sobre a terra, o que vem a constituir-se na renda fundiária capitalista. Assim: "Ao 'penetrar' na agricultura, o capital encontra uma classe que por razões históricas (modos de produção anteriores), detém o monopólio sobre a terra. Essa classe não será o agente do

capital, mas pela sua posição social - de proprietário da terra, elemento essencial para que se realize a produção agrícola - está em condições de impor certas exigências para que o capital possa ser investido no setor. Ela não participa do processo produtivo, que coloca face a face o proprietário do capital (meios de produção) e o vendedor da força de trabalho, mas se apropria de parte da mais-valia produzida nesse processo, pelo fato de dispor de um título jurídico sobre a terra. A parte de mais-valia que revém ao proprietário, pelo seu título de propriedade, é a renda fundiária capitalista." Com essa abordagem, a autora explicita o seu entendimento da renda fundiária capitalista como "uma apropriação em segunda mão" de parte da mais-valia que o capital se apropria "em primeira mão", que é produzida pelo trabalhador no processo produtivo no qual o proprietário da terra não interfere.

Contudo, do montante que é apropriado pelo proprietário da terra é feita distinção do que deve ser considerada renda propriamente dita. Isto é colocado pelo fato de que comumente considera-se como renda fundiária a tudo que é pago em forma de dinheiro pelo arrendatário ao dono da terra. E aí misturam-se juros do capital ou benfeitorias já incorporadas ao solo à renda fundiária propriamente dita. Vejamos, inicialmente, como trata Marx (1985a:126 e 130) do que não se constitui em renda fundiária, apesar de transferida ao proprietário da terra pelo arrendatário. "Os juros pelo capital incorporado à terra e as melhorias que ela assim recebe como instrumento de produção podem constituir parte da renda que é paga pelo arrendatário ao dono da

terra, mas não constituem a renda fundiária propriamente dita, que é paga pelo uso do solo enquanto tal, quer ele se encontre em estado natural, quer seja cultivado." E mais à frente, ao fazer menção ao fato de que, em determinadas condições, o pagamento ao proprietário da terra poderá avançar sobre o lucro médio ou até o que viria a ser o salário do produtor direto, assim se expressa: "Essa parte do lucro ou do salário assume aqui a figura da renda fundiária, porque ao invés de, como seria normal, recair para o capitalista industrial ou para o assalariado, é paga em forma de dinheiro de arrendamento ao proprietário da terra. Economicamente falando, nem uma parte nem a outra constituem renda fundiária; mas na prática constitui o rendimento do proprietário da terra uma valorização econômica de seu monopólio, exatamente do mesmo modo que a verdadeira renda fundiária, influenciando sobre o preço da terra de maneira tão determinante quanto a renda."

Com referência ao que representa renda fundiária propriamente dita - do montante que o proprietário, a título de proprietário, recebe do arrendatário - Lenz (1983:45) faz a seguinte leitura: "Segundo Marx, toda renda fundiária é mais-valia, produto de trabalho excedente, constituindo-se sempre em sobra acima do lucro." E é esse sobrelucro que, por especificidade da agricultura, tende a assumir um caráter permanente - não sendo absorvido pela concorrência entre capitais - que se transforma em renda fundiária sendo apropriada pelo proprietário da terra. Segundo Graziano da Silva (1981:8), essa especificidade se constitui numa barreira "constituída pela propriedade privada da terra, a qual configura uma situação de

monopólio desse meio de produção pelos seus detentores a classe dos proprietários rurais." Esse monopólio, nos lembra Kageyama (1988:2), "tem dois aspectos distintos: como objeto de exploração e como objeto de direito de propriedade (...) É deste duplo caráter do monopólio da terra que derivam os dois tipos de renda da terra, a diferencial e a absoluta."

A renda diferencial decorre do caráter que assume o monopólio das terras que apresentam condições excepcionais de produção. Essas condições excepcionais podem dever-se à fertilidade, localização ou melhorias incorporadas às terras, algo que lhes assegurem a obtenção de um lucro extraordinário superior ao lucro médio. Além dessas condições excepcionais não poderem ser produzidas pelo capital, a manutenção desse lucro suplementar está também ligada à existência da propriedade fundiária, ao "direito" de monopólio que exercem apenas alguns poucos indivíduos sobre certos trechos do globo terrestre, podendo, a seu critério, permitirem ou não a sua utilização produtiva. Portanto, a transformação do sobrelucro em renda fundiária está na dependência do direito privado de propriedade exercida por alguns poucos, o que caracteriza a renda absoluta.

Kageyama (1988:05) chama a atenção que é exatamente através da renda absoluta que se explicita a contradição entre a propriedade privada da terra e o capital, na medida em que ela "é ao mesmo tempo expressão da propriedade privada da terra e do atraso relativo da agricultura em relação aos outros setores da economia, atraso que se expressa numa composição orgânica do

capital mais baixa que a composição média. Este atraso está relacionado, de um lado, às dificuldades colocadas pela própria existência da propriedade privada para o desenvolvimento do capitalismo no campo; de outro lado, aos problemas gerados pelo próprio capital para se apropriar e subordinar um meio de produção natural - a terra, e colocá-la a serviço de sua lógica e fim."

Evidentemente que não é apenas a propriedade da terra que se apresenta como empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Joga, também, um peso significativo o domínio das forças da natureza, cujos limites levam o capital a reduzir seu controle apenas a discipliná-los ou ajustá-los aos seus interesses. Daí porque torna-se missão básica do capital, através do progresso técnico, o domínio progressivo das forças da natureza para galgar cada vez mais a intensificação da produção agrícola.

As barreiras específicas da agricultura ao pleno desenvolvimento do capital podem ser agrupadas no seguinte corte:

A) Decorrente da sua base biológica

Talvez a característica que mais diferencia a produção agrícola dos demais setores produtivos seja exatamente a sua base biológica. São seres vivos, animais e plantas, que antes de tudo são regidos pelas leis naturais da vida: nascem, crescem, reproduzem-se e morrem. Esse condicionamento biológico coloca

barreiras à intervenção do capital que muitas vezes fica reduzida, apenas, a uma aceleração ou antecipação de etapas de desenvolvimento, mas sem afetar sua natureza básica de seres vivos. Kageyama e Graziano da Silva (1982:18) lembram "que mesmo quando o capital 'fabrica' plantas e animais de acordo com as suas necessidades, através da introdução de inovações biológicas, continua a depender da Natureza para o seu processo de reprodução. Quer dizer, os processos continuam a ser biológicos." *ora, está arando, ora plantando, ora pesando herbicida.*" E po.

A natureza biológica do setor agrícola transfere ao processo produtivo algumas especificidades que podem ser agrupadas em dois pontos específicos:

a) Interdependência das partes do processo produtivo como um todo

Essa característica impossibilita a produção paralela das várias partes de um ciclo produtivo, por elas estarem imbricadas numa certa conexão inevitável entre as diferentes tarefas. Isso torna o processo produtivo no setor agrícola extremamente oposto ao realizado no setor industrial, principalmente pelos limites que se colocam à parcelização das atividades que compõem o processo de produção. Pelo caráter de continuidade que assume, por mais avançado que seja, o ciclo produtivo não permite estágios avançados de divisão do trabalho por não comportar a especialização do trabalhador em tarefas específicas; quando muito se racionaliza a distribuição dos tempos de trabalho e da produção ao longo do ano. Em experiências

efetuadas com sistemas de produção de arroz nas Filipinas (Kageyama e Graziano da Silva, 1982:19) foram realizados plantios defasados ao longo do ano de forma a serem obtidas diferentes operações simultaneamente. Apesar de apresentarem vantagens quanto a níveis mais elevados de divisão do trabalho, não possibilitaram uma especialização do trabalho, já que não houve parcelização de atividade e sim rodízios: "o trabalhador braçal ora está usando a enxada, ora a foice, ora o facão; o tratorista ora está arando, ora plantando, ora passando herbicida." E por apresentarem limitações de escala de produção tais experiências não comportam níveis elevados de mecanização.

b) Dissociação entre o período de produção e o tempo de trabalho

A dependência do ciclo produtivo de processos biológicos impõe um período de produção mais ou menos rígido, apresentando poros entre os tempos de trabalho que correspondem a tempos de não-trabalho humano, durante os quais o capital fica imobilizado se constituindo num desperdício por não lhe estar sendo agregado valor-trabalho. Isso coloca a produção agrícola em franca desvantagem frente ao setor industrial. Neste, o progresso tecnológico atua, com bastante eficiência, na eliminação da parte do tempo de produção que excede o tempo de trabalho, além do encurtamento daquele pela parcelização e simultaneidade das tarefas produtivas. Como resultado lógico dessa estratégia temos uma redução no período de rotação do capital.

No setor agrícola, ao contrário, pode ocorrer, inclusive, que a atuação do progresso técnico em algumas tarefas

produtivas pode até aumentar os tempos de não-trabalho ao se tomar o ciclo produtivo como um todo. A mecanização da agricultura, por exemplo, "não modifica necessariamente o tempo de produção de uma dada mercadoria, e como reduz o tempo de trabalho, acaba por aumentar o tempo de não-trabalho." (Graziano da Silva, 1981:33)

Essa descontinuidade do período de produção, por conter tempos de "trabalho morto", transfere ao processo produtivo uma série de desperdícios ao interromper, nesses tempos de não-trabalho, o uso de parte do capital fixo (animais de trabalho, aparelhos e máquinas) "já que a cessão de valor ao produto se calcula não conforme o tempo em que o capital fixo está em funcionamento, mas conforme o tempo em que perde valor" (Marx, 1983a:181).

De uma maneira geral, essa característica traz como desvantagem à aplicação de capital no setor agrícola uma maior extensão do período em que o capital fica imobilizado, o que implica numa menor velocidade de rotação desse capital e uma menor taxa de lucro obtida.

B) Decorrente das forças da natureza

As forças da natureza condicionam e determinam o processo de produção agrícola, de cuja realização em condições mínimas exigidas passam a se constituir em entraves ao desenvolvimento normal da atividade agrícola. Muitos desses

entraves podem ser resolvidos pela tecnologia, como por exemplo, a irrigação, drenagem, adubação, etc. mas permanecem outros, principalmente associados a problemas de escala. Comparativamente ao processo de produção na indústria esse condicionamento da agricultura é bastante significativo. Ali é possível se produzir em condições climáticas e/ou atmosféricas fabricadas ou reduzir ao mínimo os efeitos dessas condições na produção. Na agricultura a fabricação da natureza ainda é um desafio, quando muito ela fica limitada por problemas de escala de produção. Como bem explicam Kageyama e Graziano da Silva (1982:24), "até mesmo à mecanização de uma atividade isolada na agricultura é mais difícil porque aí é a máquina que tem que se adaptar ao meio e não ao contrário, como acontece na indústria."

De uma maneira geral, essas especificidades da agricultura são responsáveis pelo caráter tardio da penetração do capital no campo. Ou dito de outra forma, elas explicam o desenvolvimento capitalista no campo de forma mais lenta por não ter sido a agricultura sua sede originária. Historicamente, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, propriamente dito, iniciou-se com a separação entre a cidade e o campo, entre a agricultura e a manufatura, o que levou a um aprofundamento de divisão social do trabalho. Essa separação entre agricultura e manufatura constitui-se no ponto de largada do caminho percorrido pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista até atingir a fase de grande indústria, na qual vai-se recompor aquela união agricultura-indústria, agora, em novas bases técnicas sob domínio da indústria. Daí porque, ao se resgatar as transformações que

ocorreram na passagem das fases de manufatura para grande indústria procuramos sempre enfatizar a importância das transformações qualitativas que aí ocorreram, o que implicou em priorizarmos o processo de subordinação do trabalho ao capital por entendermos que o estudo do processo de trabalho constitui-se no rio condutor do desenvolvimento capitalista.

"Mas, se é o aprofundamento da divisão social do trabalho, em função do desenvolvimento da própria sociedade, que impõe a separação entre cidade e campo, quais seriam as razões que levam a uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria?" Pergunta Graziano da Silva (1981:47), ao que ele mesmo responde, sintetizando colocações de K. Marx: "A nova síntese é da própria 'fabricação da natureza', isto é, a reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola." Esse processo deu-se através da apropriação da terra pelo capital que se manifesta via superação das barreiras impostas pela natureza à produção agropecuária. A aplicação de técnicas de irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes, etc., não é outra senão a manifestação dessa apropriação pelo capital que possibilita a reprodução das terras que necessita. Para tanto, é mister que se conceba que essa agricultura acontecerá com uma base tecnológica mais elevada, a qual corresponde um patamar superior de relações de produção¹⁰. E a esse processo de desenvolvimento irreversível das forças produtivas no campo, como

10. Vale lembrar que o entendimento que temos é que o desenvolvimento das forças produtivas se faz concomitantemente com a mudança das relações de produção.

decorrência do desenvolvimento do próprio capitalismo será entendido como a industrialização da agricultura. Essa fase é assim denominada porque o processo de produção agrícola assume aí, cada vez mais, os aspectos da produção industrial, na qual duas características são fundamentais: a produção torna-se independente das condições naturais, e, o processo de trabalho evolui do estágio artesanal (o lavrador é o agente) para um estágio de grande maquinaria (o instrumento é o pólo ativo). Daí porque a industrialização da agricultura não pode deixar de ser percebida como um modo de transformações tanto da base técnica como do processo de trabalho.

A industrialização da agricultura implica em que ela passa a se constituir, cada vez mais, num mercado de meios industriais de produção, quer como compradora de insumos, quer como vendedora de outros para processamento. Mas essa transformação do processo de produção agrícola à semelhança do processo industrial não se reduz ao fato dela comprar insumos da indústria e vender produtos à indústria; não é porque está crescendo a agroindústria à montante e à jusante da agricultura. É porque, como já afirmamos, o processo de produção agrícola assume, cada vez mais, os aspectos de produção industrial, o que quer dizer que é a indústria que passa a dar o tom na direção e no ritmo das transformações por que passa a base técnica.

1.3. A IRRIGAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO

O pressuposto básico que dará sustentação a essa discussão é o entendimento da agricultura irrigada, comparativamente à agricultura de sequeiro, como uma atividade altamente tecnificada, pelos seguintes aspectos: 1^o) a possibilidade de suprir artificialmente o solo da umidade necessária ao desenvolvimento das plantas, ou seja, pela independência adquirida frente aos regimes pluviais; 2^o) a existência de uma crescente centralização da produção, pelo seu caráter de exploração intensiva, passando a ser organizada em bases tecnológicas mais avançadas. Mesmo sabendo que a irrigação é um dos processos mais antigos utilizados na produção agrícola, responsável historicamente pela passagem da agricultura itinerante para a agricultura localizada, insistimos aqui naquele pressuposto para realçarmos o fato de que estamos falando de uma agricultura capitalista que caminha para modernização, na qual a irrigação se insere enquanto conquista e aplicação do progresso tecnológico no avanço do capital. Como conceitua Carvalho (1988 :345), a irrigação é "a aplicação artificial de água (de chuva ou de outra fonte) ao solo, sob o controle direto do capital." Ou, ainda em outra passagem (Idem:337), "o desenvolvimento da agricultura irrigada, num país onde o Estado é capitalista, só faz sentido quando encarado na perspectiva de um empreendimento tecnicamente moderno, praticada em moldes capitalistas, e posto

em prática ao abrigo das leis da concorrência"(Grifos de A.G.S.).

Em assim sendo, podemos considerar como características gerais da atividade irrigada, no seu afã de aumentar a produtividade do trabalho, a sua capacidade de: a) criar métodos de trabalho que estimulam sua maior cooperação; b) transferir à produção agrícola a possibilidade de atingir o seu extremo possível na divisão do trabalho; c) diminuir os tempos de não-trabalho; e, d) aumentar a sazonalidade do trabalho. Embora essas características possam se referir a qualquer realidade de agricultura moderna, elas são enfatizadas com a irrigação pelo fato de que aí elas são bastante salientadas.

Com referência ao aumento da divisão do trabalho a agricultura irrigada, por sua própria natureza de emprego intensivo de tecnologia, tende a elevar o nível de mecanização, basicamente, em todas as etapas do processo produtivo. Essa constatação por si só já implica em novos patamares de especialização do trabalho, passando a surgir os operadores e reparadores de máquinas e equipamentos e, especificamente para a irrigação, trabalhadores que se especializam no manejo do sistema de irrigação. Concomitantemente a essa especialização, dá-se uma redução da demanda de força de trabalho a qual passa a ser substituída, em grande parte, por máquinas ao se passar a utilizar tecnologia poupadora de mão-de-obra. Essa alteração tem um componente qualitativo que é a tendência a se reduzir as formas de emprego com uma predominância do tipo permanente; quer através da contratação do trabalho fixo nas empresas privadas,

quer através da manutenção da unidade familiar nos grandes empreendimentos públicos. Ora, como nem todas as etapas da produção são passíveis de mecanização¹¹, cria-se uma necessidade de trabalho temporário, acirrando-se o caráter da sazonalidade do trabalho na região de influência do empreendimento.

O nosso entendimento é que a agricultura irrigada está, em geral, associada a atividades tecnificadas, cuja tecnologia utilizada tem como suporte o uso intensivo da terra e do capital. O processo de trabalho assume nessa conjuntura formas mais evidentes de desqualificação, principalmente pelas possibilidades que métodos de irrigação apresentam à automação do trabalho, conforme veremos mais à frente. Seria a conformação de um estágio avançado de subordinação do trabalho ao capital que, na visão de Carvalho (1988:347), é a igualação do trabalhador da irrigação ao operário da indústria, ambos com movimentos determinados pelo processo de trabalho automatizado.

Como desdobramento da discussão que empreendemos no sub-tópico 1.1 desse trabalho, queremos avançar no entendimento da evolução dessa automação do processo de trabalho, apontando para o seu limite, para seu "ponto final", no momento em que ela prescindir do trabalhador.

11. A colheita é o exemplo mais característico desse fato pelas dificuldades de se realizar mecanicamente de frutíferas e olerícolas, principalmente, frente às exigências do mercado consumidor de frutas "in natura" e das agroindústrias processadoras.

Entendemos a automação do processo de trabalho através de níveis crescentes da evolução tecnológica. Os dois primeiros níveis desse processo, por terem sido amplamente discutidos nos tópicos anteriores, serão rapidamente sintetizados, reservando-se um maior espaço ao terceiro que chamaremos de "automação informatizada".

O primeiro nível dessa evolução dar-se sob influência de uma série de transformações na força de trabalho que, via especialização e parcelização, atinge estágios elevados de divisão do trabalho. É o que, ainda na manufatura, chamamos de padronização das atividades. A segunda etapa, quando passa para grande indústria, a produção mecanizada tem na máquina o centro do processo de trabalho. Ela, a máquina, passa a ser o elemento determinante da divisão do trabalho na medida em que essa não é mais regida pelo princípio subjetivo. A máquina, agora "a virtuosa" na expressão-síntese de K. Marx, incorporou o saber do operário e prescindiu do seu conhecimento, da sua visão de mundo, mas não da sua presença e, em alguns casos, nem da sua destreza no manejo da máquina.

O terceiro nível desse processo é a "automação informatizada" que se caracteriza por uma crescente redução da necessidade de trabalho vivo, até o seu limite de prescindir da presença do trabalhador. Benjamin Coriat (1980:48) lembra que mesmo na automação informatizada são detectados níveis de interferência do trabalhador na condução do processo. Quer dizer, essa eliminação não se faz mecanicamente ao se informatizar a

operação de produção. Para aquele autor, há um primeiro estágio na automação informatizada em que uma série de informações são transmitidas e centralizadas numa sala de controle, na qual o operador "detém assim de forma contínua todas as informações necessárias à condução do processo. Mais ainda, no caso geral, o operador conserva o comando do processo: quando um acaso exige introdução de uma correção no desenvolvimento das operações, é ele que avalia a natureza e transmite uma informação nova". A eliminação do trabalhador dar-se-á quando a condução do processo passar a ser realizada por computadores aos quais estão atrelados dispositivos capazes de recolher e estocar informações. "Se bem que a programação armazenada nos computadores na condução do processo não se faz somente a partir de dados formais (exemplo de dados matemáticos ou físico-químicos), mas também pela introdução na memória dos computadores de 'respostas típicas' à 'situações típicas'" (Idem:49).

O importante, contudo, é que embora a automação informatizada seja na verdade uma fase de um continuum da automação do processo de trabalho, ela pressupõe uma mudança completamente diferente daquelas que se sucediam anteriormente. Ela implica uma ruptura no modo de sucessão das fases desse continuum. Essa ruptura é caracterizada pela transformação qualitativa que ocorre com a automação informatizada, na medida em que ela permite um salto tecnológico na automação do processo de trabalho por prescindir de uma prévia padronização de tempos e movimentos que reduzisse os trabalhos individuais a trabalho médio socialmente necessário. Ela se permite a possibilidade de

substituir diretamente o trabalho individual pelo trabalho automatizado. Vejamos essas transformações com maiores detalhes.

Se nos reportarmos a um momento da mecanização - que vai da substituição da tração animal pelo trator - perceberemos que inicialmente há uma alteração na força física ao se substituir a tração animal pela mecânica. Mas a eficiência do processo produtivo, ainda nesse momento, depende da habilidade do operador no manejo e condução da máquina. Contudo, ao serem atrelados implementos específicos a essa máquina - como por exemplo a colheitadeira ou a plantadeira - há uma ruptura na forma de produzir. Não há mais necessidade da habilidade do operador, nessas etapas específicas, por elas terem sido padronizadas (quantidade de sementes por cova, profundidade da cova, modo de colher, etc.). Do mesmo modo, aqui na automação informatizada há um rompimento naquela forma contínua da automação do processo de trabalho que chamamos de passagem "do trabalho artesanal ao trabalhador da fábrica". Não há mais necessidade de se vencer as etapas de padronização de tempos e movimentos, tornando "iguais" os trabalhos individuais. Ou, dizendo de outra forma, não é preciso reduzir trabalhos individuais que são diferentes, a um trabalho médio. A automação informatizada possibilita a passagem direta do trabalho artesanal para o trabalho automatizado controlado por computadores. Ela permite um controle individual, caso a caso, em vez do controle pela média. Isso nos possibilita passarmos de situações adversas (não padronizadas ou de difícil padronização) da produção diretamente à automação.

Ora, é sabido que na agricultura uma das razões que atrasa o seu desenvolvimento mecânico, da automação no sentido mecânico, é exatamente a diversidade de situações. Por se pautar num processo de produção contínuo, regido com base nas condições naturais, ela se caracteriza por apresentar dificuldades para padronizar tempos e movimentos, que passam a se constituir em barreiras ao desenvolvimento do progresso tecnológico, conforme discutimos no sub-tópico 1.2. Diante disso, é que afirmamos que a automação informatizada permite à agricultura dar um salto no sentido de superar o seu atraso relativo em relação à indústria.

De acordo com o nosso pressuposto teórico de análise entendemos que a irrigação é um poderoso instrumento de automação do processo de trabalho na agricultura permitindo, inclusive, atingir aquele "ponto final" de prescindir do trabalhador. Nos parece que, através da irrigação, seria superada uma série de etapas intermediárias que hoje tornam a automação na agricultura extremamente onerosa. Assim afirmamos porque a irrigação permite, por exemplo, padronizar as condições de produção tornando possível reduzir os trabalhos individuais a um trabalho médio. Ela permite padronizar as condições de umidade do solo, o controle da água, a adubação, o tempo de colheita, etc., de modo que o trabalho médio seja sensivelmente próximo aos trabalhos individuais. Só que nessa fase da evolução da automação do processo de trabalho há apenas um controle das condições médias de produção. É o tempo médio de irrigação, são dosagens médias de fertilizantes, são condições médias de umidade do solo. Com a automação informatizada ela poderá dar saltos tecnológicos

permitindo um controle individual, caso a caso.

Antes de entrarmos em maiores detalhes sobre a potencialidade da irrigação para o processo de automação do trabalho na agricultura vejamos, por alguns instantes, essas questões no âmbito das características específicas da agricultura irrigada.

Os diversos métodos de irrigação apresentam-se como alternativas tecnológicas adaptáveis às condições específicas de formas de exploração agrícola. Eles contêm em comum a possibilidade de reduzirem os déficits hídricos referentes às diversas situações de comportamento da natureza. Os diferentes níveis de déficits hídricos variam desde uma situação de ausência total da umidade mínima necessária ao desenvolvimento das plantas, até uma ausência parcial desse suprimento, comprometendo a prática da produção agrícola por determinado período de tempo. Como o conceito de déficit hídrico corresponde a uma interação solo-planta-atmosfera e tem como referência o ciclo produtivo da atividade agrícola, ele pode assumir um caráter sazonal ou ocasional. Isso implica em que a decisão sobre qual método de irrigação adotar está na dependência da combinação das características de cada método com as condições específicas de déficit hídrico da localidade em particular. Em assim sendo, o entendimento que temos é que não se pode, a priori, definir como atrasada uma determinada forma de organização da produção por estar associada a um tipo de irrigação que não utiliza o que há de mais moderno tecnologicamente no campo da irrigação como por

exemplo tipos que usam em algumas de suas etapas a gravidade ou convivem com relação de trabalho como a parceria). Conforme já adiantamos, a escolha do método de irrigação ou das relações de trabalho estão na dependência de fatores físicos e sócio-econômicos e que, no limite, tanto os métodos de irrigação como as relações de trabalho na conformação do processo produtivo são re-ordenados atendendo às exigências de valorização do capital ou, dizendo de outra forma, embora aparentemente sejam mantidas suas especificações particulares, em essência elas são subsumidas à lógica de valorização do capital. Voltaremos a essa questão no terceiro capítulo quando trataremos, especificamente, da parceria.

Vale salientar ainda que, historicamente, os diferentes métodos de irrigação experimentaram transformações no seu arcabouço técnico (alterações nos equipamentos e materiais) como na forma de utilização da mão-de-obra. E em todas elas se constata a busca incessante de eliminar o elemento subjetivo ligado à qualificação humana. Esse ponto é de fundamental importância para nosso estudo, daí porque dedicar-lhe-emos maior atenção.

Inicialmente, gostaríamos de nos situar no quadro classificatório das diversas modalidades de irrigação. Os manuais de irrigação¹² não são muito rigorosos na terminologia de

12. Veja-se: Guia Rural (1991); Salassier (1987); Olitta (1984); Withers & Vipond (1977).

classificação dos métodos de irrigação. É muito comum eles tratarem indistintamente por métodos e sistemas as diversas modalidades. O maior consenso nestas é a que define os principais métodos em três grandes grupos: 1) irrigação por superfície; 2) irrigação por aspersão e 3) irrigação localizada¹³. No grupo da irrigação por superfície encontram-se combinações dos três métodos de irrigação, a saber: a) irrigação por sulco; b) irrigação por faixa e c) irrigação por inundação. O segundo grupo, a irrigação por aspersão, engloba diferentes sistemas, geralmente subdividido em: a) convencional (permanente ou portátil); b) autopropelido e c) pivô central. O método de irrigação localizada, que compõe o terceiro grupo, inclui os sistemas que molham o pé da planta. Os mais conhecidos deles são o gotejamento e a microaspersão. Existem outros como o xique-xique, os potes de barro, as cápsulas porosas e a subirrigação que são mais utilizados em pequenas propriedades.

Existe uma classificação alternativa (Silveira, 1988) que de certa forma é um re-agrupamento dessa mais geral. Ela consiste na definição de apenas dois grupos; o primeiro, definido como a Irrigação por Gravidade, engloba o método de irrigação por superfície; no segundo, a Irrigação sob Pressão, estão incluídos

13. Na definição do terceiro grupo é onde há maior divergência na classificação. Há autores que preferem denominá-lo apenas de Método por Gotejamento, incluindo todos os outros sistemas de irrigação localizada. Da maneira como classificamos acima poderá ser encontrada no Guia Rural (1991) e citada por Salassier (1987).

todos os sistemas que compõem os métodos de Aspersão e por Gotejamento. Trabalharemos mais com essa segunda classificação por a acharmos mais adequada na medida em que ela procura definir um divisor de águas mais explícito entre os métodos de irrigação e, em segundo lugar e principalmente, porque de certa forma ela está contida nas outras classificações. Assim afirmamos porque usualmente os autores estão comparando ora a aspersão, ora o gotejamento com o que eles denominam de métodos tradicionais, numa alusão a irrigação por superfície.

Os métodos de irrigação por superfície, que usam a gravidade em algumas de suas etapas, são sempre relacionados com formas de utilização intensiva de mão-de-obra. Esta maior exigência de mão-de-obra está sempre associada à interferência do irrigante no manejo do sistema¹⁴. De uma maneira geral, os diferentes autores de manuais de irrigação consideram essa interferência do irrigante como um dos principais fatores responsáveis pela baixa eficiência desses sistemas de irrigação. E por assim entenderem, preconizam que uma maneira de eliminar esses entraves seria, juntamente com a elevação do nível

14. "Em virtude de a irrigação por aspersão e por gotejamento estarem menos sujeitas à interferência do irrigante no campo, estes métodos apresentam maiores eficiências do que os de irrigação por superfície" (Salassier, 1987:253). Segundo o Guia Rural (1991:86), no método de irrigação por sulco "a mão-de-obra necessária costuma ser maior do que em qualquer outro sistema de irrigação de superfície. Além disso, para se fazer uma irrigação bem feita é preciso tempo e experiência de operação do sistema, porque não é fácil fazer com que a água trazida pelo canal principal, o regador, entre até o fim de modo controlado, sem provocar erosão, transbordamento ou falta de água."

educacional do irrigante, o avanço na construção de sistemas que minimizam aquela interferência do trabalhador. Silveira (1988:18), chama a atenção para o fato de que nesses sistemas de irrigação, além da presença full-time do irrigante, é exigida também uma qualificação específica dessa mão-de-obra, na medida em que uma série de determinações que envolvem a interação planta-solo-atmosfera ficam sob a responsabilidade do irrigante. Especificamente lembra que "a mão-de-obra necessita comparar a natureza do solo e avaliar os requerimentos da planta, visando evitar os efeitos de um déficit hídrico prolongado e da perda da eficiência da irrigação por evapotranspiração ou lixiviação profunda."

O que está sempre presente nas avaliações comparativas dos diferentes métodos de irrigação é a sempre busca de eliminar a participação humana nas etapas de manejo dos sistemas (distribuição de água do canal secundário para os sulcos; manter o controle da vazão), busca esta que é remetida à pesquisa agronômica na esperança de se definir cálculos mais precisos de novos coeficientes (de permeabilidade do solo ou de sua capacidade de retenção de água...) ou da descoberta do uso de novos materiais (tubos plásticos, revestimentos de canais...) que possibilitam em conjunto a redução, ou até mesmo a eliminação, da interferência do fator subjetivo do trabalhador. Silveira (1988:18) explicita bem essa questão fazendo uma verdadeira recuperação das etapas de evolução por que passaram os materiais e as técnicas ligadas ao método de irrigação por gravidade. Este autor enfatiza sempre que o objetivo daquelas inovações foi o

aumento da produtividade do trabalho, cujo coroamento dar-se-á com o lançamento da válvula automática que elimina o uso da mão-de-obra na distribuição da água nos sulcos. Vejamos com suas palavras: "As tentativas de eliminar o elemento subjetivo dado pela qualificação humana na distribuição de água resultam da combinação entre o uso de canais revestidos, bombeamento e alguns equipamentos. Evolui-se da caixa com ripas (cuja construção é artesanal) colocada nas linhas de distribuição para os sulcos, para o sifão (produzido industrialmente na década de quarenta, nos EUA), passando por tubos janelados, chegando na válvula automática."

O que, ao nosso ver, está por trás de toda essa discussão é a questão, nossa velha conhecida, do controle da produção ou centralização desse controle. Sabemos que uma das causas fundamentais da subordinação real do trabalho ao capital, conforme discutimos anteriormente no sub-tópico 1.2., foi a possibilidade de se estabelecer um controle indireto sobre a produção via domínio do processo de trabalho. Esse domínio se fundamentava na definição de um rol de tarefas específicas e diferenciadas, organizadas de tal maneira que o indivíduo trabalhador perdia o controle sobre o processo produtivo. Para Coriat (1980:50-1) esse controle da produção pode-se dar através da relação entre ritmo de trabalho e ritmo da produção estabelecida. Nesse sentido, o autor distingue dois grandes tipos de processo de produção, a saber: "a) Um processo de produção no qual o ritmo de trabalho rege o ritmo de produção e portanto comanda também o volume de produção". Nesse caso tanto o

controle pode ser dado pela jornada de trabalho, na qual o trabalhador tem que realizar um certo número de operações previamente definidas sob pena de ser afastado do processo, ou o volume de produção passa a ser controlado por um tempo imposto ao trabalhador, reagulado por uma cadência a qual ele fica preso.

"b) Um processo de trabalho no qual o ritmo de produção não depende do ritmo de trabalho." Nesse caso, que caracteriza estágios mais avançados de automação do trabalho, o trabalhador fica diretamente ligado a uma cadeia de máquinas, cujo ritmo de produção é dado por esse sistema automatizado ficando o trabalho vivo subordinado a seus objetivos.

Ora, em atividades irrigadas ligadas a sistemas de irrigação que não permitem graus de automatismo muito elevados, como é o caso da irrigação por sulco e da irrigação por inundação, o processo de controle da produção mostrou-se insuficiente mesmo quando essa produção é realizada à base de trabalho assalariado, contratado sob empreitada ou por produção. Isso acontece porque em sistemas de irrigação por sulcos, por exemplo, existem algumas tarefas como a administração da água e aspectos da colheita sobre os quais não há um controle possível da atividade do trabalhador, podendo resultar em grandes desperdícios para o processo produtivo total. Nesses sistemas de irrigação um eficiente manejo da água passa a se constituir num dos elementos fundamentais da exploração, não só com referência à questão dos custos operacionais, que também não são desprezíveis, mas com referência aos aspectos ligados ao próprio ciclo biológico da planta que apresenta exigências específicas quanto

ao volume, horário e duração dos períodos de águação.

A gênese da agricultura irrigada moderna coincide com o desenvolvimento da irrigação sob pressão, que engloba os métodos de aspersão e por gotejamento¹⁵. Esse desenvolvimento tem muito a ver com os avanços ocorridos nos ramos da indústria metal-mecânica que lhes serviu de suporte. O aparecimento desses sistemas de irrigação possibilitou a superação das limitações dos sistemas baseados na gravidade, principalmente no que se refere àqueles fatores físicos que afetam a eficácia da irrigação, como as limitações geológicas e topográficas, bem como quanto aos sistemas de distribuição da água pela planta. Essas vantagens comparativas, aliadas às condições de operação mais fáceis e dispensando níveis mais elevados de especialização de mão-de-obra, tornam esses métodos preferidos quando se confrontam em condições de uso alternativo aos métodos tradicionais.

Quanto às exigências de mão-de-obra se não há uma grande redução, há uma mudança qualitativa quanto a sua utilização. Evidencia-se a tendência à liberação da interferência dos irrigantes no manejo do sistema, na medida em que decisões técnicas passam a constar nos próprios instrumentos, tais

15. Esses métodos surgiram quase que simultaneamente na Europa e EUA no final do século XIX e início do século XX. No Brasil eles foram introduzidos em épocas diferentes: o método de aspersão no pós II Guerra e o de gotejamento mais recentemente, no início dos anos setenta.

como: dimensionamento dos intervalos de distribuição de água, definição da vazão (mm/hora) de acordo com a necessidade da planta, ciclo da cultura, capacidade de armazenamento do solo. Olita (1984:129), ao realçar as vantagens da irrigação por gotejamento frente aos métodos tradicionais faz combinar os fatores de economia e automação da mão-de-obra, nos seguintes termos: "A automação do sistema facilita grandemente o manejo da irrigação, que normalmente necessita de um mínimo de mão-de-obra para operação."

No Brasil, a irrigação sob pressão dá um grande salto, no sentido da sua difusão, quando se dá a mecanização dos aparelhos de irrigação, na década de setenta, principalmente, com a introdução do autopropelido. Essa mecanização se faz tardiamente, comparativamente a sua ocorrência na agricultura americana, viabilizada por um acordo de transferência de tecnologia entre a empresa nacional Asbrasil e empresas americanas. Para Martins (1990:132), o autopropelido representou a efetiva mecanização dos aparelhos de irrigação por apresentar, em relação aos sistemas de aspersão convencional, um salto tecnológico por "ser um aparelho mecanizado, semi-automatizado, que requer muito menos mão-de-obra."

O grande avanço da irrigação sob pressão, no sentido da sua arrancada para automatização, dar-se-á ao longo dos anos oitenta com o início da comercialização de equipamentos de pivô

central fabricados no Brasil pela Asbrasil em 1979.¹⁶ Em relação ao autopropelido, o pivô central apresentou-se como um novo patamar tecnológico que, além de possibilitar um alargamento no tamanho da área a ser irrigada, se constitui num "aparelho mecanizado, totalmente automatizado, capaz de irrigar grandes áreas, com exigências mínimas de mão-de-obra" (Idem, 133).

O ápice do controle da produção, com reflexos diretos sobre o domínio do processo de trabalho, é atingido na agricultura irrigada por pressão através do uso de "comandos informatizados" em sistemas de irrigação. Essa evidência começa a se concretizar na agropecuária brasileira, na década de oitenta, mantendo uma defasagem temporal comparativamente ao avanço da informatização da agricultura irrigada em países desenvolvidos, como por exemplo os Estados Unidos. Só a título de ilustração, enquanto no Brasil, em 1991, havia oito controladores informatizados para irrigação instalados, nos Estados Unidos são vendidos cerca de mil aparelhos por ano (Correio Popular, 1991:4). O importante, contudo, é que a presença desses comandos

16. Analisando a formação e dinâmica da indústria de equipamentos de irrigação no Brasil, Shima (1991:176) levanta alguns dados que apontam para o grande dinamismo desse setor. Segundo aquele autor, em apenas uma década de implantação a indústria de equipamentos de irrigação no Brasil pode ser comparada ao padrão industrial dos países desenvolvidos ou nos quais a irrigação foi originada. E numa outra passagem, comentando a potencialidade de crescimento do mercado brasileiro de equipamentos de irrigação mecanizada, expõe a seguinte expectativa das empresas: "Nos primeiros cinco anos da década de 90 a indústria espera irrigar 279.300 ha, o que significa aumentar em 156% a área irrigada via pivô central em relação a quase toda década de 80" (Idem, 233).

Informatizados em sistemas de irrigação e adubação representam a efetiva penetração da informática na agricultura brasileira que, apesar dos seus elevados custos¹⁷ de implantação, tem apresentado resultados bastante estimuladores. Na produção de cítricos, por exemplo, o uso de controladores informatizados elevou a produtividade para seis caixas de laranjas por pé, enquanto que a média brasileira é de apenas 1,2 caixa (Ibidem).

A combinação de aparelhos informatizados na irrigação por gotejamento possibilitou novas conquistas em termos do controle imediato de fases do desenvolvimento da agricultura irrigada. O maior progresso foi poder controlar o volume de água que cada planta individualmente necessita. Isso possibilitou se detectar a ocorrência de possíveis erros, como furos ou entupimentos nas mangueiras do sistema, não deixando chegar à determinada planta a quantidade ideal de água, além de prescindir da presença de um trabalhador para realizar o controle do funcionamento das bombas hidráulicas. Esse avanço tecnológico fica bem explicitado na seguinte abordagem: "Num sistema de controle acionado por tensiômetros, esses instrumentos informam quando as raízes não conseguem mais retirar do solo a quantidade de água pedida pela planta. Nessa hora, o sistema fecha o circuito de energia e a irrigação começa" (Guia Rural, 1991:151). Vale salientar que antes esse controle era feito por tempo

17. "Um controlador informatizado custa de US\$ 7 mil a US\$ 15 mil, o que corresponde a cerca de 7% do valor de um sistema de irrigação" (Correio Popular Rural, 1991:4). Esse dado restringe o uso desses aparelhos à grandes áreas.

irrigado o que expunha o sistema a erros mais frequentes.

O mais importante a se reter desse novo momento da agricultura irrigada é a independência adquirida desse processo produtivo em relação à função e até mesmo à presença do trabalhador. Não só se denota a eliminação do irrigante como do próprio trabalhador em geral, desqualificado, parcializado, padronizado. A própria forma de referência à presença do computador é como se ele assumisse formas vivas de atuação na produção. Senão vejamos nessa colocação do Guia Rural (1991:149): "O computador passou a ocupar a função de administrador, capataz, sendo o braço direito de muito agricultor" (Grifos de A.G.S.). Há aí uma clara alusão ao avanço dessa tecnologia na nova conformação do quadro de mão-de-obra num processo de automação informatizada da produção irrigada, atribuindo-se ao computador a possibilidade de supervisionar o sistema de irrigação, evitando desperdícios.

Ao divulgar seus avanços tecnológicos no campo da informática, uma empresa goiana, a Ilha Tecnológica, dá bastante ênfase ao nível de eficiência de seus aparelhos por substituírem a intervenção do homem (trabalhador) no processo produtivo. E mais, apresenta seus resultados de pesquisa tecnológica como atendimento às dificuldades dos agricultores e suas cooperativas, que demandam soluções no campo da informática. Diante disso, afirma o porta-voz da empresa: "nasceu o projeto específico (de sensores que controlam o índice de umidade nas lavouras) para ser acoplado a pivôs centrais. Goiás concentra um quinto dos pivôs

instalados no País, mas o controle pluviométrico é realizado pelos trabalhadores rurais diariamente, o que, muitas vezes se reflete em perda de produtividade" (Gazeta Mercantil, 1991, parênteses de A.G.S.).

As colocações que fizemos até o momento corroboram com nosso pressuposto inicial, que concebe a irrigação como uma atividade que se move nos marcos de um elevado padrão tecnológico. Isso aponta no sentido de um reforço à idéia de que o avanço da agricultura irrigada guarda uma estreita relação com o estágio de desenvolvimento do modo de produção ao qual está inserida. Ou, mais especificamente, é de fundamental importância o potencial modernizador e o estado de arte atual do setor agrícola, o que quer dizer que o progresso técnico já deve ter rompido com uma série de barreiras que se opunham ao pleno domínio do capital na agricultura. Ou, dizendo de outra forma, não podemos pensar num incremento ou mesmo na introdução da atividade irrigada numa determinada região se não contarmos com um estágio inicial de modernização da agricultura. Por outro lado, não se pode pensar na irrigação como condição suficiente para se desencadear um processo de desenvolvimento das forças produtivas; ela pode se constituir, apenas, numa pré-condição para implantação de uma agricultura moderna. É preciso ficarmos atentos para o fato de não pensarmos a irrigação como elemento dinamizador do desenvolvimento de uma região com base no dinamismo da técnica em si mesma.

hidrográficas do Rio Piracicaba, com cerca de 44.000 km², com

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA IRRIGAÇÃO NA REGIÃO DO BAIXO-AÇU

2.1. O BAIXO-AÇU: A REGIÃO E A IRRIGAÇÃO

2.1.1. LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E APTIDÃO AGRÍCOLA

A região do Baixo-Açu é um segmento da bacia hidrográfica do Rio Piranhas-Açu. Com cerca de 44.000 km², essa bacia nasce em terras do Estado da Paraíba e se estende até encontrar-se com águas oceânicas do delta da cidade salineira de Macau, no Rio Grande do Norte. No seu percurso, ela define o Vale do Piranhas-Açu que, segundo o BNB (II:60-1), tem as seguintes características físicas: a pluviometria varia de 400 a 1000 mm, com temperatura razoavelmente estável em torno de 27 °C. Os recursos hídricos são formados basicamente pelas águas superficiais nas zonas impermeáveis, tendo-se já construído diversos açudes em toda sua extensão. Quanto ao solo, a área é bastante desfavorecida, já que apenas cerca de 300.000 ha (9% da superfície) são considerados bons solos (restrições ligeiras, topografia plana). Em função disso, conclui o documento que "as condições ecológicas encontradas no conjunto da área reduzem de modo substancial as possibilidades agrícolas fora da irrigação".

O Vale do Piranhas-Açu é composto por 28 municípios na sua parte paraibana e de 8 municípios norte-riograndense. Ao penetrar no Rio Grande do Norte passa a ser chamado de Vale do Açu, numa clara alusão às extensas e férteis várzeas desse rio

nos municípios de Açu e Ipanguaçu. Esses dois municípios, dentre os oito que compõem o Vale¹, se constituem, historicamente, como as principais áreas de exploração agrícola do Vale e concentram, principalmente no município de Ipanguaçu, o maior potencial de irrigação do Vale do Açu.

A porção nordeste da bacia hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte, correspondente a uma planície aluvial, é denominada de Região do Baixo-Açu (Oliveira, 1988:1). É um dos espaços privilegiados no universo semi-árido do Rio Grande do Norte. Embora todos os municípios dessa região pertençam a Zona Semi-Árida do Nordeste², cuja principal característica é a sua susceptibilidade aos rigores das secas periódicas complementada pela presença de solos de poucos recursos agricultáveis, a área definida como o Baixo-Açu é

1. São os seguintes municípios que compõem o Vale do Açu: Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Açu, São Rafael e Jucurutu.

2. Entre os diversos trabalhos de regionalização do Nordeste, entre os quais destacamos os clássicos de Manoel Correia de Andrade (1980), José Guimarães Duque (1980 e 1980a) e Mário Lacerda de Melo (1978), utilizaremos a classificação definida por Otomar de Carvalho (1988). Assim procederemos por três motivos básicos: primeiro, esse autor, a partir de uma discussão das diversas classificações das microrregiões do Nordeste com base nos clássicos supra-citados, faz uma breve e didática exposição do que ele define como as seis zonas geoeconômicas do Nordeste (p.79-86); segundo, porque Otomar, tomando por base a regionalização proposta por Guimarães Duque, faz uma classificação da Zona Semi-Árida do Nordeste que, além da sua recência, apresenta-se de fácil operacionalização, metodologicamente falando (p.86-99); e, em terceiro lugar, porque a quase totalidade dos dados que utilizaremos nesse trabalho, provém de uma pesquisa da qual participamos, realizada pela FECAMP/PRONI, sob coordenação do professor José Graziano da Silva (1989) na qual, tanto os termos de referências como as principais hipóteses que orientaram a pesquisa tiveram como ponto de partida esse trabalho de Carvalho (1988).

classificada como "Mancha Fértil". Esta Zona geoeconômica³, integrada pelas Serras Úmidas e as áreas das bacias de Irrigação, embora esteja contida na poligonal da Zona Semi-Árida distingue-se desta, exatamente, por apresentar condições climáticas e de solos extremamente favoráveis ao aproveitamento agropecuário.

Trata-se de uma área bastante significativa em termos dos vales nordestinos, de solos muito férteis e com um potencial para irrigação de 27.000 ha. Em termos de recursos hídricos apresenta-se muito favorecida, tendo como principais fontes de captação de água: os canais dos rios Açu e Pataxó, lagoa de Piató, além dos poços superficiais que afloram em vários pontos da várzea (definida como a região inundável) e em terras próximas à várzea, chamadas de "arisco".

À revelia dos privilégios com que sempre contou, relativamente às condições edafo-climáticas da Região Semi-Árida, o Baixo-Açu de longa data se caracterizou como uma região cuja principal atividade econômica tem suporte no setor agrícola com predominância do complexo algodão-pecuária-lavouras alimentares, ao qual se associava a extração da cera-de-carnaúba, uma especificidade da região, que a transformava numa verdadeira floresta natural dessa palmeira.

Pelas condições tradicionais e atrasadas em que era

3. Manchas Férteis (Serras e Bacias de irrigação) juntamente com o Litoral e Mata, Agreste, Semi-Árido, Meio Norte e Cerrado compõem as seis zonas geoeconômicas definidas por Carvalho (1988:84-86).

praticada a agricultura nesse complexo, tornava-se possível realizá-la nos intervalos deixados pela mata ciliar das carnaubeiras. Contudo, o que queremos salientar é que a prática da agricultura irrigada do Rio Grande do Norte, esteve sempre referida a região do Baixo-Açu.

Vargas (1987), no seu trabalho de reconstrução da história de vida dos camponeses beiradeiros do Baixo-Açu, no período de 1898 a 1978, faz referência a práticas da irrigação entre aqueles pequenos produtores. Embora se detenha em caracterizar uma agricultura em bases totalmente tradicionais, tais como, meios de trabalho rudimentares (enxada, enxadeco, chibanca, foice, facção, capinadeira de tração animal, etc.) ausência generalizada de insumos modernos (reduzindo-se apenas a alguns defensivos estritamente indispensáveis ao combate de pragas do algodão e feijão), inexistência de mecanização e adubação apenas orgânica (estrupe de gado nas covas das vazantes para plantio de capim e do feijão), destaca a presença de moto-bombas para irrigar áreas nas várzeas, embora que em raras unidades de produção. Fontes ligadas à Diocese de Mossoró relacionam esse uso de moto-bombas ao desenvolvimento do plano de valorização dos Vales de Açu e Apodi, resultado de uma ação conjunta Estado e Igreja, pelos idos de 1950. Este programa distribuiu cerca de 30 moto-bombas a óleo, com fins específicos de estimular o desenvolvimento de pequenos empreendimentos irrigados nos Vales norte-riograndenses. Essas moto-bombas representavam um avanço frente às primeiras notícias de irrigação no vale que eram realizadas à base de "cata-ventos". O

importante, conforme já colocamos em outro trabalho, é que "os camponeses da várzea do Açu estiveram sempre em contacto com as extensas e férteis várzeas do Piranhas-Açu que lhes legaram um referencial de práticas agrícolas específicas, distinguindo-os daqueles produtores que se situavam apenas nos tabuleiros ou daqueles que habitam os sertões semi-áridos de localidades circunvizinhas ao Vale. Essa grande especificidade desses produtores beiradeiros do rio de desfrutarem de uma agricultura cujo o contacto com o fator água eram uma constante durante todo o ano, obrigou-os ao desenvolvimento de práticas agrícolas que possibilitassem um melhor manejo desse fator. Do cultivo inundado do leito do rio até a prática de aguação nas suas vazantes, e até em tabuleiros mais próximos, dar-se-á a gênese das práticas irrigadas nas várzeas do Açu, que desde os mais antigos registros históricos torna-se uma constante na determinação dos processos de organização da produção daquelas várzeas" (Gomes da Silva, 1989:39).

Até bem pouco tempo a agricultura irrigada da região estava fortemente identificada com a produção nas terras de várzea. Mais recentemente, devido ao desenvolvimento da agricultura empresarial da região, terras do "arisco" também passaram a ser exploradas.⁴ As áreas sujeitas a inundação são

4. Após 1985, o movimento em direção às terras de "arisco" para a produção irrigada torna-se sistemático, fugindo de um sério fator de risco, às cheias de "inverno", coadjuvado, por problemas relacionados a uma deficiente drenagem dos solos, que tem levado a grandes incidências de salinização das áreas, bem como a rápida proliferação de problemas fitossanitários.

preservadas com carnaubais. As áreas contíguas geralmente são ocupadas com as culturas de inverno (feijão, milho e algodão herbáceo). Quando a propriedade dispõe de infra-estrutura e equipamentos para irrigação, é possível realizar culturas de "verão"; nesse caso produz banana, produtos hortícolas e, mesmo, feijão, milho e algodão herbáceo, todos irrigados. A este assunto voltaremos em maiores detalhes mais à frente.

2.1.2. EVOLUÇÃO DA IRRIGAÇÃO NO BAIXO-AÇU

A evolução da irrigação na região pode ser subdividida em três períodos que, embora não representem rupturas, condicionaram a forma e o ritmo da economia local.

O primeiro período se estende desde os primeiros registros históricos da agricultura na várzea até o ano de 1969. Esse período corresponde ao uso tradicional das áreas de várzea com carnaubais para extração da cera de carnaúba, da produção de culturas alimentares (milho e feijão) e de uma pecuária de pequeno porte. Nas áreas de arisco e tabuleiros mais próximos produzia-se o algodão e uma pecuária extensiva de corte (ovino e caprino). As áreas de tabuleiros mais distantes da várzea, portanto não mais o arisco, mantinham-se quase sem transformações. De um modo geral, a base da produção agrícola nesse período era bastante susceptível aos rigores das secas

periódicas que assolavam a região. E como as demais áreas do Nordeste que têm como base a agricultura de sequeiro, a população ribeirinha tinha na migração para as salinas de Grossos, Macau, Areia Branca e Mossoró uma alternativa de sobrevivência nos períodos de "verão" ou de ausência de chuvas.

"Com referência à irrigação, esse período é caracterizado pelo desenvolvimento de práticas de irrigação bastante rudimentares, evoluindo de simples cultivos inundados nas várzeas até a prática de águação em terrenos mais elevados. São áreas de vazantes onde se plantavam o feijão, a batata-doce e o capim para alimentação do pequeno criatório. Registra-se também, nos limites desse período, o uso de moto-bombas para fins de irrigação, porém em escala bastante reduzida" (Gomes da Silva, 1989:41). Nesta fase não se registram transformações radicais na economia da região, mantendo-se quase inalterada a pauta dos produtos e a incipiente base tecnológica da produção.

Um segundo período, considerado o "precursor" da agricultura moderna do Baixo-Açu, pode ser delimitado pelos anos de 1969 e 1979.

Nesse período, as transformações ficaram por parte do novo papel que passa a desempenhar a agricultura irrigada. Registra-se a combinação da exploração dos carnaubais com a agricultura irrigada de algodão herbáceo (em áreas nunca superiores a 15 ha), bananeira e capineiras, também em pequenas

áreas, menores que 5 ha. O marco diferenciador dessa fase para o pré-1969, porém, será a entrada em cena da Agropecuária Knoll, que inaugura o processo de modernização da agricultura da várzea. O grande mérito desse empreendimento particular repousa, preponderantemente, no fato dele se constituir num empreendimento agrícola que utiliza a irrigação com fins exclusivamente comerciais. Ou seja, trata-se da produção de mercadorias com todos os requisitos técnicos e empresariais condizentes com esse tipo de exploração capitalista. Como desdobramento desse fato, incrementa-se a difusão de práticas irrigadas, principalmente nos municípios de Açú e Ipanguaçu.

Há nessa fase uma tendência à generalização da prática da irrigação comercial, quando crescem os investimentos em irrigação e muda a composição da pauta de produtos. Os métodos de cultivo experimentam pequenas modificações modernizantes e são introduzidas novas variedades de olerícolas e fruteiras que passam a ser produzidas em escala comercial. Apesar da exploração de fruteiras ser uma tradição nas várzeas do Açú, o impacto inicial modernizador se dá na produção de olerícolas, por motivos óbvios de propiciarem retorno mais rápido. E assim se deu nos municípios de Açú e Ipanguaçu com o advento da agricultura moderna.

O "efeito demonstrativo" da Agropecuária Knoll estimulou uma maior utilização das terras nas grandes propriedades e o aparecimento de pequenas unidades produtivas que buscavam financiamentos bancários para desenvolverem

empreendimentos semelhantes. Isso foi o que colhemos em entrevistas com fiscais de crédito de bancos oficiais da região e depoimento do proprietário da Agropecuária Knoll registrando o aumento da procura de ex-trabalhadores seus, semi-especializados, para tocarem, de parceria, empreendimentos de agricultura irrigada na região.

O terceiro período (pós 1979) tem como marco o início das obras de implantação do "Projeto Baixo-Açu"⁵ e prolonga-se até os dias de hoje. Esse terceiro período foi marcado, inicialmente, por um momento de apatia generalizada que se abate sobre a produção agrícola da região. Esse momento é fruto da forma conflituosa como foram veiculadas as informações a respeito do modo como se processariam as desapropriações para instalação do Projeto Baixo-Açu. Criou-se, assim, um clima de pânico entre os produtores da região, concomitantemente ao avanço das máquinas das empreiteiras sem que se definissem local, tempo, forma ou valor das desapropriações⁶. Esse clima de intranquilidade era acirrado diante da determinação pelas

5. O Projeto Baixo-Açu foi concebido pelo DNOCS que o conduziu nas fases iniciais de sua implantação (decreto nº 76046 de 29/07/75 anuncia a construção da barragem "Armando Ribeiro Gonçalves"). Hoje existe um "novo" projeto (Baixo-Açu 5000), fruto do convênio DNOCS/Secretaria de Agricultura do RN. Mais à frente, no tópico 2.2, voltaremos à discussão sobre o Projeto Baixo-Açu.

6. Para maiores esclarecimentos desta questão recomendamos contactar-se com o Programa "A Problemática da Seca no RN", na UFRN, no qual está incluído o estudo do Projeto Baixo-Açu. Este programa, desde seu início, é coordenado pela Prof. Terezinha de Queiroz Aranha, a qual reúne o mais qualificado acervo de informações sobre o Projeto.

agências do Banco do Brasil da suspensão de financiamentos creditícios aos agricultores das áreas a serem desapropriadas. Com isso, "gerou-se um estado de apatia entre esses produtores pressionados, ora por organismos oficiais agentes das desapropriações, ora sofrendo a ação de especuladores que procuravam tirar proveito da assustadora situação que se conseguiu disseminar por todo o vale. A consequência maior, momentaneamente, foi uma quase estagnação da economia agrária local pelo clima de incertezas que se gestou e pelo aceleração de um processo migratório desordenado das populações das áreas rurais e das sedes dos municípios a serem inundados, para as cidades de Açu, Mossoró e Natal, principalmente" (Gomes da Silva, 1989:42).

Com o término da construção da barragem em maio de 1983 e o progressivo reconhecimento de que não haveria um grande projeto público na região, ou de que sua instalação seria adiada e suas metas reduzidas, abriu-se a perspectiva da entrada de grandes empresas que já haviam identificado o potencial do vale. A partir daí dar-se-á a difusão progressiva da agricultura irrigada moderna no Baixo-Açu, concentrando-se naqueles dois municípios que apresentavam o maior potencial de irrigação do Vale: Açu e Ipanguaçu.

A consolidação do movimento empresarial em direção ao Baixo-Açu dar-se-á no pós-85, caracterizando-se num processo de apropriação privada do investimento público. As grandes empresas que aportam no Vale, ao que tudo indica, já estariam seguras de

que a intervenção estatal seria localizada.

Com a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a conseqüente regularização da vazão do rio Açu, são potencializadas as possibilidades de irrigação num trecho considerável, o que favoreceu a penetração desses grandes capitais por verem asseguradas e em condições bastante favoráveis a infra-estrutura necessária à instalação de seus empreendimentos.

Estes aspectos, porém, não foram a única razão para a mudança de direção da região.

A partir desse momento, a produção agrícola no Baixo-Açu passou por profundas transformações no sentido do estabelecimento de um padrão mais moderno de produção. Essas alterações podem ser detectadas tanto na diversificação do mercado de produtos (onde começa a despontar culturas como melão, melancia e outras frutíferas em detrimento de culturas tradicionais de subsistência) como na definição de um moderno padrão tecnológico para produção de fibras (algodão herbáceo irrigado) como, também, na constituição do mercado de trabalho (onde as relações do tipo assalariamento temporário - safristas ou bóias-frias - passam a ter peso significativo na constituição da força-de-trabalho do setor agropecuário local, além da tendência de expansão de formas de relações de trabalho do tipo assalariamento puro).

Os objetivos básicos que nortearam o movimento empresarial em direção ao Baixo-Açu foram:

a) a produção de fibras de algodão, visando o provimento de matéria-prima das empresas. Nesse caso, enquadram-se a Algodoeira São Miguel, pioneira na região com esse interesse específico; hoje, suas terras estão de posse da CIANÊ (Companhia Nacional de Estamparia) que chega ao Baixo-Açu com o mesmo objetivo de produzir fibras⁷. Uma outra empresa que se desloca para o Vale com interesse na produção de fibra é a FINOBRASA Agroindustrial S/A. Esta empresa, além de ter diversificado sua produção (milho, arroz e manga) expande suas atividades no campo do beneficiamento da produção. Um terceiro grupo têxtil a aportar no Vale foi o GIORGI⁸.

b) a produção de frutas e hortaliças visando o abastecimento interno e externo. Neste grupo, as principais empresas são a Agropecuária KNOLL Ltda, pioneira na exploração irrigada do Vale do Açu, hoje com a produção bastante diversificada (melão, banana, uva, manga, tomate, cebola, etc.); e a Frutas do Nordeste Ltda (FRUNORTE), que se firma na produção de melão (em 1990 produziu 26 mil toneladas, as quais 30% para exportação) e já tem campos plantados com manga, uva, acerola e grape fruit.

7. Com a reorganização acionária do grupo CIANÊ em 1990, a fazenda TAISA, localizada no Baixo-Açu, ficou sob o controle do setor cimenteiro, herdado pela parte feminina da família. Com a nova denominação de "Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S/A (PS S/A), esta empresa utilizará seus 520 ha irrigados na produção de sementes de algodão e frutas tropicais em 1991.

8. A Fazenda São Guilherme, que é a unidade produtiva do grupo GIORGI no Baixo-Açu, entrou em concordata em outubro de 1990 devido a dificuldades financeiras do grupo. Até esse ano, a fazenda contava com 74 ha irrigados.

Oportunamente, no Capítulo III, voltaremos a comentar sobre a área irrigada e a produção dessas empresas.

2.1.3. O PROGRAMA SERTÃO NOVO - Irrigação

distrofia, tubulações e reservatórios cujo dimensionamento

Bastante significativo para conformação do atual quadro da irrigação no Baixo-Açu, principalmente fora do raio de ação das grandes empresas, foi a instituição do PROGRAMA SERTÃO NOVO - Irrigação.

Esse programa foi estabelecido para a safra de 1988 pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, tendo como órgão executor a Secretaria da Agricultura (SAG). Tinha como propósito fomentar a prática da agricultura irrigada nas localidades que apresentassem potencialidade para essa prática, com ênfase para as regiões dos vales úmidos do Estado. Com isso, objetivava, conforme se lê no seu manual de divulgação (SAG, 1988), tornar a produção agrícola estável, elevar a produção e produtividade dos cultivos e diversificar a pauta de produtos agrícolas.

A condição básica para ter acesso a esse programa era que o beneficiário fosse detentor de um imóvel que já contasse

com uma infra-estrutura hídrica e de energia e possuísse solos passíveis de serem irrigados.

O plano de ação desse programa constava da instalação de um "kit de irrigação" na propriedade, mediante a realização prévia de um planejamento agrícola que definisse o potencial de irrigação da unidade produtiva e a capacidade de reembolso do beneficiário. Cada kit de irrigação era composto de uma eletrobomba, tubulações e aspersores cujo dimensionamento dependia das determinações estabelecidas pelo planejamento agrícola que eram elaborados por empresas credenciadas pela SAG/COHIDRO. Havia uma tendência a se estabelecer um tamanho limite de até três hectares para definição de um kit, multiplicando-se o número de kits ao se extrapolar essa área. Contudo, como afirmam os técnicos da Extensão Rural, esse não era um critério muito rígido.

Em casos especiais, os investimentos a serem realizados poderiam incluir despesas de fundação e manutenção das culturas a irrigar, que podem ser assim desdobradas: "regulação ou sistematização do solo, construção de drenos e canais de irrigação, estruturas hidráulicas de controle e distribuição de água, desmatamento, enleiramento, destoca, limpeza da área, construção de cercas isolando a área de irrigação, além de ações complementares previstas nos projetos executivos e de produção agrícola" (SAG, 1988:4).

Dentre as condições gerais de ação do programa

destaca-se o "contrato de permuta" que tem a seguinte conformação: o total dos investimentos realizados pelo programa podem ser ressarcidos através da permuta dos investimentos em quantidade de produto ou seu equivalente em dinheiro, com carência do prazo que define o início de estabilidade do fluxo de receitas do projeto que, em geral, prolonga-se, no máximo, por um ano agrícola. "Apurado o valor das inversões, este será convertido pela Coordenação do PROGRAMA SERTÃO NOVO em volume do produto escolhido pelo beneficiário, tomando-se por base o preço mínimo fixado pela Companhia de Financiamento da Produção - CFP, vigente à época da assinatura do contrato" (SAG, 1988:4). Vale salientar que os produtos que entram na pauta de permuta (algodão, arroz, feijão, milho, gergelim e sorgo granífero) não precisam estar, obrigatoriamente, inclusos na área a ser implementada com irrigação pelo programa.

O programa Sertão Novo - Irrigação, que se propunha através da distribuição de kits de irrigação expandir a agricultura irrigada em áreas propícias, tem dado uma contribuição insignificante no fomento à pequena irrigação nas unidades produtivas da região do Baixo-Açu. Ao nosso ver, a principal causa desse fato foi o tratamento indiferenciado aos diversos estratos de produtores, conforme define o tipo de beneficiário nos seguintes termos: "Serão beneficiários do PROGRAMA SERTÃO NOVO - Irrigação produtores detentores de imóveis regularizados (proprietários, ocupantes de terras devolutas, posseiros, beneficiários de projetos de assentamento, arrendatário e parceiro-outorgado) que apresentem potencialidades

em água e solo para o uso da tecnologia da irrigação" (SAG, 1988:4).

No desenrolar desse trabalho, procuraremos mostrar como esse PROGRAMA SERTÃO NOVO - Irrigação foi apropriado pela classe dos proprietários que, em geral, exploram uma pequena faixa de terra relativamente à terra apropriada, constituindo-se numa estratégia de recriação da parceria na agricultura irrigada na região do Baixo-Açu.

2.2. O PROJETO BAIXO-AÇU E SUAS CARACTERÍSTICAS

2.2.1. BREVE HISTÓRICO DO PROJETO

A gênese da ação planejada do Estado no Baixo-Açu, via grande projeto de irrigação, dar-se-á quando a HIDROSERVICE desenvolve um estudo de reconhecimento da bacia do rio Piranhas, sob encomenda da SUDENE e posteriormente do DNOCS, no qual é feito um reconhecimento de solos e são identificados locais de possíveis aproveitamentos hidráulicos no Baixo-Açu. É a partir desses estudos, desenvolvidos no período de 1967/71, que o DNOCS decide encomendar a SERETE S/A Engenharia o "Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica do Projeto Baixo-Açu", em 1972.⁹

Este estudo conclui pela viabilidade de irrigação de uma área líquida de 21.788 ha, situada nas margens do rio Açu, entre as cidades de Açu e Pendências, e pela construção do açude Eng. Armando Ribeiro Gonçalves, principal fonte hídrica do projeto, a ser construído no local anteriormente denominado Oiticica II.

9. As informações seguintes sobre o Projeto Baixo-Açu foram extraídas do DNOCS (1979):

Este estudo permitiu a elaboração dos projetos executivos da barragem e da primeira etapa de irrigação, na margem direita do rio Açu, compreendendo uma área bruta de 9.000 ha. Esses projetos, igualmente, foram confiados à SERETE S/A Engenharia.

Posteriormente, visando a elaboração do cadastro físico das áreas de projeto, foi contratado com a Cruzeiro do Sul S/A o levantamento aerofotogramétrico de uma área de cerca de 160.000 ha, na escala de 1:5.000, trabalho concluído em 1976. O cadastro das áreas a serem desapropriadas, por sua vez, foi realizado pela LASA - Engenharia e Prospecções S/A. Finalmente, em 1979, foi iniciada a construção da barragem, pela Construtora Andrade Gutierrez S/A.

O Projeto Baixo-Açu foi concebido como um conjunto de três fases distintas, porém imbricadas e simultâneas, assim distribuídas: 1) construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves no leito do rio Piranhas-Açu; 2) à montante da barragem, na bacia de inundação, o assentamento da população remanescente da ação desapropriatória das terras inundadas que, como forma de sobrevivência, seriam beneficiadas com a implantação de um Pólo Pesqueiro; 3) a terceira fase constaria da instalação, na bacia de irrigação à jusante da barragem, do projeto de colonização de irrigantes de 22.000 ha, em áreas aluvionais.

A morosidade com que se efetivou a implantação do projeto serviu apenas para uma total desarticulação entre as três

fases inicialmente concebidas. Passados mais de 12 (doze) anos do início das obras de implantação do projeto apenas a barragem foi concluída (em maio de 1983). As demais etapas, inclusive o perímetro irrigado¹⁰, após terem sido alvo de constantes ações de recuos e de desinformações pelos órgãos oficiais, parecem que caíram no esquecimento. Essas manobras são entendidos como ações premeditadas pelas oligarquias locais que "obstacularizam a implantação dos projetos - especificamente no que se refere à desapropriação das terras para os programas de assentamento dos colonos - de modo a usufruir parasitariamente a valorização imobiliária que os investimentos públicos provocam na região" (Graziano da Silva, coord. 1989:127).

Na concepção do DNOCS, órgão oficial responsável pela condução do Projeto em todas as fases de implantação, o Projeto Baixo-Açu se constituía numa "exceção à regra" tendo em vista que a decisão de construção da barragem foi simultânea à elaboração de um projeto de irrigação e da instalação de um pólo pesqueiro. É sabido que até então a atuação do DNOCS na instalação de Perímetros Irrigados estava atrelada ao aproveitamento de grandes barragens que haviam sido construídas em épocas bem anteriores,

10. Esse projeto atualmente está sendo substituído pelo Projeto Baixo-Açu 5000, um "novo" projeto de irrigação que está sendo implantado em áreas de tabuleiro na margem direita do rio Açu. Planejado pelo DNOCS, esse projeto ao seu término deverá ser operado e administrado pelo Estado do RN, devendo ocupar uma área bruta de 5.000 ha, abrangendo parte dos municípios de Ipanguaçu, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues. No momento realizam-se as obras físicas de captação e adução, correspondente a 1ª Etapa, e já se publicou edital para seleção de irrigantes, técnicos agrícolas, agrônomos e empresas agropecuárias.

no período conhecido como de "solução hidráulica" às quais, em geral, não estavam articuladas a programas de irrigação com colonização. Contudo, a implementação do Projeto Baixo-Açu revelou a total desarticulação das três fases inicialmente concebidas, deixando dúvidas quanto à intenção de se efetivamente "quebrar" a regra geral ou se o anúncio do entrelaçamento das três fases não se tratava apenas de um mecanismo destinado a amortecer o processo de resistência popular que começava a se esboçar por ocasião da instalação do Projeto e o conseqüente desencadeamento das ações desapropriatórias nas áreas que lhes estavam afetadas. Esta dúvida se fundamenta no fato de que passados quase doze anos de construção da barragem (a barragem foi concluída em maio de 1983) o assentamento da população rural à montante da mesma e a implantação do pólo pesqueiro, bem como as três fases da implantação na bacia de irrigação do perímetro irrigado, ainda não foram efetivadas.

De concreto sobre o projeto Baixo-Açu, hoje, temos a desapropriação dos 91.490 ha à jusante, prevista no decreto, jamais ocorreu e o projeto público original de irrigação do "Baixo-Açu", no qual se esperava assentar também os ocupantes e desapropriados das áreas a montante, não "saiu do papel". O projeto hoje em implantação na área (o Baixo-Açu 5.000) nada tem a ver com o inicialmente planejado. Está sendo implantado no "arisco" de Alto do Rodrigues, tendo sido "concebido" para ocupar uma superfície de 1000 ha (em fase piloto) onde serão desapropriados 2.192,50 ha pertencentes a 128 famílias (DNOCS, 1987).

Segundo alguns funcionários do DNOCS entrevistados, "não adianta o governo querer resolver um problema social criando outro", destacando que "na beira do rio são pequenos irrigantes... seria mais caro para o DNOCS desapropriar" e que haveria um "conflito social no desalojamento de tanta gente". Isso também justifica o fato de o projeto agora em implantação localizar-se em uma área mais distante do rio.

2.2.2. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Quando da realização dos estudos de viabilidade técnico-econômica para implantação do Projeto Baixo-Açu, encomendados pelo DNOCS à SURETE S/A Engenharia a partir de 1972, foi definida como área de influência do projeto aqueles municípios que tivessem suas áreas afetadas direta ou indiretamente pelas obras de implantação do mesmo. Desse modo, foram incluídos como diretamente atingidos os municípios de São Rafael, Jucurutu, Açu e Ipanguaçu, e os municípios de Santana do Matos, Paraú, Augusto Severo, Afonso Bezerra, Pendências, Carnaubais e Alto do Rodrigues como aqueles que seriam afetados indiretamente, no mínimo por suas proximidades das obras de instalação do projeto.

Na Tabela 1, estes municípios, com suas respectivas áreas físicas, encontram-se distribuídos por microrregião, de cuja observação podemos aferir a extensão da área tida como de influência do projeto que totaliza uma superfície de 878.200 ha.

TABELA 1. Projeto Baixo-Açu. Área de Influência do Projeto.

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	ÁREA (Km ²)
Salineira Norte-Riograndense	Alto do Rodrigues	191
	Carnaubais	1.012
	Pendências	367
Açu-Apodí	Açu	1.510
	Augusto Severo	1.070
	Parau	386
	Ipanguaçu	606
	São Rafael	443
Sertão de Angicos	Afonso Bezerra	556
	Santana do Matos	1.642
Seridó	Jucurutu	999
Total		8.782

FONTE: DNOCS (1979).

Com referência aos municípios diretamente afetados, quer pela formação do reservatório, quer pela implantação do perímetro irrigado, cujas obras implicam prévias desapropriações de áreas, a Tabela 2 mostra a distribuição da superfície total dos mesmos com as suas respectivas áreas afetadas.

Vale salientar que o processo de impactação direta nos municípios deu-se de forma e intensidade diferenciadas. Daqueles municípios que foram afetados por atos desapropriatórios, por se situarem em áreas definidas para comporem a bacia de inundação e/ou obras de fundação da barragem Armando Ribeiro Gonçalves (Tabela 2), merece destaque a situação do município de São Rafael. Este município teve, além da sua área rural, toda a sua zona urbana inundada, implicando na construção de uma nova cidade, a Nova São Rafael, e posterior transferência da sua população para a nova localidade edificada. Ainda teremos oportunidade, no corpo deste trabalho, de voltarmos à discussão das profundas implicações que tiveram para as populações residentes dessas áreas e para a região como um todo as ações de desapropriações e transferências desses contingentes populacionais. Quanto ao município de Ipanguaçu, que também sofreu impactos diretos da implantação do Projeto, além de ter parte de sua área desapropriada para construção do reservatório, foi o município escolhido para sediar o perímetro de Irrigação.

Embora reconheçamos que os critérios utilizados pelos estudos de viabilidade técnico-econômica na definição da área de influência do Projeto Baixo-Açu sejam mais amplos, para nosso

TABELA 2. Projeto Baixo-Açu. áreas Diretamente Atingidas pelo Projeto.

Município	Superfície Territorial (ha)	área Afetada (ha)				
		Pelo Perímetro de Irrigação	Pelo Reservatório	Total	desap. inund.	desap. inund.
São Rafael	44.300	-----	20.636	9.665	20.636	9.665
Jucurutu	99.900	-----	10.152	4.278	10.152	4.278
Ipanguaçu	60.600	10.362	4.931	2.311	15.293	2.311
Açu	151.000	-----	5.510	2.846	5.510	2.846
Total	355.000	10.362	41.337	19.100	51.799	19.100

FONTE: DNOCS (1979).

trabalho definimos como área de influência do Projeto apenas os municípios de Açu e Ipanguaçu. Assim o fizemos por entendermos que as grandes transformações ocorridas na estrutura produtiva da região, decorrentes da implantação do Projeto Baixo-Açu¹¹, estão intimamente relacionadas à presença dos grandes projetos privados de irrigação que aportam na região por esse período. Não menosprezamos o efeito das desapropriações na nova conformação da estrutura fundiária dos municípios atingidos, com reflexos diretos na estrutura dos mesmos. Mas entendemos que foi a presença de agentes do grande capital comprando terras que possibilitou o estabelecimento de um mercado de terras cuja dinâmica jamais tinha sido sequer imaginada para a região. E a ação desses agentes se concentrou exatamente nos municípios de Açu e Ipanguaçu. Nesse sentido, merece destaque o excelente trabalho da Professora Conceição Moura (1989) que, ao inovar o campo da investigação da dinâmica da estrutura fundiária através da pesquisa em cartório, mostra como o Estado se constitui no grande gerenciador do processo de concentração fundiária, quando executa uma intervenção na infra-estrutura via programas induzidos. No caso específico do Projeto Baixo-Açu, lembra a Professora que "simultânea e posteriormente às desapropriações há um grande volume de transações de terra" (Moura, 1991:28). E se

11. Os municípios abrangidos pelo "novo" Projeto Baixo-Açu 5000 (veja nota 12) não foram considerados área de influência porque, no nosso entender, esse "novo" Projeto nada tem a ver com o Projeto Baixo-Açu inicialmente planejado, além de sua implantação ser posterior ao período em que realizamos a pesquisa de campo.

isso se dá, como ocorreu em Açú e Ipanguaçu, na presença de grandes agentes do capital, tem-se como resultado a intensificação desse movimento de compra e venda de terras. A esse assunto voltaremos com maiores detalhes no sub-tópico 2.3.5.

Não há mais lugar para dúvidas de que a chegada em massa de grandes grupos econômicos, a partir de 1982, com atividades voltadas para a agricultura irrigada que se concentraram nos municípios de Açú e Ipanguaçu, está ligada à construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Conforme observamos em pesquisa de campo, os impactos da ação estatal ao intervir na região ficaram concentrados naqueles municípios porque, além de se constituírem na bacia de irrigação do projeto, possibilitando o aproveitamento das obras de infra-estrutura por empreendimentos privados, Açú já se constituía num centro de certa tradição comercial, polarizando, juntamente com a cidade de Macau, toda a área de influência do Vale. É visível o processo de transformações na estrutura urbana por que passam esses dois municípios, Açú e Ipanguaçu, principalmente a cidade de Açú, decorrentes da construção e funcionamento da Barragem.

2.3. A ESTRUTURA AGRÁRIA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO BAIXO-AÇU

A discussão que empreenderemos nesse tópico abrangerá os seguintes pontos: 2.3.1. Distribuição da Propriedade da Terra; 2.3.2. Distribuição da Posse da Terra; 2.3.3. Condição do Produtor; 2.3.4 Indicadores de Modernização Agrícola; e 2.3.5. Discussão dos Dados. Para efetivação dessa discussão, utilizaremos dados provenientes da pesquisa "A Irrigação e Problemática Fundiária do Nordeste" - PRONI/FECAMP. Nessa pesquisa trabalhamos, especificamente, o Baixo-Açu, por ser essa nossa área de interesse de tese. Em assim sendo, reproduziremos, inicialmente, alguns esclarecimentos feitos na pesquisa, com relação a utilização dos dados.

a) Partimos do entendimento de que a estrutura fundiária refere-se unicamente à distribuição da posse ou propriedade da terra. Por estrutura agrária entende-se o conjunto da estrutura fundiária, relações sociais de produção e da base técnica produtiva ("modernização agrícola"). Daí porque fomos induzidos a análise de dados referentes à Condição do Produtor e ao Nível de Mecanização da Exploração Agrícola.

b) Foram utilizados basicamente dois tipos de dados: 1) as Estatísticas Cadastrais do INCRA, cuja unidade de coleta é o

imóvel rural (unidade de propriedade) de 1978 e 1984; 2) os Censos Agropecuários da FIBGE, de 1975, 1980 e 1985, cuja unidade de coleta é o estabelecimento agropecuário (unidade administrativa), que independe da forma jurídica de apropriação da terra. Assim sendo, as informações dos Censos Agropecuários prestam-se ao estudo da posse ou acesso à terra (inclusive de não proprietários), enquanto os dados dos levantamentos cadastrais permitem o estudo da propriedade da terra.

...to no que diz respeito a área ocupada por proprietários de

c) Com base no agrupamento dos imóveis por estrato de área, calculamos algumas medidas de desigualdade da distribuição da propriedade da terra, tais como: índice de Gini, porcentagem da área ocupada pelo conjunto dos 50% dos menores imóveis (50-), porcentagem de área ocupada pelo conjunto do 1% dos maiores (1+), a área média e a área mediana. Estas medidas foram obtidas para 1978 e 1984, o que possibilitou uma comparação e verificação das eventuais mudanças ocorridas ao longo do período.

d) Os dados dos Censos Agropecuários também agrupam os estabelecimentos por estratos de área. A partir daí calculamos uma série de indicadores de distribuição da posse da terra para os anos de 1975, 1980 e 1985, entre os quais destacamos: área média, área mediana, porcentagem dos estabelecimentos de menos de 10 e menos de 100 ha e respectiva área ocupada, índice de Gini, porcentagem da área ocupada pelo conjunto dos 50% dos menores estabelecimentos (50-), porcentagem da área ocupada pelos conjuntos dos 10% e 1% dos maiores estabelecimentos (10+ e 1+), área média dos 10+ e dos 1+.

e) Os dados relativos à Condição do Produtor (proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante) e ao Nível de Mecanização de Exploração Agropecuária foram levantadas e analisados com base nos Censos Agropecuários.

4.2.1. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM 1984

As informações relativas à Condição do Produtor permitem avaliar a importância das formas temporárias de acesso à terra, tanto no que se relaciona à sua presença quantitativa, quanto no que diz respeito à área ocupada. Os indicadores de modernização agrícola foram analisados com o objetivo de verificar o avanço da agricultura na área de influência do Projeto.

Antes de passar a apresentação dos resultados é de fundamental importância atentarmos para o seguinte: como o Projeto Baixo-Açu é bastante recente e, como consequência, estava em sua fase de implantação quando da realização do último levantamento cadastral (1984) e Censo Agropecuário (1985), é provável que as informações não tenham captado o impacto que porventura a instalação do projeto tenha provocado na região. Isto é muito provável, principalmente porque na região do Baixo-Açu a irrigação vem tendo um desenvolvimento mais acelerado nos últimos anos. Para superação dessa limitação realizamos uma pesquisa de campo, através da qual entrevistamos segmentos representativos do setor agropecuário local. Durante as viagens a estas regiões, pudemos detectar indícios de um processo de fortes mudanças na estrutura agrária local não revelados com a mesma ênfase nas últimas estatísticas disponíveis. Estas informações serão

discutidas no último ponto deste tópico, 2.3.5., quando realizarmos as análises dos dados.

2.3.1. DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA

A) Município de Açú

A distribuição da propriedade da terra e sua evolução no período 1978/1984, no município de Açú, pode ser apreciada nas tabelas 3 e 4, onde podemos destacar os seguintes pontos:

a) o número de imóveis aumenta 82,5%, passando de 687 para 1.254, enquanto a área cadastrada cresce 40%, de 81.850 para 114.777 ha. Como consequência, há um decréscimo da área média, de 119,1 para 91,5 ha. Entretanto, a área mediana apresenta um discreto aumento, face ao significativo crescimento do número e da área dos imóveis nos estratos intermediários de área, principalmente nas classes de 10 a 50 ha e de 50 a 100 ha, conforme podemos verificar na tabela 3;

b) nos últimos dois estratos praticamente não ocorrem mudanças no número e na área ocupada pelos imóveis;

c) a área ocupada pelos 50- aumenta de 6,1 para 8,0%, enquanto a área detida pelos 1+ decresce de 26,5 para 23,7 do total (Tabela 4);

d) o índice de Gini diminui de 0,734 para 0,701 (Tabela 4);

e) quanto à categoria dos imóveis, não há mudanças significativas em Açu, no período 1978/1984.

3.2. B) Município de Ipanguaçu

As tabelas 5 e 6 apresentam os principais dados relativos à distribuição das propriedades da terra em Ipanguaçu, a respeito dos quais destacamos os seguintes pontos:

a) no período 1978/1984 o número de imóveis aumentou 50,3% (de 449 para 675), enquanto a área cadastrada cresceu apenas 17,9% (de 57.611 para 67.928 ha). Como consequência, a área média reduz-se de 128,3 para 100,6 ha (Tabela 5). A área mediana também diminui de 23,0 para 20,6 ha (Tabela 6), tendo em vista um maior aumento do número de imóveis nos menores estratos de área.

b) a área ocupada pelos imóveis 50- tem um pequeno aumento, de 4,0 para 4,5%, enquanto os imóveis 1+ vêm sua participação na área reduzida de 50,4 para 44,7% (Tabela 6).

c) o índice de Gini reduz-se de 0,824 para 0,806, permanecendo, todavia, em um patamar bastante elevado (Tabela 6).

d) quanto à categoria dos imóveis, a única alteração ocorrida entre 1978 e 1984 é o aumento relativo do número e da área das empresas rurais, permanecendo estável a situação dos minifúndios e ocorrendo uma pequena diminuição percentual no número e área dos latifúndios (Tabela 5).

2.3.2. DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA

A) Município de Açu

Em relação à distribuição da posse da terra no período 1975/1985 no município de Açu, podemos fazer as seguintes observações, com base nos dados das tabelas 7 e 8:

a) no quinquênio 1975/1980, o número de estabelecimentos diminui 3%, ou seja, de 1.930 para 1.864, enquanto a área ocupada aumenta 32%, passando de 68.511 para 90.464 ha. A área média, como consequência, evolui de 35,5 para 48,5 ha (Tabela 7). A área mediana diminuiu de 5,6 para 4,2 ha, uma vez que há um aumento relativo no número dos menores estabelecimentos (Tabela 8);

b) no período de 1980/1985 aumenta o número de estabelecimentos, que passa de 1.864 para 2.155 superando a marca de 1975, e área ocupada também aumenta, evoluindo de 90.464 para 96.511 ha. A área média dos estabelecimentos decresce de

48,5 para 44,7 ha (Tabela 7) e a mediana aumenta de 4,2 para 7,5 ha (Tabela 8), revelando um pequeno aumento do número de estabelecimentos nos estratos intermediários;

c) acompanhando os movimentos anteriormente descritos, o índice de Gini oscila sempre entre elevados valores, em torno de 0,85 (Tabela 8);

d) a área ocupada pelos estabelecimentos 50- reduz-se entre 1975 e 1980 de 2,7 para 1,6%, aumentando novamente em 1985 para 2,4%. A área ocupada pelos 1+ cresce de 31,9 para 34,5% entre 1975 e 1980, mantendo esse mesmo percentual em 1985. As áreas médias dos 10+ e 1+ aumenta entre 1975 e 1980, reduzindo-se um pouco no quinquênio 1980/1985, mas mantendo-se acima das registradas em 1975 (Tabela 8).

B) Município de Ipanguaçu

A distribuição da posse da terra no período 1975/1985 em Ipanguaçu apresenta uma evolução diferente daquela da propriedade da terra, conforme se pode verificar através das tabelas 9 e 10, nas quais destacamos os seguintes pontos:

a) no período 1975/1980, o número de estabelecimentos aumenta 5% (de 1.226 para 1.287), sendo que a respectiva área ocupada decresce 42,5% (de 65.639 para 37.846). Esta diminuição,

surpreendente, talvez seja devida basicamente ao "desaparecimento" de um estabelecimento com 24.829 ha. Como consequência da grande diminuição da área ocupada e aumento do número de estabelecimentos, há uma drástica redução da área média dos imóveis no quinquênio 1975/1980, passando de 53,5 para 29,4% (Tabela 9). A área mediana também sofre uma redução de 3,3 para 1,5 ha (Tabela 10) devido a um grande aumento do número no menor estrato de área, de 0 a 1 ha, que passa de 88 para 487. É oportuno chamar a atenção para os valores significativamente inferiores das áreas média e mediana dos estabelecimentos, em relação as mesmas áreas dos imóveis, decorrente das pequenas áreas dos arrendatários, parceiros e ocupantes;

b) no quinquênio 1980/1985 diminui tanto o número de estabelecimentos (cai de 11,1%, de 1.287 para 1.158), quanto a área (cai de 9,8%, de 37.846 para 34.477 ha). Dai porque a área média basicamente não sofre alteração (Tabela 9), nem a área mediana que passa de 1,5 para 1,9 ha (Tabela 10);

c) a área ocupada pelos estabelecimentos de menos de 10 ha aumenta de 3,7 para 4,7 entre 1975 e 1980, e se mantém em 1985 com 4,8 ha (Tabela 10);

d) o índice de Gini, que já é bastante elevado em 1975 (0,899), aumenta continuamente ao longo do período (Tabela 10);

e) a área ocupada pelos estabelecimento 50- apresenta

uma contínua diminuição em toda série analisada, diminuindo de 1,6 para 1,1 entre 1975 e 1980 e voltando a cair para 0,9 % em 1985 (Tabela 10);

f) a área dos 10+ experimenta um pequeno aumento no primeiro quinquênio, cresce de 85,7 em 1975 para 87,1% em 1980, voltando ao valor inicial (85,7%) em 1985 (Tabela 10);

g) a área dos 1+ diminui no quinquênio 1975/1980 de 54,7 para 46,1% apresentando uma ligeira recuperação no quinquênio seguinte, chegando a 51,6% em 1985. Acompanhando este movimento, a área média destes estabelecimentos diminui de 2.931 para 1.356 ha entre 1975 e 1980, voltando a aumentar para 1.381 ha em 1985 (Tabela 10).

2.3.3. CONDIÇÃO DO PRODUTOR

A) Município de Açú

A análise da Tabela 11, que mostra a condição do produtor em 1975, 1980 e 1985 no município de Açú, não aponta mudanças significativas ao longo do período.

Em todos os casos, a principal forma de acesso à terra

é a condição de proprietário, que oscila sempre em torno dos 50% do total dos estabelecimentos e ocupa uma porcentagem de área em torno de 90%, com uma pequena evolução em 1985 onde atinge os 96,5%. Os parceiros aumentam sua participação tanto na área quanto em estabelecimento no quinquênio 1975/80, caindo um pouco nesses dois parâmetros no quinquênio seguinte (1980/85), mantido contudo o avanço em relação a 1975. Os ocupantes, embora apresentem evolução idêntica aos parceiros no primeiro quinquênio (1975/80), experimentam uma significativa redução em 1985, tanto em relação a 1980 quanto a 1985. Os arrendatários reduzem sua participação total nos dois quinquênios.

B) Município de Ipanguaçu

Os dados relativos à condição do produtor em Ipanguaçu, em 1975, 1980 e 1985, contidos na Tabela 12, apresentam alguns aspectos que merecem ser destacados:

a) a presença majoritária dos arrendatários, parceiros e ocupantes, quando comparados com os proprietários, nos dois quinquênios analisados. O conjunto desses precaristas (arrendatários, parceiros e ocupantes), passa de 68,5 para 71,8% do total dos estabelecimentos entre 1975 e 1985. Em relação à área ocupada, entretanto, a sua participação é muito menor: 12,9% em 1975, 9,6% em 1980 e 13,5% em 1985, o que revela a área média

bastante menor destes estabelecimentos, exceto no caso dos arrendatários onde se inverte essa tendência;

b) entre os precaristas, destaca-se a participação dos parceiros, que são 38,8% em 1975, 40,9% em 1980 e 47,7% em 1985. A respectiva área ocupada tem uma grande expansão, passando de 1,9% para 3,4% do total, nos 10 anos analisados;

os arrendatários, apesar de aumentarem a participação percentual entre 1975 e 1980 (de 11,1 para 25,3%), sofrem uma considerável queda na sua participação percentual em 1985 (de 25,3 para 9,8%). Apresentam, contudo, uma recuperação na área ocupada no decênio analisado (de 4,5% em 1975, 2,7% em 1980, voltando para 4,3% em 1985);

d) os ocupantes têm reduzido o seu número relativo (de 18,6 para 14,3%), mas quase recuperam sua participação na área total (de 6,5 para 5,8%) na amplitude dos dois decênios.

2.3.4. INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

A) Município de Açu

A análise da Tabela 13 evidencia que, apesar de um baixo nível de modernização, a exploração agrícola começa a

apresentar mudanças no período 1975/1985 no município de Acu. Merece destaque a evolução da porcentagem dos estabelecimentos que usam insumos (defensivos, fertilizantes), com ênfase para a proporção de fertilizantes químicos nos estabelecimentos que usam fertilizantes. A área média irrigada, apesar de ainda muito pequena, mais que dobra no primeiro quinquênio e se mantém em 1985. Esses dados vêm corroborar com nossas observações iniciais de que a região em foco vem sofrendo maior impacto da irrigação em período muito recente. Isso, no nosso entender, explicita uma tendência de incremento no processo de modernização da atividade agrícola.

Com referência a significativa variação do número de bovinos/1000 hectares de pastagens, que se retrai de 924,7 em 1980 para 208,5 em 1985, se explica pelo seguinte fato: inicialmente constatamos que houve uma pequena queda no efetivo de bovinos, de 15.887 em 1980 para 14.416 em 1985; complementarmente, há um significativo aumento no total de áreas com pastagens naturais que variam 16.992 hectares em 1980, para 68.962 hectares em 1985. Em contrapartida há um movimento inverso nas áreas ocupadas por matas e florestas naturais que passam de 46.016 hectares em 1980 para, apenas, 3.290 hectares em 1985.

B) Município de Ipanguaçu

A análise dos indicadores de modernização agrícola em Ipanguaçu, contidos na Tabela 14, apresenta apenas alguns pontos

a destacar, uma vez que não há muitas diferenças significativas:

a) a porcentagem de estabelecimentos que se utilizam de insumos modernos (fertilizantes e defensivos) tem uma expressiva e crescente expansão em todo o período analisado;

b) semelhante ao que ocorreu no município de Açú, também foi considerável a evolução dos estabelecimentos que usam insumos, com destaque para o avanço dos fertilizantes químicos;

c) a proporção da área irrigada em relação à área trabalhada mais do que triplica na amplitude dos dez anos;

d) com referência a diminuição da área média irrigada (de 6,1 ha em 1980 para 4,7 ha em 1985) parece refletir o movimento de compras de terra por grandes empresas agropecuárias no município (Tabela 15) e que só estarão em efetiva exploração irrigada a partir da segunda metade dos anos oitenta. A essa questão voltaremos com maiores detalhes no sub-tópico seguinte.

2.3.5. DISCUSSÃO DOS DADOS

A estrutura fundiária dos municípios do Vale do Açú, sob influência do Projeto Baixo-Açú, apresenta como característica básica um elevado índice de concentração da propriedade e da posse da terra, com índices de Gini superiores a

0,8 nos dois períodos analisados (1978 a 1984; 1975 a 1985).

O índice de concentração da posse da terra é mais elevado que o da propriedade, indicando que as formas temporárias de acesso à terra (arrendamento, parceria e ocupação) caracterizam-se pela sua pequena dimensão, conforme podemos verificar pelas Tabelas 3, 5, 8 e 10. Comparando-se a distribuição dos imóveis e dos estabelecimentos por estratos de área, verifica-se que estes últimos apresentam-se em porcentagem maior nos menores estratos.

Sabemos que a maior parte das terras dos projetos privados de irrigação inicialmente instalados encontra-se no município de Ipanguaçu. Assim sendo, é bastante provável que o aumento da concentração da posse da terra neste município esteja vinculado à construção da barragem e a conseqüente valorização da terra. O índice de concentração da propriedade da terra nesse município sofre uma pequena redução entre 1978 e 1984, o que aparentemente é contraditório. Entretanto, com base nas informações obtidas na pesquisa de campo podemos dizer que possivelmente o cadastro de 1984 não captou o processo de concentração em curso, que já é observado pelo Censo Agropecuário de 1985.

Não há dúvida que a presença mais marcante de alguns indicadores de modernização agrícola nos dois municípios analisados deva-se aos projetos privados de irrigação instalados na primeira metade da década de oitenta.

Queremos ressaltar, contudo, que as informações disponíveis sobre a estrutura agrária dos dois municípios, anteriormente analisadas, não captam, ainda, mudanças que possam ser atribuídas à implementação da barragem e dos projetos privados de irrigação. Pelas informações obtidas durante a pesquisa de campo, há indicações de um processo de concentração da propriedade da terra, que estaria acontecendo no período mais recente, após a realização do Censo Agropecuário de 1985. É sobre essas informações de campo que passaremos a discutir a seguir.

No nosso entender, a região do Vale do Açu, sob influência do Projeto Baixo-Açu, foi palco de profundas transformações na sua estrutura agrária recente, mais especificamente a partir do início dos anos 80.

Condicionaram favoravelmente este processo: a) a introdução da agricultura irrigada empresarial; b) o efeito da barragem Armando Ribeiro Gonçalves sobre a vazão do rio Açu e; c) a entrada de grupos empresariais, do setor têxtil e agroindustrial.

A condição necessária que serviu de suporte para conformação dessa situação foi, inicialmente, a constatação de que áreas de várzea e algumas áreas contíguas (arisco) eram de grande importância para a produção agrícola, principalmente para a agricultura irrigada. Como a maioria das propriedades com menos de 50 ha se encontra na várzea ou em áreas próximas, significou que o processo de compra e venda de imóveis, que se instalou na

região do Baixo-Açu, envolveu grande número de pequenas propriedades¹². Envolveu, além disso, um número muito elevado de pequenos estabelecimentos, de parceiros, ocupantes e arrendatários, todos com áreas inferiores a 50 ha (a maioria inferiores a 10 ha). Esse processo, por características próprias desses grupos no que concerne às formas de acesso à terra, não poderia se dar senão de uma forma traumática. Assim, se sucedeu por dois motivos básicos: 1) porque parte das propriedades apresentavam problemas legais, o que exigiria providências, como por exemplo, a ação demarcatória ou a obtenção de uma "forma de partilha" para que pudessem ser transacionadas; 2) pelo elevado grau de absenteísmo dos proprietários e a presença de parceiros, ocupantes e arrendatários colocava-se o problema das indenizações no momento de realizar transações imobiliárias.

O fator mais importante, porém, na nova conformação da estrutura agrária nesses dois municípios foi, sem dúvida, a forma de intervenção do Estado no Vale. É dessa intervenção governamental para construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves que ocorrem os impactos fundamentais sobre a conformação atual de ocupação das terras, implicando na formação de um mercado de terras cuja especificidade maior é ser constituído de um número real e potencialmente grande de vendedores e de um pequeno número de compradores.

12. 69,7% das transações ocorridas de 1967 e 1987 envolveram propriedades inferiores a 50 ha.

Os dados da pesquisa de campo, coletados junto ao cartório de Ipanguaçu¹³, indicaram uma intensificação do movimento de compra e venda a partir de 1980 (Tabela 14). No nosso entendimento, a existência de desapropriações em 1979 e 1980 foi um fator decisivo para que certos proprietários resolvessem vender suas terras. Principalmente aqueles que as mantinham pouco exploradas e com número elevado de ocupantes. Aliás, essa também foi a conclusão a que chegou a Professora Conceição Moura pesquisando outro município da região, a que fizemos referência no sub-tópico 2.2.2.

A entrada de grandes empresas no Vale do Açu após 1982 interessadas na aquisição de grandes faixas de terra, contíguas ou não, são também responsáveis por mudanças na apropriação e uso das terras da região do Baixo-Açu. Inicialmente buscam as terras de várzeas à jusante da barragem e, posteriormente, atingem também as áreas de arisco, quando se intensifica o processo de compra de terras por esses grupos, de 1985 a 1987. é bom lembrar que no nosso entendimento a chegada desses grupos empresariais tem estreita ligação com a implantação do Projeto Baixo-Açu, o que não chega a se caracterizar como um fator isolado da ação de intervenção do Estado, mas, um dos seus desdobramentos.

Contudo, essas informações quanto ao período de entrada

13. Não foi possível o levantamento no Cartório do município de Açu porque não houve permissão do Juiz de Direito da Comarca para o acesso aos dados.

em cena das grandes empresas, permitem identificar que, até 1982 predominaram transações entre proprietários locais. Esses, por serem possuidores de maior volume de capital, aproveitaram-se de uma conjuntura de maior "desconfiança" sobre o futuro da propriedade das terras do Vale.

De 1982 em diante, a situação mudou radicalmente. O mercado assume contornos do tipo oligopsônico, onde um grande número de vendedores corresponde a um número reduzido de compradores representados pelas empresas do setor têxtil e agroindustrial.

Em 1982, devido à entrada no mercado de terras da Algodoeira São Miguel (ex-Âncora), a percentagem de transação com maiores áreas se elevou (Tabela 15). Nesse ano ocorreram 12 transações de compra e venda em terras com mais de 100 ha. Houve também uma participação significativa de revendas (8,5%).

Nos anos de 1986 e 1987 também sobem as porcentagens de transações com áreas maiores, o que reflete a intensa compra de terras por parte de grandes empresas. Além do interesse por áreas maiores que permitem uma maior flexibilidade na organização dos projetos e já asseguram condições para uma possível expansão no futuro, as empresas optam por áreas maiores porque a maioria dos imóveis grandes geralmente foi preservada de complicações jurídicas decorrentes do processo de fracionamento por herança. É possível que o próprio custo de uma área média ou grande acabe inferior ao custo final que resultaria da reaglutinação de muitos

imóveis pequenos.

O importante dessas análises dos dados da estrutura agrária e das informações da pesquisa de campo é a caracterização de uma situação regional em franca transformação e de que essas alterações não foram ainda captadas pelas estatísticas oficiais. Porém, um ponto de destaque maior é a percepção de que essas transformações ocorrem sob as benesses do gerenciamento estatal, que acaba por criar as condições necessárias para que o capital execute a expropriação dos pequenos produtores locais. É, como enfatiza a Professora Conceição Moura (1991:27) ao se referir a situação do Baixo-Açu, essa "expropriação de pequenos produtores não ocorreu por um processo natural de oferta de terra - mediado por qualquer razão, a seca por exemplo - mas por um processo induzido e paralelo às desapropriações para a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves."

Indiscutivelmente, porém, é que a região do Baixo-Açu, com ênfase para os municípios de Açu e Ipanguaçu, configura-se hoje como um espaço produtivo que, em termos de produção irrigada, guarda pouca semelhança com a estrutura de produção do início da era 80. E a todo esse rearranjo espacial de produção, que engloba um padrão tecnológico mais avançado, soma-se a justificativa das empresas recém-chegadas de que suas compras de terra na região objetivam estritamente fins produtivos. Em assim se concretizando essas pretensões, podemos prever profundas transformações na produção agrícola da região nesse final de século.

2.4. TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na Região do Baixo-Açu vêm passando por uma série de transformações, tendo em vista as rápidas alterações ocorridas nas condições de produção no Vale. O novo padrão tecnológico de produção que se rearranja com o advento das empresas agropecuárias provoca grandes interferências na produção local pela rapidez com que se implanta e se difunde, comparativamente ao patamar tecnológico dominante na Região até então, inclusive na atividade irrigada. Essas empresas, em geral, estão ligadas a grandes grupos nacionais, agropecuários ou agroindustriais do Centro-Sul, que têm como base de produção a utilização de modernas tecnologias, às quais estão atreladas profundas alterações nas relações capital-trabalho.

A intensa e rápida interferência dessas empresas no mercado de trabalho local impactaram as relações de trabalho explicitando uma série de limitações desse fator frente ao processo de capitalização da produção agrícola da região. Essas limitações têm origens desde o baixo nível de qualificação da mão-de-obra, até a ausência da estruturação de um mercado de trabalho acessível, capaz de viabilizar a adoção de um novo padrão tecnológico que se fundamentasse numa expansão do

assalariamento temporário. Em contra-partida, e pelo caráter parcial de implantação do Projeto Baixo-Açu, os empreendimentos capitalistas se vêem na obrigação de investir maciçamente na construção desse mercado (edificando barracões, providenciando transporte, etc.), ou apelar para o assalariamento de pequenos produtores de núcleos próximos aos empreendimentos. Essas formas associadas (pequeno produtor-assalariado), porém, tenderam a gerar conflitos na definição da jornada de trabalho dos diaristas contratados, já que esses estavam interessados em reservar parte do tempo de trabalho diário para o cultivo da sua propriedade. A impossibilidade de compatibilizar os interesses da empresa que precisava utilizar intensivamente a força-de-trabalho e do pequeno produtor que ainda se encontrava ligado à terra, fez com que não se desenvolvesse esse tipo de relação, passando a se preferir a contratação de trabalhadores fora da área direta de influência do Projeto. Hoje, os municípios de Açu e Ipanguaçu, sede das empresas agropecuárias, se constituem num pólo de atração de mão-de-obra para agricultura irrigada que abrange outras microrregiões vizinhas, chegando a extrapolar os limites do próprio Estado do Rio Grande do Norte.

A recência da implantação do Projeto Baixo-Açu e, conseqüentemente o início das atividades das empresas agropecuárias, não permitem que os seus impactos na região sejam registrados nas estatísticas oficiais. Contudo, os relatos feitos por dirigentes sindicais e diretores de projetos privados evidenciam o sentido e a dimensão das alterações nas relações de trabalho. Não se tem mais dúvida, por exemplo, da grande

incidência do trabalho assalariado na Região, até porque essa é a forma predominante de relação de trabalho nas empresas. Mas, além da grande variação quantitativa (dirigentes sindicais estimam cerca de 3.000 trabalhadores no dipólo Açú-Ipanguaçu) já podemos registrar modificações qualitativas com reflexos, principalmente, na forma de organização da classe trabalhadora. A prova concreta desse fato foi a realização, em dezembro de 1990, da primeira "Convenção Coletiva de Trabalho Cumulada com Acordo Coletivo de Trabalho". Essa convenção, com vigência até 31/05/91, foi assinada por quatro das maiores empresas da área (Agro Knoll Ltda, FRUNORTE, FINOBRASA e AGROVALE), pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte - FETARN e Sindicatos Rurais dos municípios envolvidos. O grande mérito dessa convenção é ter conseguido abordar questões básicas referentes às condições de trabalho, tais como:

a) além de estabelecer um teto salarial (Cr\$ 10.250,00) ficou determinado que nunca poderia ser inferior ao salário mínimo acrescido de 5%;

b) assegurou o pagamento de salário na doença;

c) pagamento semanal e sempre no horário de trabalho;

d) além de assegurar transporte em condições dignas, a empregadora se tornava co-responsável por acidentes ocorridos;

e) ficaram também garantidos, entre outras coisas:

adicional de solubilidade, água potável nos locais de trabalho, estabilidade para gestantes e alojamento para os trabalhadores que não residem na jurisdição dos sindicatos convenientes.

Por ocasião de nossas pesquisas de campo, estavam-se processando negociações dos termos da segunda Convenção Coletiva de Trabalho na região. As negociações chegaram ao seu final mantidas as conquistas anteriores que passaram a vigorar a partir de 01 de junho de 1991 com término previsto para maio de 1992. Dentre as conquistas mantidas são ressaltadas pelo movimento sindical em folhetos de divulgação:

Piso salarial unificado nunca inferior ao salário mínimo acrescido de 5%; salário na doença; transporte com banco e cobertura; assinatura da carteira de trabalho; água potável no local de trabalho; estabilidade da empregada gestante; fiscalização do INSS com o sindicato; alojamento digno de moradia; desconto da contribuição social mensal; pagamento no horário de serviço; multa por infração quando a empresa não cumprir o acordo.

Como já enfatizamos, essas alterações de ordem qualitativa são por demais sintomáticas do estágio transformador porque passam as relações de trabalho na região. Para se ter uma idéia mais nítida é bastante nos atermos às condições de organização dos trabalhadores em épocas anteriores. É sabido que os sindicatos de trabalhadores rurais dessas áreas eram compostos de diversas categorias de trabalhadores em que, quase sempre, os

trabalhadores "exclusivamente" assalariados eram minorias. Eram sempre um misto de pequenos proprietários, parceiros e assalariados. Isso foi bastante evidente nos momentos das desapropriações para implantação do Projeto Baixo-Açu, em que os sindicatos rurais tiveram participação muito marcante, no nosso entender, por afinidade com a problemática da população envolvida: pequenos proprietários na maioria das vezes sem título jurídico da terra, parceiros e moradores sem garantias de indenizações. Hoje, sem dúvida, a conjuntura da produção agrícola irrigada na região do Baixo-Açu está forçando uma especialização da atuação do sindicato, no que se refere à categoria de trabalhadores para a qual estará voltado, sendo a realização dessas Convenções Coletivas de Trabalho a prova mais decisiva do sentido e profundidade dessas transformações.

Essa especificidade a ser exigida do Sindicato Rural nada mais é do que o reflexo de uma situação mais ampla. Na área de influência do Projeto Baixo-Açu, com bastante ênfase para presença e atuação das Empresas Capitalistas, se estabelecem dois grupos de propriedades de produção agrícola irrigada. Um deles, organizado à base do trabalho assalariado, permanente e temporário, produz culturas nobres para o mercado externo e/ou grandes centros comerciais nacionais, ou para agroindústrias têxteis. O outro produz o mercado interno regional, cujos principais produtos são melão espanhol, feijão-verde, milho-verde, melancia, tomate e pimentão; e têm como suporte básico da força de trabalho a parceria e o trabalho assalariado temporário. Esse último ponto é de fundamental importância para o nosso

interesse específico de estudo: a permanência da parceria como forma de organização de trabalho na agricultura irrigada. Explicitemos melhor essa questão.

A definição de um novo padrão de produção irrigada no Baixo-Açu, foi fundamentalmente, resultante da instalação do Projeto Baixo-Açu e da chegada ao Vale das Empresas Capitalistas. Estes fatos fizeram com que as condições de produção locais passassem por um processo de adaptações no sentido de atingirem um padrão mais moderno de produção ou de se inserirem num padrão mais especificamente capitalista de produção. Nesse sentido, começou a sobressair-se como relação de trabalho o assalariamento temporário. As figuras do morador e do meeiro perdem cada vez mais as ligações com a terra, recém-desapropriada e incorporada a empresas agropecuárias que empregam tecnologia pouco utilizadora de mão-de-obra, a não ser em algumas etapas específicas da produção como o plantio e a colheita. Com isso, não se justifica a permanência daquele trabalhador, a não ser temporariamente. Acontece, porém, que todos os dados estatísticos dos municípios analisados mostram que houve um aumento do número de estabelecimentos sob parceria e respectivo aumento de área total e média dos mesmos, conforme pode ser visto nas Tabelas 11 e 12. No nosso entender, com base nas pesquisas de campo, esse aumento do número de estabelecimentos com parceria é resultado, principalmente, de uma expansão da fronteira produtiva no interior das propriedades, inclusive algumas grandes, fortalecendo a agricultura irrigada. Isso foi favorecido tanto pelo clima de euforia com a agricultura irrigada que se instala

no Vale no pós-barragem, como pelos incentivos governamentais via linhas especiais de crédito e distribuição de kits de irrigação aos proprietários rurais. Essa expansão da área irrigada possibilitou, além do aumento de relação de parceria em moldes tradicionais, o aparecimento de uma "nova" parceria mais moderna. Essa "nova" parceria se constitui numa relação de produção ligada à agricultura irrigada na qual o proprietário, por desconhecimento técnico específico para administrar a exploração ou por não estar diretamente vinculado à atividade agrícola (profissionais liberais, herdeiros, etc.), se "associa" a antigos trabalhadores irrigantes, e desenvolvem projetos de produção irrigada.

Com isto, estamos apenas tangenciando a argumentação falaciosa que busca identificar a parceria como uma relação de trabalho associada a formas arcaicas de exploração agrícola. E por não concordamos com o encaminhamento da discussão sobre a parceria, simplesmente, nos marcos de um entendimento ora como uma forma de exploração atrasada do trabalho, ora como assalariamento disfarçado, é que procuraremos, no próximo capítulo, o entendimento dessa forma particular de organização do trabalho dentro dos marcos de referência da organização do trabalho na agricultura capitalista.

TABELA 3. Distribuição da Propriedade da Terra (imóveis) em 1978 e 1984 - Açu (RN).

ESTRATOS DE ÁREA E CATEG.	NUM. DE IMÓVEIS	1978				1984				
		ÁREA TOTAL	% ACUM. IMÓVEIS	% ACUM. ÁREA	ÁREA MÉDIA	NUM. DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	% ACUM. IMÓVEIS	% ACUM. ÁREA	ÁREA MÉDIA
Menos de 10	129	689,1	17,5	0,8	5,74	219	1209,0	17,5	1,1	5,52
10 a 50	294	7039,8	60,3	9,4	23,94	547	13444,3	61,1	12,8	24,58
50 a 100	103	7105,3	75,3	18,1	68,98	249	15411,3	80,9	26,2	61,89
100 a 500	141	29876,4	95,8	54,6	211,89	205	43630,0	97,3	64,2	212,87
500 a 1000	21	14207,1	98,0	72,0	676,53	26	17946,5	99,4	79,8	690,25
1000 e mais	8	22933,7	100,0	100,0	2866,71	8	23128,2	100,0	100,0	2891,03
TOTAL	687	81851,4	100,0	100,0	119,14	1254	114777,3	100,0	100,0	91,53
Município	477	12816,5	69,4	15,7	26,87	897	21400,6	71,6	18,7	23,86
Empresa Rural	13	2095,2	71,3	18,6	164,25	46	9874,2	75,3	27,3	214,66
Latif.p. Exploração	197	66639,7	100,0	100,0	338,27	310	83452,5	100,0	100,0	269,20
Latif.p. Dimensão	0	0,0	100,0	100,0	ERR	0	0,0	100,0	100,0	ERR
TOTAL	687	81851,4	100,0	100,0	119,14	1253	114727,3	100,0	100,0	91,56

FONTE: INCRA.

TABELA 4. Medidas de Tendência Central e de Desigualdade da Distribuição da Terra em 1970 e 1984 no Município de Açu.

INDICADORES	1978	1984
ÍNDICE DE GINI	0,734	0,701
% DA ÁREA DOS 50-	6,1	8,0
% DA ÁREA DOS 1+	26,5	23,7
ÁREA MÉDIA (ha)	119,1	91,5
MEDIANA (ha)	31,7	32,2

FONTE: PRONI/FECAMP (Dados do INCRA).

TABELA 5. Distribuição da Propriedade da Terra (imóveis) em 1978 e 1984 - Ipanguaçu (RN).

ESTRATOS DE ÁREA E CATEG.	1978					1984				
	NUM. DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	Z ACUM. IMÓVEIS	Z ACUM. ÁREA	ÁREA MÉDIA	NUM. DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	Z ACUM. IMÓVEIS	Z ACUM. ÁREA	ÁREA MÉDIA
Menos de 10	111	522,2	24,7	1,0	4,97	198	955,1	29,3	1,4	4,82
10 a 50	199	4671,6	69,0	9,1	23,48	288	6849,2	72,0	11,5	23,78
50 a 100	57	4176,5	81,7	16,3	73,27	83	6406,7	84,3	20,3	72,37
100 a 500	71	14598,1	97,6	41,6	205,49	92	19184,3	97,9	48,5	207,66
500 a 1000	8	6829,3	99,3	52,1	753,66	12	8873,7	99,7	61,5	739,48
1000 e mais	3	27593,5	100,0	100,0	9197,83	2	26137,7	100,0	100,0	13068,85
TOTAL	449	57613,2	100,0	100,0	128,83	675	67926,7	100,0	100,0	100,63
Minifúndio	339	7437,3	76,2	12,9	21,94	504	8759,3	74,8	12,9	17,38
Empresa Rural	4	524,2	77,1	13,9	131,85	34	6638,1	79,8	22,7	195,24
Latif.p. Exploração	102	49470,1	100,0	100,0	485,00	136	52450,2	100,0	100,0	385,66
Latif.p. Dimeação	0	0,0	100,0	100,0	ERR	0	0,0	100,0	100,0	ERR
TOTAL	445	57431,6	100,0	100,0	129,06	674	67847,6	100,0	100,0	100,66

FONTE: INCRA

TABELA 6. Medidas de Tendência Central e de Distribuição da Propriedade da Terra em 1978 e 1984 no Município de Ipanguaçu (RN).

INDICADORES	1978	1984
ÍNDICE DE GINI	0,824	0,806
% DA ÁREA DOS 50+	4,0	4,5
% DA ÁREA DOS 1+	50,4	44,7
ÁREA MÉDIA (ha)	128,3	100,6
MEDIANA (ha)	23,0	20,6

FONTE: PRONI/FECAMP (Dados do INCRA).

TABELA 7. Distribuição da Posse da Terra (1975, 1980, 1985) - Acu (RN).

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	1975				1980				1985						
	Núm. de estab.	Área total	Z Acum. estab.	Z Acum. área	Núm. de estab.	Área total	Z Acum. estab.	Z Acum. área	Núm. de estab.	Área total	Z Acum. estab.	Z Acum. área	Área média		
Menos de 2	581	623	30,1	0,9	1,07	636	601	34,1	0,7	0,94	682	639	31,6	0,7	0,94
2 a 5	345	1056	48,0	2,5	3,46	317	946	51,1	1,7	2,98	288	845	45,0	1,5	2,93
5 a 10	211	1449	58,9	4,6	6,87	142	945	58,7	2,8	6,65	212	1458	54,9	3,0	6,88
10 a 20	299	4219	74,4	10,7	14,11	194	2624	69,2	5,7	13,53	268	3694	67,3	6,9	13,78
20 a 50	222	6799	85,9	20,6	30,63	209	6194	80,4	12,5	29,64	295	9272	81,0	16,5	31,43
50 a 100	142	8789	93,3	33,5	61,89	212	12627	91,7	26,5	59,56	251	14620	92,6	31,6	58,25
100 a 200	62	8443	96,5	45,8	134,18	66	8802	95,3	36,2	133,36	74	10227	96,1	42,2	138,20
200 a 500	47	14379	98,9	66,8	305,94	54	16637	98,2	54,6	300,09	53	15110	98,5	57,9	285,09
500 a 1000	16	11175	99,7	83,1	698,44	22	15834	99,4	72,1	719,73	23	16192	99,6	74,7	704,00
1000 e mais	5	11579	100,0	100,0	2315,80	12	25254	100,0	100,0	2104,50	9	24454	100,0	100,0	2717,11
TOTAL	1930	68311	100,0	100,0	35,50	1864	90464	100,0	100,0	40,53	2155	96511	100,0	100,0	44,78

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS.

TABELA B. Indicadores da Posse da Terra em 1975, 1980 e 1985 no Município de Açu.

INDICADORES	1975	1980	1985
Área Média (ha)	35,5	48,5	44,8
Área Mediana (ha)	5,6	4,2	7,5
% estab. de menos de 10 ha	58,9	58,7	54,9
% área estab. menos de 10 ha	4,6	2,7	3,0
% estab. de menos de 100 ha	93,3	91,7	92,6
% área estab. menos 100 ha	33,5	26,4	31,6
índice de Gini	0,820	0,847	0,823
% área dos 50-	2,7	1,6	2,4
% área dos 10+	72,9	76,1	72,0
% área do 1+	31,9	34,5	34,5
Área média dos 10+ (ha)	259,0	369,0	321,2
Área média do 1+ (ha)	1133,0	1674,0	1548,3

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS 1975/80/85.

TABELA 9. Distribuição da Posse da Terra (1975, 1980 e 1985) - Ipanguaçu (RN).

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	1975					1980					1985				
	Num. de estab.	Área total	Z Acum. estab.	Z Acum. área	Área média	Num. de estab.	Área total	Z Acum. estab.	Z Acum. área	Área média	Num. de estab.	Área total	Z Acum. estab.	Z Acum. área	Área média
Menos de 2	400	510	32,6	0,8	1,28	688	478	53,5	1,3	0,69	606	516	52,3	1,5	0,85
2 a 5	322	982	58,9	2,3	3,05	298	615	69,6	2,9	2,96	196	563	69,3	3,1	2,87
5 a 10	136	945	70,0	3,7	6,95	106	689	77,9	4,7	6,58	85	567	76,6	4,8	6,67
10 a 20	113	1558	79,2	6,1	13,79	84	1120	84,4	7,7	13,33	71	980	82,7	7,4	12,68
20 a 50	95	3038	86,9	10,7	31,89	88	2653	91,2	14,7	30,15	96	2937	91,0	15,9	30,59
50 a 100	61	4412	91,9	17,4	72,33	42	2912	94,5	22,4	69,33	50	3476	95,3	26,0	69,52
100 a 200	56	6907	96,1	27,9	135,43	34	4706	97,1	34,8	130,41	29	3932	97,8	37,4	145,59
200 a 500	30	8211	98,5	40,5	273,70	25	7624	99,1	55,0	304,96	16	5020	99,2	52,0	313,75
500 a 1000	13	8275	99,6	53,1	636,54	11	7549	99,9	74,9	686,27	7	4566	99,8	65,2	652,29
1000 e mais	5	30009	100,0	100,0	6161,80	1	9500	100,0	100,0	9500,00	2	12009	100,0	100,0	6000,00
TOTAL	1224	65639	100,0	100,0	53,54	1287	37846	100,0	100,0	29,41	1158	34477	100,0	100,0	29,77

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS.

TABELA 10. Indicadores de Distribuição da Posse da Terra em 1975, 1980 e 1985 no Município de Ipanguacu.

INDICADORES	1975	1980	1985
Área média (ha)	53,5	29,4	29,8
Área mediana (ha)	3,3	1,5	1,4
% estab.de menos de 10 ha	70,0	77,9	76,6
% área estab. menos de 10 ha	3,7	4,7	4,8
% estab.de menos de 100 ha	91,9	94,5	95,3
% área estab. menos de 100 ha	17,4	22,4	26,0
índice de Gini	0,899	0,905	0,917
% área dos 50-	1,6	1,1	0,9
% área dos 10+	85,7	87,1	85,7
% área dos 1+	54,7	46,1	51,6
Área média dos 10+ (ha)	459,0	256,0	242,7
Área média dos 1+ (ha)	2931,0	1356,0	1381,5

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS 1975/80/85.

TABELA 11. Condição do Produtor em 1975, 1980 e 1985, no Município de Açu (RN)

CATEGORIAS	1975					1980					1985				
	No. de estab.	Área (ha)	Área média	Z estab.	Z área	No. de estab.	Área (ha)	Área média	Z estab.	Z área	No. de estab.	Área (ha)	Área média	Z estab.	Z área
Proprietário	1020	61797	60,59	52,8	90,2	800	80141	99,10	43,3	88,6	1224	92142	76,09	56,8	96,5
Arrendatário	60	1758	29,30	3,1	2,6	44	1493	33,93	2,4	1,7	21	347	7,00	1,0	0,2
Parceiro	505	1143	2,26	26,2	1,7	667	2271	3,40	35,8	2,5	604	1032	3,36	20,0	2,1
Ocupante	345	3814	11,06	17,9	5,6	345	6562	19,02	18,5	7,3	305	1395	3,91	14,2	1,2
TOTAL	1930	68512	35,50	100,0	100,0	1864	90467	48,53	100,0	100,0	2154	94516	44,00	100,0	100,0

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS.

TABELA 12. Condição do Produtor em 1975, 1980 e 1985 no Município de Ipanguaçu (RN).

CATEGORIAS	1975					1980					1985				
	No. de estab.	Área (ha)	Área média	% estab.	% área	No. de estab.	Área (ha)	Área média	% estab.	% área	No. de estab.	Área (ha)	Área média	% estab.	% área
Proprietário	386	57191	148,16	31,5	87,1	320	34221	106,94	24,9	90,4	327	20839	63,72	28,5	81,8
Arrendatário	136	2966	21,81	11,1	4,5	326	1016	3,12	25,3	2,7	114	1457	12,78	9,9	5,7
Parceiro	476	1239	2,60	38,8	1,9	527	1426	2,71	40,9	3,8	552	1579	2,83	48,1	4,6
Ocupante	228	4242	18,61	18,6	6,5	114	1186	10,40	8,9	3,1	155	1993	12,85	13,5	7,9
TOTAL	1226	65638	53,54	100,0	100,0	1287	37049	29,41	100,0	100,0	1148	25468	22,18	100,0	100,0

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS.

TABELA 13. Indicadores de Modernização Agrícola em 1975, 1980 e 1985 no Município de Açu (RN).

INDICADORES	1975	1980	1985
No. bovinos/1000 ha pastagens	525,7	924,7	208,5
Área explorada*/área total (%)	85,1	92,1	94,5
Área trabalhada*/área total (%)	12,5	22,5	19,6
Área lavouras temp./área trabalhada (%)	52,6	83,9	79,4
% estab. com fertilizantes	7,0	23,2	13,1
% estab. com fertilizantes químicos/estab. com uso de fertilizantes	19,3	51,0	77,7
% de estabelecimentos com defensivos	10,9	37,6	43,7
% de estabelecimentos com tratores	0,2	3,1	1,3
No. de tratores/1000 ha de área explorada	0,1	0,7	0,3
% de estabelecimentos com financiamento	12,0	21,1	12,3
Área irrigada/área trabalhada (%)	3,3	5,7	5,4
Área média irrigada (ha)	2,5	5,4	5,3

* "Área trabalhada é aquela onde efetivamente se incorpora capital, abrangendo as áreas com lavouras (permanentes e temporárias), pastagens plantadas e matas plantadas. Área explorada inclui a área trabalhada mais pastagens e matas naturais" (Kageyama, 1988:95).

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS 1975/80/85.

TABELA 14. Indicadores de Modernização Agrícola em 1975, 1980 e 1985 no Município de Ipanguaçu (RN).

INDICADORES	1975	1980	1985
No. bovinos/1000 ha pastagens	413,0	713,9	656,5
Área explorada*/área total (%)	83,5	88,8	89,4
Área trabalhada*/área total (%)	10,5	23,8	18,0
Área lavouras temp./área trabalhada (%)	52,4	76,9	84,4
% estab. com fertilizantes	8,7	29,5	18,7
% estab. com fertilizantes químicos/estab. com uso de fertilizantes	32,1	38,2	70,0
% de estabelecimentos com defensivos	10,0	37,6	53,4
% de estabelecimentos com tratores	0,6	1,2	2,3
No. de tratores/1000 ha de área explorada	0,2	0,7	0,9
% de estabelecimentos com financiamento	10,8	7,7	10,6
Área irrigada/área trabalhada (%)	5,4	11,4	16,5
Área média irrigada (ha)	6,0	6,1	4,7

* Vide Tabela 13.

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS 1975/80/85.

TABELA 15. Número de Transações de Compra e Venda por Estrato de Área - Município de Ipanguaçu - 1976/87.

	[0 - 10]		[10 - 50]		[50 - 100]		[100 ...]		Sem Informação		TOTAL
	inform.	%	inform.	%	inform.	%	inform.	%	inform.	%	
1976 1ª. transação	6	50,0	2	16,7	2	16,7	1	8,3	-	-	12
1976 Outras transações	-	-	1	8,3	-	-	-	-	-	-	
1977 1ª. transação	2	16,7	4	33,3	3	25,0	3	25,0	-	-	12
1977 Outras transações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1978 1ª. transação	3	12,5	13	54,2	2	8,3	3	12,5	-	-	24
1978 Outras transações	-	-	1	4,2	-	-	2	8,3	-	-	
1979 1ª. transação	9	45,0	3	15,0	2	10,0	4	20,0	-	-	20
1979 Outras transações	1	5,0	-	-	1	5,0	-	-	-	-	
1980 1ª. transação	31	53,4	13	22,4	3	5,2	5	8,6	4	6,9	58
1980 Outras transações	1	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	
1981 1ª. transação	11	28,2	16	41,0	5	12,8	4	10,3	1	2,6	39
1981 Outras transações	-	-	-	-	-	-	2	5,1	-	-	
1982 1ª. transação	9	19,1	12	25,5	3	6,4	12	25,5	1	2,1	47
1982 Outras transações	2	4,3	1	2,1	1	2,1	4	8,5	2	4,3	
1983 1ª. transação	15	41,7	8	22,2	4	11,1	5	13,9	-	-	36
1983 Outras transações	1	2,8	-	-	-	-	3	8,3	-	-	
1984 1ª. transação	24	53,3	7	15,6	5	11,1	3	6,7	-	-	45
1984 Outras transações	3	6,7	2	4,4	-	-	1	2,2	-	-	
1985 1ª. transação	8	32,0	9	36,0	1	4,0	2	8,0	-	-	25
1985 Outras transações	2	8,0	-	-	1	4,0	2	8,0	-	-	
1986 1ª. transação	8	27,6	10	34,5	-	-	4	13,8	1	3,4	29
1986 Outras transações	2	6,9	1	3,4	2	6,9	1	3,4	-	-	
1987 1ª. transação	5	38,5	4	30,8	-	-	2	15,4	-	-	13
1987 Outras transações	1	7,7	-	-	1	7,7	-	-	-	-	
TOTAL	144	40,0	107	29,7	37	10,3	43	17,5	9	2,5	360

* Dados Parciais.

Nota: a primeira transação significa o primeiro registro de compra e venda dos imóveis; as outras transações computam registros de imóveis que já tenham sido transacionados pelo menos uma vez.

FONTE: PRONI/FECAMP (Dados do Cartório de Registro de Imóveis de Ipanguaçu).

CAPÍTULO III

A PERSISTÊNCIA DA PARCERIA NA AGRICULTURA IRRIGADA

3.1. ASPECTOS GERAIS SOBRE A PARCERIA

O quadro social da agricultura brasileira tem como característica uma grande diversidade de relações de produção que vai desde a constituição de pequenos parceiros escassamente monetizados em regiões de agricultura atrasada, como por exemplo na zona semi-árida nordestina, até a presença de agentes sociais numa conjuntura de agricultura modernizada, cujo dinamismo é dado pelos complexos agroindustriais (CAIs)¹. Nestes, "conforma-se um novo bloco de interesses mas que sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais" (Delgado, 1985:41). Por concentrarem-se espacialmente nos Estados do Centro-Sul do País revelam o caráter diferenciador, e mesmo excludente de grupos sociais e regiões econômicas, do processo de modernização da agricultura brasileira.

Em todo esse espectro a parceria tem-se destacado como uma relação de emprego/trabalho muito presente o que descaracteriza qualquer tentativa de identificá-la como uma especificidade de áreas de agricultura ou regiões atrasadas, sob o domínio do capital mercantil. Da mesma

1. Para uma análise sobre a constituição dos complexos agroindustriais, ver Muller (1989), Delgado (1985), Kageyama coord. (1987), entre outros.

forma, e pelos mesmos motivos, descartamos qualquer referência, a priori, à parceria como uma relação atrasada, pré-capitalista ou algo semelhante sob pena de cair num determinismo histórico. Atribuir à simples presença da parceria a conformação de uma situação característica de relações de produção atrasadas seria entender o conceito de modo de produção, no caso o capitalista, através de categorias puras e rígidas. Seria esquecer que o capital, no afã de aumentar cumulativamente o lucro, torna-se bastante criativo, recriando formas de produção tidas historicamente como pretéritas e permitindo a reprodução de formas modernas de dominação do modo de produção; considerar a parceria como uma relação de produção pré-capitalista seria reabrir um flanco para fomentar o reaparecimento de uma discussão, por muitos tida como superada, qual seja a da "concepção dualista" da sociedade brasileira.

E foi exatamente em torno da questão da existência ou não de "restos feudais" na agricultura brasileira que se travou o primeiro grande debate sobre o conteúdo da relação de parceria. Em um dos pólos dessa discussão estava Alberto Passos Guimarães (1964) que considerava a parceria como uma relação arcaica e atrasada, testemunho vivo dos restos feudais existentes no País; no outro extremo encontrava-se Caio Prado Júnior (1987) que, ao contrário, considerava a parceria uma relação mais evoluída até mesmo que o assalariamento. Sem querer reeditar esse debate, pois nos incluímos entre aqueles que o consideram superado, queremos resgatar, além do seu registro histórico algumas contribuições que nos auxiliarão na elucidação do nosso objeto de estudo. Como

já deixamos transparecer nos comentários iniciais desse tópico, nossa visão desta questão está bem próxima das argumentações de Caio Prado Júnior, daí porque o tomaremos como ponto de partida na reconstrução histórica das abordagens pertinentes ao tema em debate.

A discussão sobre a parceria empreendida por Caio Prado Júnior (1987) está contida no seu arcabouço crítico da tese dos "restos feudais". O vigor teórico com que esse autor minou as teses feudalistas já ocupou um período e espaço significativos do debate nas Ciências Sociais, passando a se constituir numa referência fundamental aos estudos pós-final dos anos 50, que nos desobriga a sua reprodução, principalmente porque não há fatos novos que o revitalize. O resgate do seu entendimento sobre parceria, que empreendemos isoladamente de contextualizá-lo no debate "feudalismo X capitalismo", prende-se ao fato da nossa identificação com as premissas gerais desse debate que concluem por entender a parceria, "em essência, como uma forma capitalista de relação de trabalho", ainda que a sua especificidade de remunerar o trabalhador com parte do produto, a "constitua em relação de emprego assimilável ao assalariado, não sendo entretanto puramente capitalista" (Prado Jr., 1987:40 e 99). É também ponto central de sua tese a não consideração da parceria como forma anacrônica, obsoleta de relação de produção que retardasse o desenvolvimento das forças produtivas e implicasse na sua eliminação ou na adoção de resistências à sua recriação.

Contudo, por não ter explicitado sua afirmação de que a parceria se constituía numa relação de emprego assimilável ao

assalariado, abriu caminho para interpretações do tipo assalariado disfarçado que lhe é corriqueiramente atribuída. Esta possibilidade de equívoco teórico teria sido evitada se tivesse sido explicitado o conteúdo de uma das formas básicas que assume a parceria - o parceiro-empregado, dentre as outras formas que tem assumido, quais sejam: de parceiro "sócio-menor" e de parceiro-administrador. A este assunto voltaremos a nos referir com maiores detalhes no desenrolar do trabalho.

No seu afã de demonstrar, apenas, que a parceria não poderia ser considerada como exemplo de "restos feudais", Prado Jr. acaba por fazer uma apologia da parceria, por mais que insista em dizer o contrário. Exemplo disso é sua ênfase em afirmar que a ocorrência da parceria em São Paulo, em épocas anteriores a 1950 e sem estar ligada à cultura do algodão, não teria expressão econômica apreciável; com isso quebrava qualquer sucessão cronológica que contivesse reminiscências ou anacronismos feudais. A esse respeito, Verena Stolcke (1986), sem deixar se envolver pelo debate "feudalismo X capitalismo", muito pelo contrário, ressalta a ocorrência da parceria no café pelos idos de 1847, quando da introdução do trabalho livre na agricultura paulista. E, no seu resgate, aponta no sentido de realce das características econômicas e sociais que consolidam essa relação de trabalho como uma atividade capitalista.

A importância que o trabalho de Verena Stolcke representa para o nosso estudo prende-se no fato dela ter se preocupado em desvendar as razões que levavam os fazendeiros a

optarem pela parceria, em detrimento do trabalho assalariado puro. É mesmo acatando a justificativa de que a incerteza do rendimento e dos preços do café tornavam a parceria mais atrativa frente a "possibilidade alarmante de que os salários absorvessem mais do que a renda decorrente da safra", destaca a possibilidade que se cria para o fazendeiro ou um seu preposto de fiscalizar o exercício do trabalho, já que "a supervisão necessária será insignificante, na medida em que o controle do trabalho será exercido pelo próprio trabalhador". (Stolcke, 1986:25). Estabeleciam-se, então, alguns traços distintos de incentivos que, no caso da cafeicultura em São Paulo, estavam estreitamente relacionados à ausência de um mercado de trabalho estruturado que garantisse a oferta local de força de trabalho para suprir a necessidade de mão-de-obra nas etapas de uso interno desse fator. Como os parceiros geralmente eram contratados em unidades familiares, aí repousava a possibilidade de investimento inicial menor na contratação de trabalhadores, com uma garantia de mais rendimento, em torno de pés de café, por trabalhador. Esta realidade é fruto da contingência de que a família do parceiro, no caso os irrigantes paulistas, se constituíam sempre em uma reserva barata de mão-de-obra.

Por tudo isso, a parceria, de início, parecia aos fazendeiros como o substituto mais adequado ao trabalho escravo. Mas, o grande peso que jogavam no "elemento incentivo", como alternativa ao trabalho coercitivo do escravo, começava a perder sua força ao se desmoronar para o trabalhador imigrante a ilusão de que o uso mais intensivo do seu trabalho lhe garantiria a

do que o do assalariamento puro, sem compará-lo propriamente com o trabalho escravo." E em outra passagem, assim se expressa: "Pode ser verdade que os escravos fossem mais rentáveis do que os trabalhadores livres, mas o retorno à escravidão não seria uma solução duradoura. Assim, explicar o fracasso do sistema de parceria pela sua produtividade relativamente inferior só seria razoável se não fosse iminente a abolição da escravidão." (Stolcke, 1986:49).

Também de fundamental importância dentre as abordagens que buscam dar uma contribuição analítica ao entendimento da relação da parceria partindo de uma experiência concreta, encontramos o clássico trabalho de Antônio Cândido Mello e Souza (1987) "Os Parceiros do Rio Bonito". Nesse trabalho, o autor embora tenha como preocupação central o entendimento das transformações na "cultura caipira" de grupos humanos no interior de São Paulo diante do avanço da urbanização emergente (1947 a 1954), faz uma análise da relação da parceria fixando-se em aspectos existenciais dos agentes que a vivenciaram. Na sua abordagem são resgatadas duas características fundamentais da parceria de vital importância nas nossas análises no decorrer deste trabalho. São elas: a) o caráter de transitoriedade e, b) o grau de autonomia nas decisões de produção. Vejamos com maiores detalhes cada uma dessas características.

A idéia de que a parceria é uma relação estável está explicitada a partir da forma como a conceitua. Assim: "A parceria no Brasil representa as mais das vezes situação de

que a parceria só se dará ligada a essas condições tradicionais.

A outra característica marcante da sua análise é a noção de autonomia da ação do parceiro. Entre as diversas modalidades de como se expressa a parceria no município de Bofete e localidades vizinhas, Mello e Souza (1987:107) faz um confronto entre as modalidades de 20, 25 e 30% e a meação, ou parceria a 50%. Na interpretação do autor, a lógica do fazendeiro é de que a meação é o tipo ideal, pois, como sócio igualitário, ele "investe capital apreciável e, portanto, intervém na empresa comum a fim de garantir-lhe o êxito" (Idem :187), implicando em um maior controle da ação do parceiro. Isso faz com que este tenha mais preferência pelas outras modalidades (parceiros de 20, 25 e 30%) que, além de garantir margens mais compensadoras de ganho, confere-lhe maior autonomia nas decisões de produção.

Mais importante, porém, é que já está posta na interpretação do Professor Antônio Cândido a idéia de autonomia do processo de trabalho na relação de parceria. Sabemos que a autonomia relativa da parceria no processo de produção, em se tratando de uma situação de fronteira de expansão do capital, como é o caso dos Parceiros do Rio Bonito, tem a ver com a não estruturação dos mercados de capitais, de terras, de produtos ou de insumos. É que, em se estruturando esses mercados, não faz mais sentido falar em autonomia do parceiro porque ela não existe mais: os cultivos e os métodos estão determinados, há uma imposição do que plantar, etc. Há apenas, agora, uma autonomia restrita ao processo de trabalho. É isso o Professor Antônio

proletarização urbana imposta pelo êxodo" (Idem:189). E mais, tem muita clareza que a proletarização rural engloba formas diferentes de subordinação do trabalho ao capital, que ele chama de autonomia nas decisões da produção, e que esse é um fator fundamental no entendimento do avanço da agricultura capitalista. Senão vejamos nessa sua colocação: "O parceiro, embora tenha padrão de vida equiparável ao de pequenos sitiantes, e mais dignidade social que o assalariado, é de certa forma um proletário rural, pela limitação da autonomia, a imobilidade espacial, a atrofia da vida cultural" (Idem:92.Grifos de A.G.S.).

Em síntese, podemos extrair dessas suas análises que a situação de parceria é transitória porque caminha para o assalariamento. Sempre que ao proprietário forem dadas condições favoráveis ou que se rompa alguma coisa que entravava a adoção do assalariamento, ele assim procederá; não sobrando ao trabalhador a opção de permanecer na parceria porque não quer ser assalariado. Isso, na sua concepção, constitui-se numa situação de transitoriedade para os dois pólos da relação.

Também no trabalho de Maria Rita Loureiro (1977), "Parceria e Capitalismo", fica explicitado, no bojo da sua caracterização da parceria como relação de produção não-capitalista, o seu entendimento da "autonomia parcial" do parceiro sobre o processo de trabalho. Nas suas palavras: "Na relação de produção capitalista, a extração da mais-valia se faz pela separação do trabalhador dos meios de produção e conseqüentemente dos produtos de seu trabalho, separação essa que

Nessa formulação, a parceria aparece como um processo de organização da produção baseado essencialmente no trabalho familiar, combinando muitas vezes algum grau de autoconsumo com a venda da força de trabalho ao proprietário. Nesse caso, a parceria aparece claramente como uma forma de garantir um estoque de mão-de-obra na propriedade. Nessa linha de raciocínio é bastante esclarecedora a colocação de Malagodi (1980:205) quando destaca "a capacidade do parceiro de 'esticar' a sua força de trabalho pessoal, juntando a ela a de sua mulher e de seus filhos. Se, porém, o proprietário tivesse que assumir o controle direto da produção, ele não iria dispor dessa força de trabalho familiar extra, a não ser à custa de elevação dos salários, o que diminuiria seu rendimento final e aumentaria seus riscos e sua dependência frente à mão-de-obra local." Bastante ilustrativos, também, são os comentários de César Barreira (1977) que extrapola a ação do parceiro a outras unidades produtivas, independentemente daquela propriedade na qual está inserido. Segundo ele, por condições específicas da estrutura das relações de produção do semi-árido nordestino, o parceiro é comumente um assalariado eventual noutra propriedade, em períodos de maior demanda de mão-de-obra assalariada, ou está associado ao cultivo de um pequeno pedaço de terra, quando se trata de pequeno proprietário.

Grosso modo, o que se observa é que esse entendimento da parceria como uma forma de garantir um estoque de mão-de-obra na propriedade reforçou o tratamento da parceria como assalariado "disfarçado", pela simples constatação de que ela é um expediente

caso (pequeno produtor substituto do assalariado permanente), uma progressiva expropriação dos meios de produção" (Grifos e parênteses de A.G.S.).

Em trabalho anterior (Gomes da Silva et alii, 1988:10), quando discutíamos os resultados dessa pesquisa, lembrávamos que ela nos permitia distinguir claramente a forma e o seu conteúdo. Ou seja, a organização do trabalho na agricultura capitalista se assenta necessariamente em diferentes combinações de apenas duas formas básicas: o trabalho familiar (ou camponês)² e o trabalho assalariado. Na verdade, o trabalho camponês é individual, qualificado e não especializado, no sentido de que é um trabalho integral, artesanal. O trabalho assalariado, ao contrário, tem um conteúdo distinto do trabalho familiar do pequeno produtor camponês. O trabalho assalariado é um trabalho coletivo, parcializado, especializado mas desqualificado no sentido de que é um trabalho indiferenciado, padronizado. É isso que lhe permite ser controlado (e até mesmo remunerado) pelo tempo desprendido, qual seja, a jornada de trabalho. Em resumo, o assalariado e o camponês são ambos trabalhadores - essa é a forma. Mas o conteúdo

2. Não estamos usando aqui o conceito clássico de camponês entendido como produtores autônomos de mercadorias que organizam o trabalho em base familiar, detêm a posse imediata dos meios de produção não estando subordinado diretamente ao capital. Utilizamos o conceito camponês no sentido do "novo camponês" definido por Graziano da Silva (1982) e Wanderley (1985) que o caracterizam como um "trabalhador para o capital", tendo sua produção diretamente vinculada à produção capitalista.

Essas formas de organização da produção são vistas como resultado do processo de expropriação já plenamente realizado pelo capital, com a especificidade de que a expropriação não vem acompanhada pela proletarização dos produtores diretos. Daí porque, reafirmamos, que o nosso entendimento do processo de proletarização de forma bastante ampla tem como base de fundamentação o processo de subordinação direta do trabalho ao capital, que vai além da expropriação total dos meios de produção do produtor direto; o que não deixa, por outro lado, de caracterizar esse camponês como um trabalhador não proletarizado para o capital.

Diante disto, não podemos tratar a parceria - que é como veremos adiante uma forma particular de organização do trabalho que permite combinar o trabalho familiar e o assalariado - como trabalho assalariado "disfarçado". É como já havíamos afirmado (Gomes da Silva et alii, 1984:14), "o fato de não podermos reduzir a parceria a um assalariamento disfarçado não significa que o parceiro não seja um trabalhador para o capital. Na verdade, a recriação da parceria e de outras formas de organização da produção assentadas no trabalho familiar no sistema capitalista, não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. A condição de sobrevivência do parceiro como produtor direto é a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes, etc., que ele tem que compartilhar com o proprietário. Não há portanto uma correspondência necessária entre as formas que assume a parceria e o seu conteúdo

(moderno/atrasado). A mesma forma tem conteúdos distintos dependendo das condições gerais do processo produtivo onde se insere".

Ora, se entendermos que a parceria, assim como outras formas de organização da produção assentadas no trabalho familiar, são produtos do próprio processo de produção capitalista, logo não podem ser consideradas estranhas ao capital ou pretéritas, obsoletas ou algo pré ou não capitalista, levantamos o seguinte questionamento: Por que o proprietário utiliza a parceria e não o trabalho assalariado?³. Essa passou a ser a questão fundamental do nosso trabalho.

Nos diferentes estudos aos quais nos referimos, os autores detectaram diversas razões que explicavam a permanência ou recriação da parceria nas diferentes situações por eles estudadas. A partir da conceituação do próprio Marx (1985a) fica patente que a falta de capital para empreender um exploração inteiramente capitalista com base no trabalho assalariado, se constituiu na forma geral para permanência da parceria. Essa forma geral assume nuances específicas, determinadas por razões também específicas, das quais são clássicas:

3. Estamos assumindo aqui que o trabalhador assalariado se constitui na forma mais geral, específica de organização do trabalho no sistema capitalista, na medida em que ele possibilita um controle da produção via domínio total do processo de trabalho possibilitando que se atinja graus elevados de automatismos.

a) insuficiência de recursos financeiros do proprietário frente à disponibilidade de terra - a utilização da parceria nesse caso tem o objetivo, principalmente, de repartir ou de não arcar com os custos variáveis, principalmente o pagamento da mão-de-obra; caracteriza-se uma situação, pelo não acesso ao sistema creditício, de impossibilidade de tocar a exploração com trabalho assalariado;

b) atividade agrícola com alto grau de risco - a parceria apresenta-se como uma forma de repartir os aportes de capital fixo necessários entre "sócios", em virtude do elevado grau de risco a que fica submetida a atividade principal. No Nordeste semi-árido, devido às condições de instabilidade dos fatores climáticos e à susceptibilidade aos rigores da seca, esta tem sido uma das razões da parceria, principalmente no algodão. O trabalho assalariado, contrariamente ao que ocorre na indústria, representa um adiantamento arriscado do capital variável;

c) absenteísmo do proprietário - aqui a parceria se constitui numa forma de garantir ao proprietário uma rentabilidade superior a do arrendamento (ou não cultivo) das terras que possui, prescindindo da sua presença direta ou constante no empreendimento. A ausência do proprietário nem sempre está ligada ao fato de morar fora da fazenda;

d) ausência de mercado de trabalho estruturado - a razão dessa ausência de mercado de trabalho condicionar a permanência ou recriação da parceria extrapola a simples disponibilidade de mão-de-obra e atinge exigências de níveis de

qualificação dos trabalhadores. Ou seja, não se trata apenas da necessidade de mão-de-obra assalariada, particularmente trabalhadores assalariados temporários, para fazer frente às exigências de pico de mão-de-obra em determinadas etapas do processo produtivo, mas também a ausência de graus de especialização para exercer atividades específicas na agricultura. Essa forma é característica de regiões de "expansão da fronteira agrícola e regiões onde, por força de mudanças na estrutura produtiva, ou na sua composição ou na tecnologia utilizada, aumentou-se bruscamente as exigências sazonais de força de trabalho em determinadas fases do ciclo produtivo. Neste caso, a parceria funciona como uma forma de reter mão-de-obra, constituindo-se os membros da família numa reserva interna de força de trabalho, especialmente nos casos onde o proprietário explora por conta própria parte da propriedade." (Gomes da Silva et alii, 1988:18).

Sem perder o referencial mais geral da permanência da parceria na agricultura brasileira, procuraremos explicitar essa questão através da análise de situações concretas de existência da relação de parceria ligada à agricultura irrigada na região semi-árida do Nordeste. Por entendermos que a atividade irrigada está sempre referenciada a um processo de uso intensivo de capital, o que leva a uma convivência com práticas agrícolas modernas, acreditamos que poderemos fugir dos marcos da antiga discussão da parceria enquanto "relação arcaica", derivada de uma forma de renda-produto, e que tem a ver com uma subordinação ao capital comercial atrasado.

3.2. A PERSISTÊNCIA DA PARCERIA NA AGRICULTURA IRRIGADA DO NORDESTE

A presença da parceria na agricultura irrigada dos vales nordestinos foi sempre uma constante, segundo os estudos realizados nesse campo. Ao lado do trabalho assalariado, ela se constitui numa das formas predominantes de exploração do trabalho na agricultura irrigada. Assim, por exemplo, Ramos de Souza et alii (1987) detectaram em pesquisa de campo que mais de 50% dos estabelecimentos privados com mais de 10ha, que se utilizam da irrigação no Vale do Gurguéia, o fazem explorando parceria. Também Maffei et alii (1986:61-2) constataram que "a parceria na agricultura irrigada do São Francisco não é uma inovação do presente, mas é uma relação de produção que sobrevive desde a introdução da cebola com irrigação a partir da década de cinquenta." Para esses autores, todavia: "A parceria na realidade é muito mais uma forma de exploração atrasada do trabalho ou de assalariamento disfarçado do que uma forma que permite autonomia empresarial ao parceiro e acesso à exploração do principal meio de produção, a terra."

O tratamento da parceria como uma forma atrasada foi

sempre recorrente na literatura, com ênfase para os trabalhos sobre a agricultura nordestina, como caracterizamos no início desse capítulo. Por ter sido sempre discutida dentro desse referencial (forma arcaica, obsoleta, assalariado disfarçado, etc.) causou muita inquietação a sua presença em experiências concretas de irrigação na região semi-árida do Nordeste.

Uma tentativa de entendimento da parceria na agricultura irrigada do Nordeste fora desses marcos (forma arcaica, obsoleta) foi realizada na pesquisa coordenada pelo Professor José Graziano, a qual já fizemos referência. Nessa pesquisa, procuramos captar o significado da parceria no contexto de uma agricultura que caminha para modernização: os vales úmidos irrigados da região semi-árida do nordeste. Em pesquisa de campo analisamos os perímetros irrigados do Dipólo (Juazeiro-Petrolina), Pirapora, São Gonçalo e Baixo-Açu. Excetuando o Baixo-Açu, sobre o qual nos deteremos no tópico seguinte, resumiremos, a seguir, a caracterização daquela relação de trabalho nos outros três casos estudados, buscando explicitar as razões da sua persistência ou recriação numa conjuntura específica de viabilização de uma agricultura moderna no semi-árido nordestino.

Na região do Dipólo (Juazeiro-Petrolina), nos projetos Nilo Coelho, Tourão, Curaçá e Mandacaru e em várias propriedades particulares, foram detectadas, em diferentes situações, a presença da parceria como uma forma bastante comum de relação de trabalho nas atividades irrigadas. Apesar da proibição formal por

parte da CODEVASF (órgão administrador dos perímetros públicos da área) há um pleno conhecimento da existência da parceria nas glebas empresariais e uma tentativa, porém em vão, de proibí-la na área dos colonos nos projetos. Isso só leva a que seja negada, tanto por parte dos colonos-proprietários como pelos parceiros, a evidência e as condições dos acordos dessa relação de trabalho. Contraditoriamente, essa tolerância escapa ao controle dos órgãos administradores do perímetro, como por exemplo no projeto Curacá, onde "a presença da Cooperativa Agrícola da Cotia impôs à CODEVASF um sistema de exploração com colonos em lotes maiores e que tem possibilitado a presença de parceiros à medida em que a área agrícola trabalhada pelo proprietário extrapola as exigências da sua mão-de-obra familiar" (Gomes da Silva et alii, 1988:37).

Uma característica marcante dos parceiros da região do Dipólo é a perspectiva que vêem de evoluírem da condição de parceiro para colono, via projetos públicos. Mesmo aqueles produtores que guardam alguma relação de parentesco com o colono, filhos por exemplo, consideram a sua situação atual de parceiro como um aprendizado da técnica da irrigação, mas transitória a uma condição de colono em um novo projeto público; para eles, muito mais possível que através da compra de um lote de terra na região.

As razões que explicam a presença da parceria, reforçadas por grande maioria dos proprietários, nas áreas irrigadas do Dipólo estão ligadas ao absenteísmo dos

proprietários, ausência de um mercado de trabalho qualificado (embora haja uma grande afluência de trabalhadores rurais para a região) e a pouca disponibilidade de recursos financeiros, principalmente em lotes de colonos nos perímetros irrigados e nas áreas de pequenos empresários. Nestas, "é quase que inevitável a presença do parceiro, haja visto a grande extensão dos lotes, as culturas de alto risco, a presença de irrigação por sulcos (que exige uma atenção constante dos encarregados) e um relativo absenteísmo do proprietário. Nas áreas de colonos - mesmo as que contam com irrigação por aspersão, como o projeto Nilo Coelho - foi constatada a presença de parceiros" (Graziano da Silva, coord., 1989:83).

Essa última situação, a parceria na irrigação por aspersão, mereceu uma atenção especial. É que tanto na bibliografia revisada sobre a irrigação no São Francisco (Maffei et alii, 1986, por exemplo) como na pesquisa coordenada por Graziano da Silva (1989), havia um entendimento, e até elaboramos uma hipótese, de que a parceria só tendia a aparecer em áreas irrigadas por sulcos ou inundação; na irrigação localizada ou por aspersão, em geral, não haveria parceiros devido ao tipo de tecnologia utilizada nesse sistema. A explicação que encontramos nesse caso específico foi que, como havia poucos canos para disposição do sistema na área, fazia-se necessário o transporte alternado das linhas de distribuição da água. Essa operação, ao ser realizada por trabalhadores assalariados, tinha acarretado muitos danos ao sistema. Em assim sendo, a melhor opção que se apresentou ao proprietário foi a procura de um "sócio nas

despesas", decidindo-se pelo retorno ao sistema da parceria. Situação inversa ocorre na empresa Agrovale do projeto Tourão. Essa empresa, apesar de usar a irrigação por sulco, devido a sistematização prévia do terreno tem condições de fazer cálculos, por exemplo, do tempo de regas ou do volume d'água necessários, criando a possibilidade de um manejo semelhante aos sistemas de irrigação localizada ou por aspersão, no que diz respeito ao grau de autonomia do trabalhador frente ao processo de trabalho estabelecido.

O projeto de Pirapora (MG) tem uma organização toda especial em relação aos outros projetos da CODEVASF no Dipólo. Primeiramente, porque parte do projeto é administrado pela Cooperativa Agrícola da Cotia (CAC) e, em segundo lugar, porque a parceria faz parte do modelo de exploração agrícola de culturas "nobres", como por exemplo a uva Itália. Tanto o colono como o parceiro são selecionados pela CAC, entre japoneses ou descendentes que imigram em São Paulo, visto que os agricultores da região não conseguiam preencher os requisitos de experiência empresarial anterior e conhecimentos técnicos necessários ao desenvolvimento da atividade irrigada, nos moldes definidos pela cooperativa. A preferência por produtores japoneses (colonos e parceiros) também se justifica pela presença de um trabalho de caráter artesanal no cultivo da uva, o que, por característica cultural daquele povo, o credencia ao desenvolvimento de tarefas "delicadas e minuciosas". Nesse sentido, e pelos mesmos motivos, o parceiro japonês apresenta-se em situação mais vantajosa comparativamente a ação do trabalhador assalariado, em geral, uma

pessoa não dedicada nem minuciosa que se adapta mais à execução de "tarefas simples".

Em função da área dos lotes ser relativamente grande (em torno de 50 ha), impossibilitando a sua exploração imediata apenas pelo colono, a presença do parceiro passa a fazer parte da estratégia de "uma expectativa de permanência - em 'ciclo de vida' - do colono no lote. Ou seja, ao se determinar o tamanho do lote, espera-se que, com o passar do tempo, o colono constitua uma família que possa suprir as exigências de mão-de-obra na exploração do lote" (Gomes da Silva et alii, 1988:58). Durante esse período, o parceiro vai passando por um processo de evolução na escala social, de empregado até quase sócio, e no momento em que ele passa a se articular diretamente com a CAC, como uma unidade de produção, ele se credencia a ser um colono da cooperativa em outro assentamento. É por isso que é afirmado por Graziano da Silva, coord. (1989:82), que "o projeto Pirapora é um caso típico de ascensão social do parceiro que inicia praticamente como empregado e vai ganhando autonomia, até torna-se um 'sócio' do empreendimento."

O projeto São Gonçalo, na Paraíba, apresenta-se diametralmente oposto ao que ocorre no projeto de Pirapora. Enquanto nesse a dinâmica da relação de parceria dar-se na direção do empregado para o sócio, naquele o sentido é inverso.

O projeto São Gonçalo é um exemplo típico de um perímetro decadente. Por terem se submetido a um processo de

endividamento crescente, principalmente pela ausência de recursos creditícios à taxas de juros factíveis à exploração irrigada, os colonos desse projeto foram se sujeitando, crescentemente, a uma exploração de capitais comerciais que vai desde um compadre, ou vizinho bem-sucedido, até o agiota que podia ser tanto o bodegueiro como um fazendeiro local. Esse endividamento crescente estabeleceu o aparecimento de relações de parceria onde o colono-parceiro daqueles agentes prestamistas, se reduzia a uma situação praticamente de empregado dos mesmos.

Dadas as condições conjunturais do projeto São Gonçalo, a parceria que lá se reproduz assume formas semelhantes àquelas identificadas pela insuficiência de recursos financeiros do irrigante do lote. É uma forma de parceria muito próxima daquela parceria tradicional bastante comum no alto sertão paraibano, nas fazendas de gado e na exploração do algodão arbóreo, principalmente. "A presença dessa forma de parceria no projeto São Gonçalo - caracterizado pelo atraso geral da agricultura e pela insuficiência de recursos dos colonos - parece decorrer da conjugação de fatores conjunturais, notadamente a decadência do algodão. Assim, a alteração desses fatores poderá eliminar a parceria ou revertê-la a outras formas" (Graziano da Silva, coord., 1989:83).

O modo como a parceria foi tratada nesses estudos de casos, buscando-se resgatar as diferentes formas que ela assume, dadas as especificidades dos estágios de desenvolvimento da agricultura nos perímetros irrigados onde está inserida, ainda se

constitui numa abordagem "nova" da questão. A concepção predominante era de que a introdução da atividade irrigada na região semi-árida do Nordeste deveria destruir todas as relações atrasadas de produção. Diante disso, é que assume importância fundamental investigar o porquê da persistência da parceria nos perímetros públicos e privados, à revelia da sua proibição formal, e passa-se a falar em recriação dessa forma atrasada de organização do trabalho por ser diferente, anormal ao desenvolvimento da produção capitalista.

Um dos trabalhos mais representativos dessa postura analítica, pela sua recência e principalmente pela sua elaboração teórica, é o de Otamar de Carvalho (1988). Esse autor discute a parceria como uma relação atrasada que dentro de um processo de exploração especificamente capitalista caracterizará a presença de estrangulamentos que impedem um rápido avanço das forças produtivas. Daí porque ele fala em recriação da parceria como uma anomalia quando se refere aos projetos de irrigação pública ou privada do Nordeste, por entender que o caráter transformador da irrigação, de forma autônoma, implica num conjunto de exigências técnicas culminando com a completa eliminação das relações de produção atrasadas. O fato da parceria poder ser recriada nos projetos de irrigação, na visão de Otamar de Carvalho, se explica pelo domínio do capital comercial agrário-conservador na região, mesmo quando modernizado via rede de supermercado, que ao se apossar do aparelho estatal imprime a modernização conservadora no semi-árido nordestino, o não interesse pela irrigação pública, especialmente a efetivada a

cargo de pequenos produtores. Essa modernização conservadora, diz Otamar de Carvalho (1988:336), "apresenta a particularidade de constituir um processo violento de introdução do progresso técnico no campo, porque engendra relações de produção (novas ou 'recriadas', como a parceria) sempre desfavoráveis aos pequenos produtores rurais (proprietários ou não da terra)." Com isso, impede-se o desenvolvimento de uma modernização reformista que teria como pré-requisito a ação desapropriatória por parte do Estado.

Na visão daquele autor, há um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste que não vem do lado das relações de produção mas, sim, do fato de que as forças produtivas não se desenvolveram até o limite de esgotar essas relações de produção existentes e mostrar que elas eram arcaicas. Ou seja, não há um grau de desenvolvimento das forças produtivas que aponte no sentido de que o trabalho familiar - com suas divisões de trabalho não tecnificadas, qualificado e não especializado - é uma barreira ao desenvolvimento da agricultura; e isso só se dá, exatamente, porque a agricultura no semi-árido é atrasada, não perenizada, de subsistência; essa estrutura se mantém viabilizada pela "indústria da seca". Nos parece que o autor cai aqui nas malhas de um entendimento "ortodoxo" do mecanismo marxista de que: "as forças produtivas se desenvolvem e entram em choque com as relações de produção..." A questão, contudo, é dada a relativa relação existente entre forças produtivas e relações de produção, no sentido que nenhuma das duas é exclusivamente determinante uma da outra, tornam-nas

mutuamente determinantes e determinadas; ou seja, a determinado desenvolvimento das forças produtivas corresponde uma determinada organização das relações de produção. Isso talvez explique a referência que faz o autor ao processo de transformação da agricultura pela irrigação de "forma autônoma" e que as exigências técnicas desse processo estão a prescrever a completa eliminação de relações de produção atrasadas. Contudo, não há evidências que, embora possa existir um gasto autônomo de irrigação, esse gasto tenha o poder em si mesmo dinamizador, tendo em vista que ele permite, inclusive, recriar a parceria, ajustar a unidade familiar.

Mas o importante na discussão de Otamar de Carvalho é que ele, como eminente representante daqueles que consideram a irrigação como a "quintessência da agricultura moderna", aposta na irrigação como a responsável pela introdução de técnicas de produção intensivas na zona semi-árida do Nordeste. Daí, porque, ele esperar que fosse destruída toda e qualquer relação de trabalho "atrasada" ou "não-capitalista" no interior dos perímetros irrigados e instalada uma economia baseada no trabalho assalariado. Ao discutir a parceria por esse ângulo, ele dá nova dimensão à discussão. A sua preocupação é saber, não apenas por que o proprietário adota a parceria e não o trabalho assalariado mas, por que o parceiro não se torna um assalariado, na medida em que essa parceria persiste no contexto de uma agricultura que caminha para modernização, com perspectiva de instalação de uma economia baseada no trabalho assalariado. Diferentemente da discussão anterior, em que os autores estavam preocupados em

entender porque o parceiro não se tornava pequeno proprietário, a discussão agora é saber porque o parceiro não vai para o outro pólo, não vai para baixo, não se torna assalariado.

Para Otamar de Carvalho (1988:119) a permanência ou recriação da parceria só se dá porque, para o capital, "o emprego desta forma de produção possibilita a apropriação de um maior excedente por parte do proprietário capitalista. No caso das terras mais férteis, exploradas segundo procedimentos modernos no Nordeste semi-árido, essa 'reinvenção' nem sempre é conveniente ou desejada pelos proprietários, pois pode significar uma redução dos seus lucros." Há nessa afirmação uma clara alusão à possibilidade alternativa do trabalho assalariado. Como já afirmamos anteriormente, a parceria não é uma alternativa ao trabalho assalariado. Logo, não faz sentido a comparação entre os custos da parceria com o trabalho assalariado, argumentando que a parceria é mais barata porque o parceiro é sobre-explorado ou ganha menos que o salário mínimo. No projeto Pirapora (MG), por exemplo, há casos em que o parceiro recebe muitos salários mínimos, talvez muitas vezes mais explorado porque a produtividade também é bastante elevada, mas que, fundamentalmente, explicita a idéia de que não há uma alternativa.

3.3. TIPOS DE PARCEIROS NA REGIÃO DO BAIXO-AÇU

3.3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

A agricultura irrigada está se constituindo na principal atividade produtiva nos empreendimentos agrícolas na região do Baixo-Açu. A agricultura de sequeiro (ou de inverno como é conhecida na região) é bastante irrelevante, justificada, primeiramente, pelo fato das atividades irrigadas usarem intensivamente a força de trabalho nas suas diversas etapas produtivas; em segundo lugar, pela perda de importância sofrida pela exploração do algodão com a incidência da praga do bicudo, já que esta era a principal atividade de sequeiro na região.

As transformações ocorridas na base técnica da produção agrícola na região do Baixo-Açu consolidaram, a partir da segunda metade dos anos 80, um padrão moderno de agricultura irrigada na região. Essas transformações foram sentidas, principalmente, pelo elevado nível técnico e de organização da produção que passam a

adotar as empresas "capitalistas"⁴ na região do Baixo-Açu, especialmente nos municípios de Açu e Ipanguaçú. Como reflexo dessa nova conformação, de um padrão produtivo agrícola-irrigado mais especificamente capitalista, hoje, o Baixo-Açu firma-se, no espectro da produção agrícola nacional, como uma das regiões mais produtivas de melão, contribuindo com cerca de 40% da produção norte-riograndense, enquanto o Estado do Rio Grande do Norte é responsável por 70% da produção nacional dessa fruta tropical⁵. Também, conforme da Empresa de Consultoria IDEA-DECO, na Folha de São Paulo (1990), o Baixo-Açu é reconhecido como uma das regiões mais favoráveis para produção do algodão herbáceo irrigado.

A produção dessas empresas capitalistas apresenta-se bastante diversificada, e de conformidade com o padrão tecnológico que utilizam (algumas importam técnicas de irrigação de Israel, como a FRUNORTE e a FINOBRASA), determinam o seguinte comportamento de seus canais de comercialização: no setor externo, garantiram seu espaço no mercado internacional de melão

4. Essa denominação foi adotada em analogia à terminologia definida por Graziano da Silva et alii (1982:61). Nesse estudo, ao construir uma tipologia para produtores de feijão em São Paulo, os autores, tendo como variável-corte o uso da mão-de-obra e as relações de trabalho presentes no estabelecimento, classificam como capitalistas as unidades que apresentavam como características principais: a separação do proprietário das atividades produtivas diretas e que não utilizam trabalho familiar e utilizam trabalho assalariado (permanente ou temporário).

5. Maiores detalhes vide Barreto Filho (1991), presidente da COEX (Comissão Executiva da Área Livre da Mosca-das-Frutas da Região de Açu e Mossoró).

e manga (Tommy atkins) principalmente, inclusive para os Estados Unidos com todas as exigências de controle da mosca-da-fruta; Internamente, abastecem mercados do Centro-Sul do País (principalmente com melão, manga, uva e algodão), além dos mercados regionais do Rio Grande do Norte (Mossoró e Natal), da Paraíba e de Pernambuco. Esses mercados circunvizinhos consomem, principalmente, melão espanhol (variedade distinta da produzida para o mercado externo), melancia, milho-verde, feijão-verde, tomate e pimentão. Em relação à parceria, podemos constatar um grupo de propriedades que não a utilizam. A elas chamaremos de Empresas Capitalistas do Tipo I. A área irrigada, sistema de irrigação e tipos de produtos das principais Empresas Capitalistas que usam irrigação na região do Baixo-Açu, estão dispostos na Tabela 16.

Observe-se que as cinco maiores empresas capitalistas do Tipo I, que não usam parceria, relacionadas na Tabela 16 (com mais de 100 ha irrigados), utilizam métodos de irrigação sob pressão, composto de diferentes sistemas de aspersão ou de gotejamento. Na empresa AGROPECUÁRIA SERIDÓO uso de métodos de irrigação por superfície foi justificado, no caso da inundação, como uma estratégia para a correção do solo através da irrigação da cultura do arroz e produtos químicos como o calcário, em áreas alternadas. No caso da infiltração por sulcos, como uma especificidade da cultura da banana que tem uma maior necessidade de água. Contydo, essa empresa de médio porte (37 ha irrigados) se enquadra plenamente na categoria de capitalista, inclusive

TABELA 16. Principais Empresas Capitalistas do Tipo I: Área Irrigada, Sistema de Irrigação e Tipos de Culturas - Baixo-Açu, 1991.

EMPRESA AGRÍCOLA	ÁREA (IRRIGADA) (ha)	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO	CULTURAS
FRUNORTE	1360	Sob Pressão (gotej./asp.)	Melão, manga, uva, acerola, grape fruit.
AGROKNOLI	500	Sob Pressão (gotej./asp.)	Ova, melão, banana, acerola, melão, melancia, cebola, tomate, goiaba.
FINOBRAGA	950	Sob Pressão (gotej./asp.)	Algodão, manga, arroz, milho.
PS S/A (antiga TAISA)	570	Sob Pressão (aspersão)	Algodão, frutas.
SÃO JOÃO	150	Sob Pressão (xique-xique)	Laranja, manga.
TECNAGRO	60	Sob Pressão (aspersão)	Sementes de algodão, milho e feijão
AGROPECUÁRIA SERIDÓ	37	Sob Pressão (gotej./asp.) Por Superfície (sulco/inund.)	Manga, melão, banana e arroz

FONTE: Pesquisa de campo.

com toda a sua administração controlada por tecnologia informatizada.

Esse elevado padrão tecnológico associado à exclusiva presença de trabalhadores assalariados, confirma uma das nossas hipóteses de estudo relativa a não ocorrência de parceiros como alternativa de organização do processo de trabalho nesses tipos de empreendimentos irrigados. Isso porque, no nosso entendimento, e como frisamos na elaboração da hipótese de estudo, a adoção da

parceria independe do empreendimento ser grande ou pequeno. Ela está sim, associada ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, guarda uma estreita relação com o método de irrigação empregado na propriedade. Quer dizer, quanto mais desenvolvida a base tecnológica da produção mais se decide por métodos de irrigação sob pressão (aspersão e gotejamento) na unidade produtiva. Daí porque a ausência de parceiros nessas empresas de irrigação, entendidas aqui como detentoras de recursos financeiros suficientes, que constantemente reinvestem no processo produtivo e de utilizarem métodos e técnicas mais modernos de irrigação por pressão. O que não implica, contudo, que um pequeno proprietário tal como um grande com pequena área irrigada (que pela sua própria qualificação de "pequeno" tendam a refletir com maior frequência o que chamamos de insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas), não possam dispor de recursos suficientes para serem capitalistas na sua plenitude, não precisando adotar, necessariamente, a parceria como relação de trabalho.

Na região do Baixo-Açu, uma das formas de expressão dessa insuficiência das forças produtivas, relativas ao desenvolvimento regional, tem-se manifestado associada ao mercado de trabalho, quer seja na sua disponibilidade, quer no nível de qualificação da força de trabalho. Essa vai ser uma condição bastante explicitada, associada a não disponibilidade de recursos financeiros e tecnologia, que alguns empreendimentos agrícolas irrigados irão apresentar como justificativa à adoção da parceria. Esse não é o caso das empresas capitalistas de

irrigação do Tipo I que, para contornar essa deficiência, implantaram uma infraestrutura individual de transporte e alojamento, possibilitando o recrutamento de trabalhadores em áreas circunvizinhas à região, bem como através da instituição de um treinamento prévio dos trabalhadores recrutados na própria empresa. Vale salientar, que nos municípios vizinhos, que chegam a extrapolar a área do próprio Vale, já se diferenciam atividades específicas ligadas à demanda de força de trabalho das empresas agropecuárias do Baixo-Açu, como o aparecimento de agenciadores de trabalhadores para essas empresas.

Além da área irrigada pelas empresas capitalistas do Tipo I, há no Vale, na área de influência do Projeto conforme definido no tópico 2.2, em torno de 1200 ha irrigados⁶ por

6. Essa determinação da área ocupada com a pequena irrigação só é possível através de estimativas. Os únicos registros que podemos encontrar relativos a esse estrato da agricultura irrigada referem-se àqueles produtores que estão sendo beneficiados ou atendidos por programas específicos dirigidos à pequena irrigação, definidos segundo critérios de cada programa. Como é de nosso conhecimento, esses programas nunca atingem a "totalidade" do público ao qual se dirige. Além do mais, nas pequenas faixas de área irrigada há uma grande incidência de parceiros, o que dá a esse público características de difícil acesso direto às políticas de apoio financeiro à produção. Para amenizar esses problemas e dar maior credibilidade às estimativas, recorreremos à pesquisa de campo junto a técnicos da EMATER dos escritórios locais dos municípios da região que, com base no cadastro de irrigantes e da ação de assistência junto à pequena irrigação, chegamos a uma estimativa de cerca de 600 hectares irrigados que estavam inclusos em algum programa de financiamento à irrigação. Admitindo-se que a atomização de programas e multiplicidade de estratégias para sua incrementação tenha um percentual de atendimento do "público meta" de 50%, chegamos àquela estimativa de 1200 ha irrigados pela pequena irrigação.

unidades produtivas, que denominamos de Empresas Capitalista do Tipo II. Essa denominação tem o sentido de confrontá-las com as Empresas Capitalistas do Tipo I que caracterizamos há pouco.

As Empresas Capitalistas do Tipo II apresentam como características básicas explorarem uma pequena área irrigada, independente do tamanho da propriedade, terem como fonte principal de força de trabalho a parceria e o trabalho assalariado temporário e, comparativamente às Empresas Capitalistas do Tipo I, usam, em média, um padrão de tecnologia de irrigação menos eficiente. Quer dizer, mesmo quando se utilizam de métodos de irrigação sob pressão, por exemplo, o sistema é menor (em geral são kits de irrigação com capacidade para irrigar três hectares); o conjunto de moto-bombas é menos potente; e usam como fonte de recursos hídricos, geralmente, as águas de poços superficiais, fontes essas consideradas abundantes e baratas. Por esse motivo é que afirmam que a construção da barragem não lhes trouxe qualquer benefício, como declarou um entrevistado:

"Não dou o menor valor a ela. Ela nunca me serviu em nada. Toda água que eu utilizo aqui é de minhas cacimbinhas."

E, que muito pelo contrário, a construção da barragem, na percepção deles, só serviu para que muitos proprietários vendessem suas terras:

"Se há alguém com medo, sou um. Vivo assombrado com essa barragem. Quando bate o inverno se eu pudesse correr pro tabuleiro eu corria. Muita gente vendeu terra com medo dela..."

Por terem na parceria o principal sustentáculo da organização do processo de trabalho, faremos um detalhamento das características inerentes à organização da produção no interior de algumas daquelas Empresas Capitalista do Tipo II, buscando-se detectar, principalmente, as razões da ocorrência da parceria e o grau de autonomia que gozam os parceiros com referência aos processos de produção e de trabalho. Para tanto, decidimos pela constituição de uma amostra intencional de vinte propriedades, listadas na Tabela 17, sobre a qual incidiriam nossas investigações. A composição dessa amostra, foi realizada a partir de estudos iniciais e de entrevistas de campo junto a várias categorias de agentes sociais locais⁷.

Assim procedemos porque o nosso interesse não se prendia à quantificação da parceria na região do Baixo-Açu mas, tendo em vista a flexibilidade de sua ocorrência, caracterizar os

7. A partir da viagem exploratória entrevistamos os seguintes agentes sociais locais: Técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural (quatro do escritório regional e quatro dos escritórios locais de Açu e Ipanguaçu); Técnicos do DNOCS (dois); Presidente da Cooperativa Agropecuária; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura; Representante da Igreja Católica; e Empresários Rurais (quatro).

tipos mais freqüentes de parceria na região.

A partir da análise da Tabela 17, onde estão dispostas as Empresas Capitalistas do Tipo II que compuseram a amostra, procuraremos inferir algumas características gerais inerentes ao rol das unidades produtivas pesquisadas.

a) À revalia de estarem situadas em terras classificadas como de várzeas e de arisco, essas propriedades apresentam, em geral, um baixo índice de área irrigada. Apenas as unidades de números 03 e 10, de tamanho médio, apresentam um percentual acima de 80% de área irrigada. A unidade de número 06 é um caso típico de propriedade muito pequena irrigada.

b) Com referência a relação entre a área irrigada e a área com parceiro podemos constatar que, com exceção das unidades de número 04 e 09 casos típicos em que ao trabalhador é permitido a exploração de uma "pequena roça" para sua subsistência, as demais unidades produtivas apresentam uma percentagem de área com parceiro, relativamente a área irrigada, sempre superior a 25%. Esse percentual situa-se acima de 55% em mais da metade dos empreendimentos.

c) Nas unidades cuja área irrigada é menor ou igual a 10 hectares há uma tendência ao predomínio de área irrigada com parceiro; naquelas onde a área irrigada é menor ou igual a 5 hectares a identidade é total, exceção para as de número 04 e 09 a que já nos referimos.

TABELA 17. Empresas Capitalistas do Tipo II: Área Irrigada por Administração Direta do Proprietário e com Parceria e Sistemas de Irrigação - Baixo-Açu, 1991.

UNIDADES PRODUTIVAS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA COM IRRIGAÇÃO (ha)				% ÁREA IRRIGADA	% ÁREA IRRIGADA C/ PARCEIRO
		DIRETA superfície	pressão	COM PARCEIRO superfície	pressão		
01	60,0	3,0	---	7,0	---	16,7	70,0
02	26,0	4,0	---	2,0	---	23,1	33,3
03	40,0	16,0	8,0	8,0	---	80,0	25,0
04	6,0	3,5	---	0,5	---	66,6	12,5
05	15,0	---	---	---	6,0	40,0	100,0
06	3,0	---	---	3,0	---	100,0	100,0
07	8,0	---	---	3,0	---	37,5	100,0
08	600,0	---	20,0	5,0	---	4,2	32,0
09	45,0	4,5	---	0,5	---	11,1	10,0
10	60,0	---	20,0	30,0	---	83,3	60,0
11	216,0	---	---	---	9,0	4,2	100,0
12	263,0	---	15,0	4,0	---	5,3	28,6
13	20,4	---	---	---	8,0	39,2	100,0
14	65,0	8,0	---	22,0	---	46,2	73,3
15	11,0	---	---	3,0	---	27,2	100,0
16	34,0	---	3,5	4,5	---	23,5	56,2
17	58,0	5,3	---	5,0	---	17,8	48,5
18	39,0	10,0	6,0	8,0	---	61,5	33,3
19	32,0	---	3,0	4,0	---	21,9	57,2
20	30,0	10,0	---	6,0	---	53,3	37,5

FONTE: Pesquisa de campo.

d) Observamos que a quase totalidade das unidades produtivas que adotam parceria guardam uma estreita relação dessa forma de organização do processo de trabalho com métodos de irrigação por superfície (sulcos ou inundação). Essa constatação aponta no sentido da confirmação de nossa hipótese original. Os três casos de ocorrência da parceria na irrigação por aspersão (unidades de números 05, 11 e 13) foram decorrentes ou por estarem atrelados à política de distribuição de kits de irrigação, casos 05 e 13, ou por uma extrema necessidade de retenção de mão-de-obra quando associado à grande propriedade, como foi o caso de número 11, sem que, contudo, isso implicasse em maiores inversões na produção. Isso veio a corroborar nossa hipótese de trabalho ao mostrar que a ocorrência da parceria não está, obrigatoriamente, relacionado ao tamanho do empreendimento, mas ao insuficiente estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Com esses dados evidenciamos a importância que assume a parceria como processo de organização da produção no interior desses empreendimentos agrícolas irrigados. Para sua frequente ocorrência nessas unidades produtivas são apresentadas diferentes razões, às quais nos deteremos mais à frente, mas nenhum dos agentes sociais envolvidos com o processo de produção desconhece a sua presença marcante, sendo muito comum a ocorrência de mais de um parceiro numa pequena área irrigada. Tanto os técnicos da extensão rural, como os proprietários e os próprios parceiros dão muita ênfase a persistência da parceria, como, por exemplo, afirma um parceiro em entrevista de campo:

"Tem muito parceiro por aqui. Esses donos de terra por aqui é muito difícil não ter parceiro nas terras deles."

Dentre os casos observados, os proprietários, em sua grande maioria, moram na sede dos municípios de Açu ou Ipanguaçu. Apenas 20% moram na propriedade. Esporadicamente ocorrem casos em que o proprietário reside em localidades mais distantes como na cidade de Mossoró (80 Km de distância), na Capital do Estado, distando cerca de 220 Km da propriedade, ou na cidade de Caicó. Ocorreu apenas um caso em que o proprietário mora no Rio de Janeiro, mantendo na propriedade antigos moradores, sem despertar maiores interesses por dividendos produtivos. Esse é um caso típico de um remanescente de herdeiros de terras no Vale, que assim procede muito mais para manter a propriedade da terra para um eventual retorno, ou até que surjam oportunidades de realizar um bom negócio através das vendas.

O fato da grande maioria dos proprietários residirem próximos à unidade produtiva deveria possibilitar aos mesmos controlar diretamente a produção através de visitas periódicas à propriedade. A frequência dessas visitas, porém, dispostas na Tabela 18, permite observar que 56,3% dos proprietários que moram fora da propriedade a visitam, no máximo, de 15 em 15 dias. Se adicionarmos a esse percentual a frequência dos que a visitam uma vez por mês, essa cifra subiria para 81,3%.

TABELA 18. Frequência de Visita dos Proprietários Não-Residentes na Propriedade - Baixo-Açu.

FREQUÊNCIA	% DOS PROPRIETÁRIOS
No máximo, quinzenalmente	56,3
Mensalmente	25,0
Às vezes	18,7
TOTAL	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

A estratégia de manter o parceiro ou morador como forma de garantir a propriedade da terra, mostrou-se muito comum entre os proprietários que residem na própria região e até mesmo próximos à propriedade. Isso, no nosso entendimento, é o que explica o baixo índice de terra explorada e a alta percentagem de exploração com parceria relativamente à área explorada, conforme apresentamos na Tabela 17. Ou seja, ao ceder uma pequena área em parceria (unidades produtivas de números 05, 06, 07, 13 e 15) o proprietário garante a terra "em produção", além de justificar a utilização da política agrícola oficial, se lhe convier, e, principalmente, o exime de ver sua propriedade ser incluída no rol das terras "não-produtivas", passível de ser desapropriada. A isso some-se o fato de ter um "pastorador" diante de uma possível invasão. O fato de manter um parceiro não ameaçará a posse da terra na medida em que em nenhum caso estudado se constatou qualquer formalização dessa relação de trabalho e que, além

disso, tem demonstrado que esses casos são facilmente descaracterizados judicialmente.

As entrevistas de campo com os parceiros explicitaram bastante esse entendimento deixando passar, em alguns casos, a idéia de desinteresse do proprietário com a produção. Senão vejamos:

"O proprietário não precisa dessa produção; já tem seu empreguinho, seu ganho garantido. Pega sua terrinha, aí ele bota aquele plantador⁸ que vai dando a partizinha a ele e vai conservando seu patrimônio."

"O proprietário não tem nenhuma despesa. Entra com o kit de irrigação⁹ e a terra e eu com o resto. Ele recebe 20% da produção como contrato de pagamento." (Técnico da EMATER)

8. Termo muito usado para definir o parceiro de alguém.

9. Kits de irrigação foram distribuídos pelo projeto "Sertão Novo - Irrigação", conforme discutido no sub-tópico 2.1.3.

A) Organização do Processo de Produção

Tendo em vista que os parceiros na amostra pesquisada são, em geral, responsáveis pela maior parte da área explorada, conforme já caracterizamos no início desse tópico com o auxílio da Tabela 17, a questão de "o que e como produzir" assume algumas especificidades que afetam enormemente a concepção de autonomia entre as partes envolvidas. Analisando conjuntamente todas as unidades produtivas que adotam parceria, relacionadas na amostra, sem levar em consideração o critério de tamanho da propriedade, podemos reagrupá-las em dois novos blocos, que passaremos a comentar.

No primeiro caso, em que a área explorada se confunde com a área em parceria ou fica muito próximo disto (mais de 70% da área irrigada é explorada pelo parceiro), constatamos entre os entrevistados, tanto parceiros quanto proprietários, que nunca o proprietário impõe ao parceiro que culturas produzir, como produzir, nem muito menos a quem vender, sendo comum o fato do próprio parceiro ficar encarregado da venda de toda produção. "Sempre decidimos juntos", afirmavam ou então o parceiro tomava todas as decisões. Esta situação está retratada na Tabela 19, que mostra que 30% das decisões são tomadas só pelo parceiro. E muitos deles afirmavam decidirem conjuntamente com o proprietário. Em outras oportunidades da entrevista garantiam que realizavam a venda de toda produção, muitas vezes atendendo

solicitação do próprio proprietário. Configurava-se uma situação em que o parceiro gozava de uma certa autonomia no processo como um todo. Contudo, essa situação estava, geralmente, referida a casos específicos, tais como: propriedades com pequena área explorada e em parceria ou, propriedades muito pequenas em que o proprietário, por algum motivo, não estava envolvido na produção (viúvas, herdeiros, etc.). São situações típicas decorrentes da necessidade de garantir a propriedade da terra, a qual já nos detivemos anteriormente.

Entrevista essa posição ficava sempre evidenciada com um

TABELA 19. Tomada de Decisão no Processo Produtivo - Baixo-Açu, 1991.

QUEM TOMA DECISÃO	% DE INFORMANTES
Somente o proprietário	10,0
Somente o parceiro	30,0
Decisão conjunta	60,0
TOTAL	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Vale salientar que algumas dessas propriedades cuja área explorada se confunde com a área em parceria, a presença do parceiro poder estar supondo uma deficiência de mão-de-obra. Nesse caso o seu entendimento se enquadra melhor no segundo caso.

O segundo caso engloba aquelas unidades produtivas em que a exploração de parte significativa da área é realizada sob ingerência administrativa do próprio proprietário. Voltando a Tabela 19, podemos visualizar essa situação ao se registrar que 10% das decisões são tomadas só pelo proprietário e 60% são decisões conjuntas. Esse percentual de decisão conjunta tem um sentido muito figurativo pois, ao ser interpelado, o parceiro se coloca na posição de co-participante como se defendesse uma possível autonomia no processo produtivo. No desenrolar da entrevista essa posição ficava sempre evidenciada como, por exemplo, ao relatar o processo de venda do produto que exporemos logo a seguir. A grande exceção, neste caso, é a unidade produtiva de número 10 na qual o parceiro se configura, também, como administrador da propriedade, conforme já expusemos anteriormente.

Nesse segundo caso, proprietários e parceiros exploram, em geral, o mesmo produto, exceto naqueles casos em que o parceiro é um trabalhador ao qual é dado uma "pequena roça" em parceria (unidades produtivas de números 04 e 09), ou quando se trata de grande propriedade em que a produção irrigada do parceiro está articulada à produção de pastagem para o gado (casos de números 08 e 12). Nos demais casos, além de venderem a produção ao mesmo atacadista, na maioria das vezes preferem que o proprietário execute a intermediação, na medida em que vendem juntos. Em nenhum caso, porém, foi constatado nenhuma imposição para vender ao ou por intermédio do proprietário; assim o faziam "apenas por comodidade", afirmavam. Deste modo, a venda do

produto do parceiro se realiza através da figura do proprietário da terra. Mesmo quando a comercialização da produção se realizava na "porteira" da propriedade, diretamente a um intermediário, ela era feita conjuntamente com a produção do patrão que funciona como uma espécie de "intermediário de segunda mão". Em alguns casos, essa transação funciona da seguinte forma: ele realiza o contrato de compra e venda, recebe o pagamento num prazo de oito a quinze dias e, findo esse prazo, repassa ao parceiro o montante que lhe é devido, deduzidos os empréstimos contraídos pelo mesmo. Ora, ao se confrontar esse mecanismo de comercialização no qual a venda conjunta da produção dar-se com a intermediação do proprietário, podemos visualizar que tal parceria se constitui numa forma de reproduzir a dominação do proprietário através do estabelecimento de um constante endividamento do trabalhador. Isso vai se efetivar à medida que o parceiro, geralmente, recebe o apurado da venda da sua produção das mãos do proprietário, deduzidas todas as suas dívidas.

Ao se estabelecer um contrato de parceria, no qual o proprietário cede parte de suas terras para serem exploradas pelo parceiro, ficam acordadas, verbalmente em todos os casos analisados, algumas condições básicas. Essas condições variam em cada situação, principalmente em função do interesse e da finalidade da cessão da terra por parte do proprietário. A regra geral é, como afirma um técnico da Assistência Técnica,

"que a parceria seja meio-a-meio: o proprietário entra com a terra cortada, com

cacimbão, com energia, com motor e o plantador com o trabalho; aí dividem, meio-a-meio, as despesas e o lucro."

Como exceção a essa situação típica encontramos os casos em que a parceria está inserida no interior da grande propriedade e quando associada à produção para alimentação do gado, o proprietário retém apenas a terça parte.

A situação mais geral está disposta na Tabela 20. Nesta o proprietário oferece a terra preparada (gradeada e sulcada), a água e a semente. A quase totalidade (90%) dos proprietários estão dispostos a ceder essas condições. Adubos e defensivos também são cedidos por um número representativo de proprietários (70%). Já máquinas e equipamentos apenas 35% se dispõem a oferecer e, esporadicamente, 15% cedem casa para moradia do parceiro. Vale salientar, contudo, que todas essas cessões são realizadas como adiantamento ao parceiro, exceto a moradia. Todos os entrevistados, que recebiam alguma condição, enfatizaram que sempre eram ressarcidas no final da comercialização. A essas concessões eram acrescentadas um adiantamento em dinheiro para custear as despesas com a família do parceiro. A grande maioria esclareceu que o material adiantado, principalmente semente, adubos e defensivos, eram registrados apenas em quantidade; a conversão do preço se fazia no momento de saldar as dívidas.

O baixo índice de concessões de máquinas e equipamentos (35%) prende-se ao fato deles quase não existirem. O trator, na quase totalidade, era alugado e utilizado apenas para o preparo do solo. Nas demais fases da produção eram utilizadas ferramentas manuais e tração animal (capinadeiras), algumas vezes, de

TABELA 20. Condições Oferecidas pelo Proprietário, no Contrato de Parceria - Baixo-Açu, 1991.

CONDIÇÕES	% DE PROPRIETÁRIOS
Terra preparada	90,0
Casa	15,0
Semente	90,0
Adubo	70,0
Defensivo	70,0
Máquinas e Equipamentos	35,0
Água	90,0

FONTE: Pesquisa de campo.

propriedade do parceiro. Como equipamentos foram incluídos os canos e mangueiras e pulverizadores costais, geralmente, cedidos pelo proprietário.

Com referência ao sistema de irrigação, a Tabela 21 mostra a frequência de ocorrência dos tipos de sistemas encontrados. A grande predominância é da irrigação por sulco (85%). Geralmente este sistema é alimentado por canais

distribuidores de alvenaria dos quais a água é distribuída nos sulcos por sifões de mangueira. Registram-se, ainda, sistemas mais rudimentares de canais de terra batida. A irrigação por aspersão (15%) em áreas cedidas ao parceiro, nas unidades que compuseram o rol da amostra, é bastante recente e decorre da distribuição de "Kits de Irrigação" pelo Projeto Sertão Novo, ao qual já fizemos referência. Fora desse referencial, encontramos apenas um caso em o grande proprietário não se beneficiou daquele programa, mas cede seu sistema de irrigação por aspersão ao parceiro desde que com isso evite se envolver com o mercado de trabalho local. A esse caso já nos referimos no início desse tópico.

TABELA 21. Sistemas de Irrigação Utilizados pelo Parceiro - Baixo-Açu, 1991.

TIPO DE SISTEMA	% DE UNIDADE PRODUTIVA
Sulco	85,0
Aspersão	15,0
TOTAL	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Observamos uma certa identidade entre a forma e tipo de tecnologia usada tanto na área administrada pelo proprietário quanto na área cedida ao parceiro. De certo modo o proprietário impõe ao parceiro o padrão tecnológico a ser adaptado na exploração, na medida em que ele se constitui, em geral, num

repassador dos insumos a serem utilizados. A partir do provimento das necessidades do parceiro e sua família, seja recursos em dinheiro seja em mercadorias, o proprietário é quem compra os insumos a serem usados na produção e que só serão ressarcidos no final do ciclo produtivo, ao ser realizada a produção. Isso faz com que não haja diferença significativa no padrão tecnológico utilizado pelo parceiro, na faixa de terra sob sua responsabilidade, e o que é empregado pelo proprietário no restante da área explorada. Há também, em geral, uma identidade de mesma fonte d'água.

O núcleo de mecanização da produção é muito baixo. Apenas o preparo do solo é feito mecanicamente através do aluguel de trator. Todos os tratos culturais (adubação, pulverização e capinas) são realizados manualmente, quando muito com tração animal. A aquisição de sementes é sempre feita em algum órgão distribuidor oficial mas já se registra a compra de sementes junto a algumas das grandes empresas agropecuárias locais. A prática de adubação química é bastante comum e aplicam-se constantemente e freqüentemente inseticida e fungicidas.

B) Organização do Processo de Trabalho

A parceria tem se apresentado como a forma primordial de organização do processo de trabalho, nos empreendimentos

agrícolas irrigados que compuseram a amostra analisada, como já demonstramos no decorrer deste tópico. Embora esses parceiros gozem apenas de uma "pseudo" autonomia na organização do processo produtivo, salvos alguns casos específicos aos quais já fizemos referência, eles apresentam "autonomia real" na organização do processo de trabalho extrapolando, inclusive, à área sob responsabilidade do proprietário, como bem ilustra a declaração desse proprietário:

de Melo: "Quando o parceiro só não dá conta das terras, ele procura outros trabalhadores e a gente arranja o dinheiro pra ele pagar."

Antes de passarmos especificamente à discussão sobre a organização do processo de trabalho, façamos uma caracterização da parceria no interior dos empreendimentos agrícolas, resgatando aquelas características que estão mais relacionadas com o processo de trabalho que o parceiro desenvolve na agricultura irrigada.

Na sua grande maioria, os parceiros são originários dos municípios do próprio Vale. Na Tabela 22 podemos observar que metade deles é proveniente do mesmo município onde está inserida a propriedade na qual trabalha e apenas 20% de municípios de outros Estados. E mesmo assim, uma grande maioria desses trabalhadores já está no Baixo-Açu há muito tempo, remanescente de famílias que emigraram nos primeiros anos de suas vidas. São tradicionalmente filhos de agricultores cuja experiência de vida

anterior está sempre ligada à atividade na agricultura.

TABELA 22. Origem dos Parceiros - Baixo-Açu, 1991.

LOCALIDADE	% DE PARCEIROS
Do próprio Município	50,0
De Municípios vizinhos	30,0
De Municípios de outros Estados	20,0
TOTAL	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Na Tabela 23 podemos constatar que apenas 10% dos parceiros tiveram experiência anterior de trabalho em setores diferentes do agrícola. Sua ampla maioria, 70%, já tinha sido parceiro de outros proprietários em outras unidades produtivas. Alguns foram parceiros dos pais ou irmãos mais velhos e que, por

TABELA 23. Condição Anterior do Parceiro - Baixo-Açu, 1991.

ATIVIDADES	% DOS PARCEIROS
Parceiro	70,0
Assalariado rural	20,0
Assalariado urbano	10,0
TOTAL	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

limitação da área da propriedade familiar, precisaram buscar trabalho em outros empreendimentos agrícolas. Somente 20% já tinha trabalhado como assalariado rural na última experiência de trabalho.

Por especificidade da própria região e da grande incidência da parceria nos empreendimentos irrigados, a tendência de cada parceiro é ter sua renda proveniente exclusivamente da parceria. A Tabela 24 mostra que 85% dos parceiros estão nessa condição e apenas 15% complementam sua renda associada a outra atividade. Contudo, vale esclarecer que essa disposição da Tabela 24 teria uma conotação bem diferente se fosse considerado o desempenho de outra função na própria

TABELA 24. Origem da Renda dos Parceiros - Baixo-Açu, 1991.

GERAÇÃO DA RENDA	% DOS PARCEIROS
Exclusivamente na parceria	85,0
Associada a outra atividade	15,0
TOTAL	100,0
Em outra atividade:	
Aposentado	5,0
Diarista em outra propriedade	10,0
TOTAL	15,0

FONTE: Pesquisa de campo.

propriedade. Nessa situação há grande ocorrência de parceiros que também desempenham funções de diarista na faixa de terra administrada diretamente pelo proprietário. É muito comum o responsável pela terra, para suprir necessidades de mão-de-obra, contratar o parceiro como diarista durante a safra e criar outras oportunidades de trabalho na entressafra, de modo que esse passa a desempenhar, simultaneamente, várias funções. Encontramos parceiros que chegam a desenvolver, durante um ano agrícola, três atividades diferentes: durante uma parte do ano, na safra irrigada, além de "sócio" na produção, ele assume a função de administrador - contrata mão-de-obra e dirige a atividade irrigada do proprietário; na cultura de inverno ele passa a funcionar como mero "sócio" - dividindo as despesas na cultura do algodão ou de outro produto local; e, finalmente, na entressafra ele trabalha de simples assalariado consertando cerca, tomando conta do gado, etc. É fundamental a ação do parceiro na contratação e na administração da mão-de-obra na faixa de terra explorada pelo proprietário que assim se beneficia do conhecimento e contato direto do parceiro com o mercado de trabalho local.

Na organização do processo de trabalho na faixa de terra sob responsabilidade do parceiro, a mão-de-obra familiar joga um peso fundamental na distribuição das tarefas nas diversas fases do processo produtivo. De um modo geral, a composição da mão-de-obra da área em parceria está disposta na Tabela 25.

TABELA 25. Composição da Mão-de-Obra do Parceiro - Baixo-Açu, 1991.

CATEGORIA DE MÃO-DE-OBRA	% DAS UNIDADES PRODUTIVAS
Só familiar	10,0
Familiar e empregado temporário	60,0
Só empregado temporário	30,0
TOTAL	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

O fato da mão-de-obra exclusivamente familiar ser utilizada só em 10% das unidades produtivas é resultado da combinação de uma série de fatores característicos da exploração agrícola em pequenas áreas. Um desses fatores é explicado pelo fato do responsável não ter ainda filhos suficientes, na faixa de idade adequada ao trabalho agrícola, em geral, acima de 12 anos. Uma razão inversa é que, por ser responsável por uma área muito pequena, a força-de-trabalho do chefe de família torna-se suficiente, mantendo-se ocupado durante a maior parte do ano agrícola. Em função disso, os filhos jovens buscam outras oportunidades de trabalho que, muitas vezes, é ser diarista na faixa de terra do proprietário o que não o exime de, esporadicamente, ajudar o pai. Mas, nesses casos, o filho é mais considerado como um diarista remunerado por tarefa realizada ou por dias trabalhados. A quase totalidade da mão-de-obra familiar que é utilizada pelo parceiro é representada pelo trabalho da esposa e filhos menores nas fases de plantio e colheita que,

comumente, é associada ao trabalho de um assalariado, o que explica a grande frequência dessa forma de composição da mão-de-obra no interior da parceria irrigada, que passaremos a comentar.

O trabalhador assalariado temporário associado a mão-de-obra familiar é a forma mais comum de organização do trabalho na parceria nas unidades pesquisadas. A facilidade de se encontrar o trabalhador-alugado nas comunidades vizinhas tem favorecido a utilização dessa forma de trabalho, tanto associada a mão-de-obra familiar (60%), quanto como forma isolada (30%) de organização de mão-de-obra do parceiro, totalizando 90% a participação do empregado temporário na composição da mão-de-obra da área em parceria. Esse trabalhador eventual, contudo, carece de um controle direto mais efetivo no desempenho de suas atividades, o que vai levar a grande maioria dos proprietários a adotar a parceria, como discutiremos mais adiante. Vale acrescentar, contudo, que esse controle do parceiro do mercado de trabalho local tem isentado o proprietário de se envolver com a contratação de mão-de-obra na grande maioria das unidades produtivas. Isso caracteriza a conquista do parceiro do pleno domínio da organização do processo de trabalho da unidade produtiva como um todo.

Em síntese, essa ação de contratação e acompanhamento do trabalho durante cada período produtivo dar-se, então, de dois modos distintos: nos momentos de picos contrata trabalhadores diaristas para área sob parceria (quando a sua unidade de trabalho familiar for insuficiente) e, geralmente, também

contrata os diaristas que trabalharão nas explorações do proprietário. Nos períodos de atividades produtivas normais, os parceiros e seus familiares executam os serviços necessários nas terras sob responsabilidade do proprietário e só emergencialmente contratam diarista. Segundo declarações de proprietários e parceiros, quando estes desempenham atividades específicas para o patrão são remunerados com a mesma diária paga aos demais trabalhadores da região.

vai fazendo... quando é no fim tem um pedacinho de dinheiro."

A percepção que se tem no Vale é que, em termos de hierarquia, a parceria encontra-se numa posição de transição para o pequeno proprietário. É sempre muito enaltecida, principalmente pelos técnicos da extensão rural, a ascensão de um parceiro que conseguiu se firmar como proprietário. Vejamos uma dessas afirmações:

"Tem muitos parceiros que conseguiram se dar bem. Começaram como parceiros, depois

compraram um pedacinho de terra, via algum projeto, e hoje são proprietários e já trabalham também com parceiros."

(Técnico da E.R.)

Embutida nessa idéia do sucesso está o fato de hoje já ter um parceiro na exploração da terra. Isso porque é entendimento comum que o excesso da área, relativamente à mão-de-obra familiar, é uma das condições básicas para se adotar a parceria.

No julgamento dos parceiros, a condição de trabalho alugado é muita desvantajosa. E essa avaliação está sempre associada ao "pouco ganho", que só dá para subsistir se tiver a concessão de um pedacinho de terra para plantar.

"No trabalho de alugado você só tem aquele tantinho todo dia. Aqui a gente vai fazendo, vai fazendo..., quando é no fim tem um pedacinho de dinheiro."

Esse foi o teor mais comum das respostas dos parceiros justificando sua opção pela parceria. Há sempre o entendimento que através do assalariamento eles ganham apenas para se manter durante a produção. O ganho "extra" que possibilita o atendimento de outras necessidades além da alimentação, só fica garantido quando conseguem a exploração em parceria.

Um outro aspecto também muito enfatizado é a temporalidade do trabalho alugado. Para os parceiros é um trabalho muito incerto que não assegura uma remuneração por um período de tempo mais longo. Essa percepção tende a uma maior valorização do emprego nas grandes empresas, na medida em que elas criam um posto de trabalho seguro e mais duradouro, já que há um contrato de trabalho assinado em carteira. Mas, ao se comparar o emprego nas "firmas" com a parceria há uma rejeição muito grande por parte dos parceiros, que assim justificam:

"Eu acho melhor assim (a parceria). Porque o alugado você sabe como é: a gente pega um dia aqui outro acolá. Agora, sendo uma firma não, porque a gente trabalha todo dia na firma. Mas assim (na parceria), a gente trabalha sem mandado de ninguém. A gente chega a hora que quer, sai a hora que quer mas o empregado tem que chegar naquele horário e sair naquele também horário".

Ou numa outra afirmação mais enfática, em que o parceiro declarava:

"Na firma tem muita inquisição. Até pra fumar um cigarro tem hora certa."

O que queremos enfatizar com essas declarações é que a resistência dos parceiros em se tornar assalariado nas grandes empresas está muito relacionada com a possibilidade de conservarem os movimentos livres do camponês. Como bem enfatizava o Prof. Antônio Cândido, aquela condição afeta a sua dignidade, "devido ao controle patronal e às suas humilhações que acarreta" (Mello Souza, 1987:189). Sem dúvida esse rigor, característico do trabalho assalariado coletivo na empresa, entra em choque com a mentalidade camponesa que tem na prática do trabalho o exercício da liberdade de movimentos e de criação.

A conformação dessa resistência tem sido uma constante na área de influência mais direta do Projeto Baixo-Açu. Há um consenso por parte dos empresários da inadequação da mão-de-obra local às normas de trabalho na Empresa Capitalista de Tipo I. Essa incompatibilidade surge a partir da resistência que apresentam em se submeterem ao horário normal da empresa. Segundo os declarantes, os trabalhadores preferem começar o trabalho bem cedo e largar em tempo de trabalhar um pouco nas suas roças. Também não querem se sujeitar a trabalhar sábados e domingos, dias esses que dedicam ao cultivo próprio. A essas juntam-se outras declarações do tipo preguiçoso e, principalmente, da falta de assiduidade no trabalho. Bastante ilustrativo dessa situação são resultados preliminares de uma pesquisa que vem sendo feita na área pelo Prof. Lindomar W. Bonetti (1991). Ao buscar reconstituir a composição da mão-de-obra integrante do mercado de trabalho no Vale do Açu, conclui o citado professor: "Os trabalhadores assalariados das empresas agrícolas do Vale do Assu provém de locais distantes, na maioria, fora da área irrigada do Vale. Dependendo do local de onde vem o trabalhador, conta ele com uma história de vida também distinta, mas sempre ligada ao trabalho assalariado, raramente com experiência do trabalho camponês." Ao nosso ver a experiência acumulada do trabalho assalariado se constitui numa condição fundamental da adequação do trabalhador ao ritmo de trabalho da empresa. Esta, ao se implantar no Baixo-Açu com um elevado padrão tecnológico, não consegue conviver com a individualidade, com a liberdade de movimento daqueles trabalhadores que só tinham experiência de um trabalho camponês. Não há tempo para submeter esse "camponês" ao

ritmo do trabalho coletivo, parcializado, padronizado do trabalhador assalariado da maquinaria. Daí ser mais racional buscar o trabalhador com essas características, o que implica ter uma história de vida vinculada ao trabalho assalariado, como diz o Prof. Bonetti, mesmo que ele se localize em municípios adjacentes ao Vale como Angicos, Lajes, Serra do Mel, Serra de Santana, Afonso Bezerra, etc. Esses trabalhadores, na visão dos empresários, trouxeram para o Vale aquele "comportamento" de operários, cientes de que têm que obedecer os horários da empresa.

C) As Razões de Utilização da Parceria

A adoção da parceria em projetos de irrigação privada da amostra selecionada na região do Baixo-Açu é justificada, pela grande maioria dos proprietários, entre outras coisas, pela certeza de contar com mão-de-obra durante todo o ciclo produtivo. Na visão dos proprietários há uma "escassez de mão-de-obra", explicada pela concorrência que se estabelece entre as empresas agropecuárias que se multiplicam no Vale, a extração do sal e, mais recentemente, as empreiteiras que prestam serviço

à Petrobrás. O mercado de trabalho da região é também, na opinião dos proprietários de terra, fortemente afetados pela atividade de extração da folha de carnaúba que, apesar de sua sazonalidade, demanda um grande contingente de mão-de-obra. Com isso, tem-se a clara impressão de que se trata de uma região com um estrangulamento na disponibilidade de mão-de-obra. É bastante ilustrativa a seguinte afirmação de um proprietário:

"Se tivesse bastante trabalhador a gente botava trabalhador mas, como o trabalhador é difícil, a gente tem que se arriscar a dar a terra pra eles trabalharem."

Os proprietários locais, e isso também vale para os grandes empresários, manifestam constantemente suas preocupações com a solução desses problemas. Enquanto os Capitalistas do Tipo I se dispõem a mecanizar o máximo possível as etapas do ciclo produtivo, nas Empresas Capitalistas de Tipo II são mantidas formas de organização da produção com base na parceria. Chegou-se mesmo a ouvir que já se estabeleceu uma disputa por parceiros, tamanha é a incidência dos mesmos nesses tipos de explorações.

Esse entendimento, de uma escassez de mão-de-obra generalizada por parte dos proprietários, caminha em confronto direto com a afirmação dos parceiros que utilizam o trabalho assalariado, isoladamente ou complementando a sua mão-de-obra familiar, na organização do processo de trabalho na área sob sua

responsabilidade. A quase totalidade dos parceiros afirmaram que facilmente conseguem trabalhadores diaristas nas comunidades da vizinhança. E é bom lembrar que, em geral, o parceiro também fica responsável pela contratação dos trabalhadores para faixa de terra sob a responsabilidade do proprietário, conforme já discutimos no sub-tópico anterior. Como os parceiros têm uma relação mais direta com o mercado de trabalho local, facilmente eles recrutam trabalhadores nas vizinhanças da propriedade. No dizer dos parceiros:

Ilustrando as condições em diversas etapas do processo produtivo,

"são sempre velhos conhecidos e vizinhos que trabalham nos momentos de pico."

Em que então se fundamenta a afirmativa e preocupação dos proprietários? No nosso entender, essa questão da escassez da mão-de-obra precisa ser relativizada para que as várias nuances de sua ocorrência sejam explicitadas. Por exemplo, as afirmações dos proprietários entram em choque quando comparam a qualidade do trabalho do parceiro frente a alternativa do trabalhador assalariado. Vejamos em três respostas conseguidas na pesquisa de campo:

"O parceiro é melhor porque não tem domingo nem dia santo; produz para nós dois e ajuda nos trabalhos extras."

"O pessoal não quer trabalhar, o parceiro se interessa."

"O assalariado não vem todo dia, não tem interesse na produção. Só trabalha quando está necessitando."

Afirmações como estas deixam transparecer que não é a simples falta de trabalho, mas de um tipo específico de trabalhador, que permitisse ao proprietário um certo grau de liberdade na condução das diversas etapas do processo produtivo. Ou seja, que prescindisse da presença direta do proprietário na condução da produção, é tanto que não há uma eliminação desse trabalhador, há o acréscimo de um preposto do proprietário, que é o parceiro, para realizar essa vigilância, esse controle do trabalhador que basicamente ele contrata e administra.

Um outro aspecto da questão da escassez de mão-de-obra prende-se ao nível de qualificação desse trabalhador. Em várias afirmações os proprietários entrevistados procuraram priorizar a parceria, frente a outras formas de trabalho como por exemplo o emprego eventual, pelo nível de cuidados que ele dispensa na condução da produção. A operação do sistema de irrigação exemplifica bastante essa maior exigência de quem conduz a produção, com reflexos importantes sobre os resultados finais esperados. Se não vejamos: como já mostramos com o auxílio da Tabela 21, nestas unidades produtivas a irrigação por sulco é o tipo predominante. A condução de sistemas desse tipo, como já discutimos no sub-tópico 1.3, está constantemente a exigir uma

presença física e um desempenho especializado do trabalhador em diversas fases de sua execução (confeccção e limpeza dos sulcos, determinação de períodos de distribuição da água nos canais e sulcos, etc.). Esse é o nível de dedicação e envolvimento que um trabalhador qualquer não apresenta, sendo inerente àquele trabalhador que se apresenta como um sócio do empreendimento e, por isso, está comprometido com seu resultado.

Um outro aspecto, também ligado a uma maior dedicação e cuidados especiais do trabalhador, prende-se ao tipo de produto que se está cultivando. Como nas Empresas Capitalistas do Tipo II é muito comum explorarem produtos destinados ao consumo de mesa (tomate, pimentão, melão, banana, por exemplo), há toda uma preocupação com a apresentação desses frutos que se reflete por ocasião da colheita e acondicionamento dos mesmos. Isso está a exigir do responsável pela produção uma presença e uma dedicação constantes que não se enquadram nas características de um simples diarista contratado por uma jornada de trabalho definida ou, o que é mais comprometedor, por quantidade de frutos colhidos.

Uma outra razão, e que nos pareceu de fundamental importância da presença da parceria no Baixo-Açu, é que podemos chamar de insuficiência de recursos. A maior evidência desse fator nos foi transmitida pelos proprietários locais, que justificam a adoção da parceria como uma forma de evitar o desembolso de uma remuneração periódica (semanal ou mensal) durante todo o ciclo produtivo. Ilustra bem essa situação a resposta de um proprietário ao ser indagado do porquê parceiros

e não trabalhadores assalariados:

"O parceiro é melhor porque dá aquela parte a gente e fica com a dele. Não precisa a gente se preocupar em tá pagando a ele."

Junte-se a isso a possibilidade que se cria de mais facilmente burlar a legislação trabalhista, na medida em que não se caracteriza uma relação de assalariamento, fugindo da área de ação mais comum das instituições sindicais que é a forma de contrato do tipo assalariamento.

A não utilização do sistema de crédito, apenas 20% das unidades produtivas tinham algum contrato de crédito rural, caracteriza bem essas explorações. A parceria se apresenta como uma opção adequada à exploração irrigada por combinar esses dois fatores fundamentais: elevado índice de recursos próprios e estabelecimento de um sócio nos prejuízos.

Essa questão da insuficiência de recursos, decorrente da restrição da política de crédito rural, tem um peso muito grande no entendimento das razões que explicam a presença da parceria nas Empresas Capitalistas do Tipo II, tomando-se como referência os casos que compuseram o rol da amostra das unidades produtivas analisadas. Inclusive ela permeia e reverte algumas outras razões que deveriam explicar a presença do trabalho assalariado. Por

exemplo, o nosso entendimento é que os sistemas de irrigação sob pressão, que inclui a aspersão e o gotejamento, tendem a apresentar níveis mais elevados de automação ou que, no mínimo, têm eliminado a interferência mais direta do trabalhador na condução do sistema. Acontece que, no Baixo-Açu, muitos proprietários que se beneficiam do programa de distribuição de kits de irrigação, por não terem acesso ao crédito rural, pela sua escassez e condições atuais de juros altos, procuram um parceiro e repassam o kit ao estabelecerem uma sociedade para exploração da terra. Para os técnicos da Assistência Técnica, as restrições de oferta do crédito rural, aliada à política de distribuição de kits de irrigação, tem favorecido o aumento da exploração em parceria. Vejamos sua declaração:

"A distribuição de kits de irrigação do Projeto "Sertão Novo" aumentou muito o número de parceiros. Como o proprietário, sem crédito, retrai sua produção só para recursos próprios, mas tendo um kit de irrigação, ele arranja um parceiro."

Em alguns casos desse tipo de parceria com base num kit de irrigação adquirido do Programa Sertão Novo, como o que exemplificamos acima, o proprietário não participa com nada mais na efetivação da produção. Ou seja, ele cede a terra e o kit de irrigação por aspersão como parte da "sociedade", cabendo ao parceiro arcar com as demais condições necessárias ao desenvolvimento do processo produtivo. Também foi lembrado que

a parceria com aspersão tem o sentido de uma maior conservação do sistema na medida em que o parceiro demonstra mais cuidado no uso e transporte interno do sistema na área.

3.3.2. TIPOS MAIS COMUNS DE PARCEIROS

parceria no Baixo-Açu, ...

O resultado das nossas investigações nos levou a definição de quatro situações de ocorrência mais freqüente da parceria na região do Baixo-Açu:

- 1) pequenas áreas onde o parceiro explora a quase totalidade da área irrigada;
- 2) pequenas áreas onde o proprietário explora a quase totalidade da área irrigada;
- 3) pequenas áreas onde há um equilíbrio em torno das quantidades das áreas irrigadas diretamente pelo proprietário e a que é cedida em parceria;
- 4) grandes áreas onde se utiliza apenas uma pequena área irrigada, sendo parte ou totalmente cedida em parceria.

E, de acordo com as informações recolhidas, os casos selecionados buscaram abranger as diversas situações em que se

reproduziam a parceria na região, ficando assim agrupados os quatro diferentes tipos mais comuns de parceiros no Baixo-Açu. Vejamos a caracterização desses diferentes tipos:

1) Pequenas áreas onde o parceiro explora a quase totalidade da área irrigada.

Esta é uma das formas mais frequentes de ocorrência da parceria no Baixo-Açu, representado no rol selecionado, na Tabela 17, pelas unidades produtivas de números 01, 05, 06, 07, 13, 14 e 15. Para uma melhor caracterização desse grupo, podemos subdividi-lo em estratos mais homogêneos, assim constituídos:

a) aquelas unidades produtivas constituídas por "micro" áreas irrigadas - unidades de números 06, 07 e 15 - casos típicos em que os proprietários, além de absenteístas, não apresentam maiores interesses em retornos produtivos. Os parceiros comportam-se como verdadeiros "pastoradores" da área. Esse tipo de parceria associa-se geralmente a métodos de irrigação mais tradicionais, como a irrigação por superfície;

b) condições semelhantes, quanto ao comportamento do proprietário, exposto logo acima em (a), definem o segundo sub-grupo constituído pelas unidades de números 05 e 13. Só que nesses casos a área irrigada é um pouco maior e estão associados à irrigação por aspersão.

O fato dessas unidades apresentarem a parceria associada

a métodos de irrigação sob pressão não contradiz nossas deduções anteriores pelas especificidades de suas ocorrências. Esses dois casos, conforme investigações que realizamos no local, aparecem como desdobramento da política de distribuição de kits de irrigação do programa "Sertão Novo - Irrigação", detalhado no sub-tópico 2.1.3. Por não apresentar interesse na exploração da terra, o proprietário - que goza de um fácil acesso ao programa de distribuição de kits de irrigação - repassa o mesmo a um parceiro como forma de retê-lo na propriedade. Convém lembrar que, além de uma grande interferência de grupos políticos na condução do programa, entre as condições necessárias para ser beneficiário do mesmo consta a comprovação da posse da terra e que esta seja dotada de fonte de água e rede elétrica. Em assim sendo, alguns proprietários, através da utilização de um parceiro, aproveitam-se do programa Sertão Novo - Irrigação para garantir tão simplesmente a propriedade da terra;

c) o terceiro sub-grupo, formado pelas unidades produtivas de números 01 e 14, constitui-se também de casos típicos onde se combinam situações de absenteísmo do proprietário e insuficiência de recursos financeiros. O elevado grau de absenteísmo do proprietário pode ser explicitado pelo fato do parceiro ser responsável por maior parcela da produção irrigada. Isso caracteriza uma autonomia relativa do parceiro na condução do processo produtivo, apresentando como especificidade o fato de que já transparece o interesse do proprietário pelo uso produtivo da terra. Também é aparente nesses casos a insuficiência de recursos financeiros agravada pelo difícil acesso a instrumentos

da política agrícola oficial, inclusive a distribuição de kits de irrigação, na medida em que predominam métodos de irrigação por superfície, além de se comprovar a presença constante do proprietário na condução da produção, como é o caso da unidade de número 14.

2) Pequenas áreas onde o proprietário explora a quase totalidade da área irrigada

Esse é o caso típico de retenção de mão-de-obra na unidade produtiva pelo proprietário, seja por falta de quantidade suficiente de trabalhadores, seja por ausência de mão-de-obra qualificada. No rol selecionado, ele está representado pelas unidades de números 03, 04 e 09. Esses casos apresentam como especificidade o fato de o proprietário administrar diretamente a produção, morar na propriedade ou a visitar constantemente.

Dependendo do tamanho da área irrigada, a necessidade de reter a força de trabalho do parceiro pode se explicitar de duas formas diferentes: a) quando a área irrigada não for muito pequena, aumenta-se o número de parceiros. Esse é o caso da unidade produtiva de número 03, onde são mantidos três parceiros nos oito hectares cedidos em parceria; b) em áreas irrigadas muito pequenas (unidades produtivas de números 04 e 09) ao trabalhador é permitido a exploração de uma "pequena roça" para sua subsistência, sem contudo, deixar de se caracterizar uma relação de parceria. Ou seja, em geral, o proprietário dispensa a

parte que lhe seria devida pelo parceiro por ser insignificante. Mas está sempre insistindo que cede um pedaço de terra em parceria para melhorar as condições do parceiro.

3) Pequenas áreas onde há um equilíbrio em torno das quantidades das áreas irrigadas diretamente pelo proprietário e a que é cedida em parceria

No rol das unidades selecionadas, esse tipo de parceria está representado pelas unidades produtivas de números 02, 10, 16, 17, 18, 19 e 20. é também uma das formas muito freqüente de ocorrência da parceria no Baixo-Açu, daí porque tornamo-la bastante representativa na amostra intencional das unidades produtivas.

Esse tipo de parceria também guarda uma estreita relação com o grau de estruturação do mercado de trabalho local. Apresenta, porém, como especificidade o fato de que a presença do parceiro não se restringe apenas a suprir a necessidade de mão-de-obra, mas funciona como intermediador entre o mercado de trabalho local e a necessidade de força de trabalho da unidade produtiva como um todo. Essa forma de se utilizar do conhecimento e domínio do parceiro do mercado de trabalho, deixando a seu encargo a contratação e controle dos trabalhadores se explicita pelo fato de que a área sob a responsabilidade do proprietário, em geral, é maior que a área cedida em parceria. Salvo os casos em que, na área de administração direta do proprietário, ele

utiliza métodos de irrigação sob pressão (unidades de números 10, 16 e 19), constatando-se, porém, uma pequena diferença entre as áreas irrigadas.

Na unidade produtiva de número 10, onde essa diferença é mais marcante, configura-se um caso especial de ocorrência da parceria. Nesse, o parceiro, que tem laços estreitos de parentesco com o proprietário, assume a função específica de administrador da propriedade, tendo autonomia em todas as decisões e ao proprietário é reservada apenas o papel de agente financeiro do empreendimento. Também nesses casos, a força de trabalho do parceiro, bem como sua mão-de-obra familiar, é comumente utilizada nas etapas produtivas da área explorada diretamente pelo proprietário.

O fato das áreas irrigadas sob administração direta do proprietário serem equivalentes à área cedida ao parceiro, mas com uma leve tendência de superação, demonstra o interesse daquele na utilização produtiva da terra e o seu caráter inovador, na medida em que a irrigação sob pressão é introduzida apenas na área administrada diretamente pelo proprietário. Parecendo assim já estar posta a necessidade de superação de um estágio atual de insuficiência da base técnica.

4) Grandes áreas onde se utiliza apenas uma pequena área irrigada, sendo parte ou totalmente cedida em parceria

A irrigação com parceria no interior da grande propriedade está diretamente associada a uma baixa percentagem de área explorada e articulada com a exploração irrigada principal sob administração direta do proprietário, que também é de pequena extensão. Em geral, o proprietário utiliza na sua área irrigação sob pressão e na área em parceria irrigação por superfície. Não necessariamente as duas áreas no interior da propriedade exploram a mesma cultura. Enquanto na área sob administração direta exploram-se, geralmente, frutíferas ou forragens para alimentação do rebanho, na área do parceiro cultivam-se olerícolas ou produtos para sua subsistência como feijão e até mesmo milho. É muito comum a articulação entre as atividades desenvolvidas pelo proprietário e parceiro ser mediada por alguma produção relativa ao sustento do rebanho pecuário. Nesses casos, quando não se cultivam forrageiras propriamente ditas, há o compromisso da cessão da palha do milho para alimentação do gado.

Uma outra característica dessa forma de parceria é que o pagamento devido incide sobre a terça e não a meiação, como é comum nas demais situações de parceria. A justificativa para esse comportamento do proprietário parece estar diretamente relacionada ao grau de dificuldade na obtenção de trabalhadores para o desempenho das atividades irrigadas, o que explica a presença de um parceiro por cada dois hectares irrigados, em média. Todos os grandes proprietários entrevistados foram unânimes em apontar inúmeras dificuldades na condução da produção à base de "trabalhadores alugados". Há, inclusive, o caso extremo da unidade produtiva de número 11 em que o proprietário cede seu

sistema de irrigação por aspersão a três parceiros, sob o compromisso deles contratarem todos os trabalhadores necessários, desde que ele (o proprietário) não se envolva nessa tarefa.

"Facilito tudo para os parceiros para prender eles na propriedade. Estou sempre arranjando o que eles fazem durante quase todo o ano. É difícil lutar com trabalhadores... não querem trabalhar. Os parceiros é que arranjam os trabalhadores e acertam tudo. Pago a minha parte e pronto."

Os proprietários das unidades produtivas de números 08 e 12, que associam a área em parceria com outras áreas irrigadas com fruteiras e forragens, afirmaram que já tiveram muita dificuldade para conseguir trabalhadores em épocas de colheita, tendo, inclusive, que mandar buscar em municípios vizinhos, ficando-lhes, porém, muito caro. Isso vem corroborar nossa afirmação inicial da estreita relação da parceria na pequena irrigação no interior da grande propriedade com a necessidade de retenção de mão de obra. Contudo, essa situação reflete o elevado grau de insuficiência de recursos financeiros dessas explorações, não permitindo assim que se crie a infraestrutura necessária a manutenção do seu "exército de trabalhadores" como fazem as empresas capitalistas da região.

RESUMO E CONCLUSÕES

RESUMO E CONCLUSÕES

A discussão da parceria em experiências concretas da agricultura irrigada no Nordeste semi-árido nos permitiu reafirmar aquelas razões que, em estudos anteriores, diferentes autores haviam detectado como explicadoras da permanência ou recriação dessa relação de trabalho. Vejamos essas razões, agora realçando suas especificidades na agricultura irrigada:

a) insuficiência de recursos financeiros - diante da disponibilidade de terra e a especificidade de uma exploração mais intensiva (tanto em capital quanto da terra) a insuficiência de recursos afeta mais diretamente a agricultura irrigada. A busca incessante de uma maior eficiência faz com que a parceria se apresente como uma alternativa de reduzir ou mesmo evitar o desembolso para remunerar o capital variável, visto que alguns gastos com o capital fixo são imprescindíveis para empreender um cultivo irrigado. Exemplo disso é a construção de canais, aquisição de sistema de irrigação, compra de moto-bomba, etc.;

b) atividade com alto risco - embora que na atividade irrigada se elimine o risco da falta de chuvas, introduz-se uma série de outros riscos dadas as características técnicas das

culturas irrigadas, por exemplo: o excesso ou a falta d'água em determinados momentos coloca em risco a produção; a alteração nas condições de umidade aumenta a incidência de pragas e doenças. Em resumo, se são minimizados os riscos do ponto de vista da dependência hídrica, por outro lado "novos" riscos afetam o processo produtivo. Dadas as dificuldades de controle indireto desses riscos, impõem-se a utilização da parceria;

c) absenteísmo do proprietário - a possibilidade de explorar produtivamente a terra durante todo o ano com a irrigação, obriga o responsável pela unidade produtiva a envolver-se com uma outra órbita de transações que está ligada a níveis de determinações que excedem os limites da unidade produtiva. Essas novas transações prendem-se a aspectos de financiamento e comercialização da produção, principalmente, que a partir de um certo estágio produtivo passam a ter um peso primordial demandando tempo e habilidade do interessado. O ausentar-se da propriedade por tempo relativamente longo, que pode ser dias ou até mesmo horas, mas que são cruciais ao desenvolvimento da produção cria a necessidade de se ter alguém que compartilhe os riscos ou divida os eventuais prejuízos;

d) ausência de mercado de trabalho estruturado - na irrigação esse fator vai muito além da necessidade quantitativa de trabalhadores. Uma série de tarefas na irrigação, como por exemplo a poda nas culturas permanentes, a condução da água nos sulcos, a distribuição de canos na aspersão, etc., demandam níveis de qualificação que geralmente não são obtidos no mercado de trabalho assalariado local.

A essas quatro razões clássicas, apontadas na literatura como explicadoras de adoção da parceria, anexamos uma quinta que, se não é específica da agricultura irrigada, é bastante realçada em empreendimentos que têm na irrigação sua atividade principal ou exclusiva:

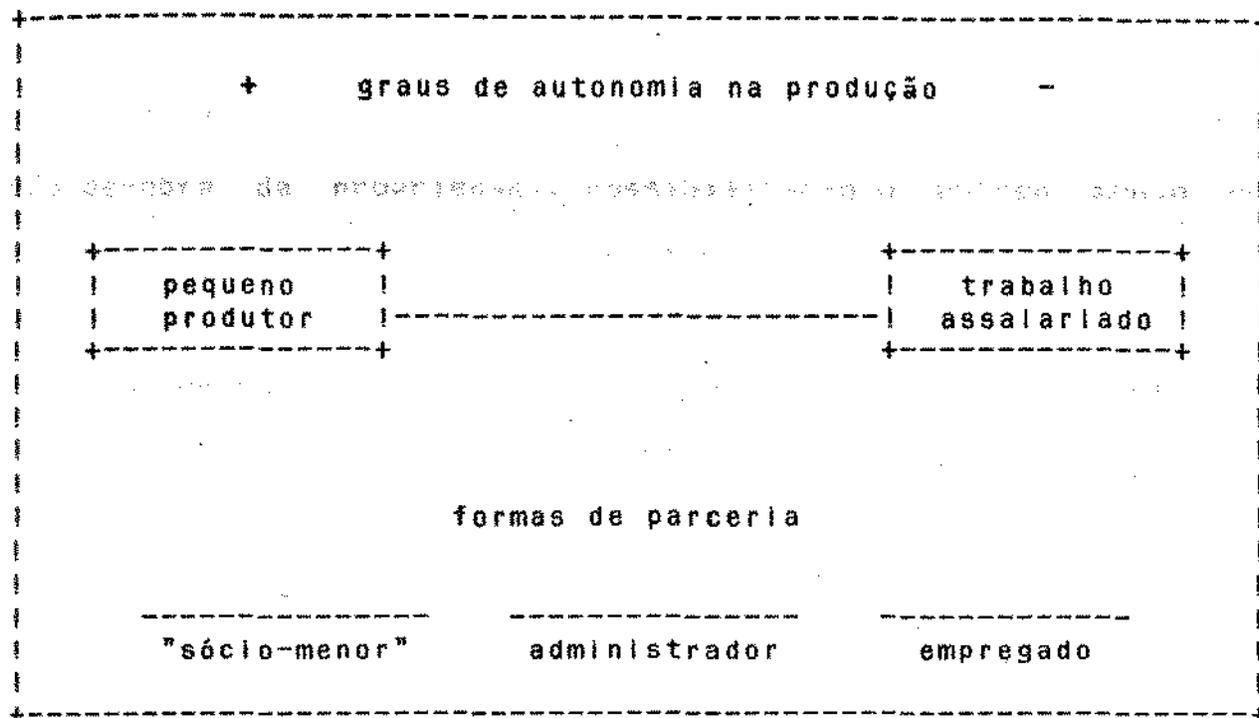
e) necessidade do trabalho artesanal camponês - a parceria que se estabelece recriando o trabalho artesanal está muito em função do insuficiente grau de tecnificação atingindo por determinadas atividades. Essa insuficiência não consegue transmitir ao processo produtivo níveis de padronização que melhor o adeque ao trabalho assalariado. Várias atividades da agricultura irrigada exigem um tipo de habilidade, de dedicação que o trabalho indiferenciado e desqualificado não preenche. Um exemplo bastante representativo dessa estratégia encontramos no projeto Pirapora (MG), administrado pela COTIA, na produção de uva. A justificativa para utilização da parceria nessa atividade é apresentada, primeiro porque, dadas as condições climáticas do norte de Minas, a uva aí produzida é considerada uma cultura exótica, exigindo-se prática, cuidado e, principalmente, vigilância especiais nas diversas etapas da produção (tratos, frigorificação, transporte, etc.) o que exige a presença de alguém que entenda e tenha uma visão e domínio global do processo produtivo. A importância que assume aqui o trabalho artesanal frente ao trabalho assalariado é que esse, quer seja mão-de-obra qualificada ou não, é fruto de um processo de parcelização do trabalho onde ele perde o controle do ciclo produtivo integral realizando apenas determinadas tarefas para as quais é definido um tempo necessário à sua execução e podendo por ele ser

remunerado. Recuperamos aqui a idéia do camponês que executa movimentos livres, os quais requerem habilidade e capacidade de discernimento dos trabalhadores.

A análise dessas cinco razões, enunciadas como explicadoras da adoção da parceria, com destaque para a agricultura irrigada, nos induziu a uma busca de detectar elementos mais gerais a todas elas. O resultado dessa busca foi a redução dessas cinco razões a um estágio de insuficiência das forças produtivas, quer ele se explicita ora por uma inadequação às relações de produção vigentes, ora por estreitamento da base tecnológica correspondente. Foi o que generalizamos em trabalho anterior (Gomes da Silva et alii, 1988:21) de "falta algo" a quem propõe uma sociedade, por não ter sido possível impor relações de produção baseadas, estritamente, no trabalho assalariado. Ou mais explicitamente, "o proprietário, se pudesse - ou quando puder - livrar-se-ia do parceiro assim que a restrição que lhe impõe essa relação for removida o que não significa, por sua vez, que isso ocorrerá inexoravelmente." E, concluíamos, que isso nos permitia "caracterizar a parceria como, primeiro uma forma de transição para o trabalho assalariado; segundo: uma forma flexível de remuneração do trabalho, passivo de ser adaptada a circunstâncias específicas da organização da produção onde se insere, que permite combinar atividades típicas de empregador e do empregado."

A caracterização da parceria, enquanto forma de transição e enquanto forma flexível, foi sintetizada no gráfico seguinte, exposto e discutido em Graziano da Silva coord.

(1989:88), que toma como variável chave o grau de autonomia de que dispõe o parceiro na organização dos processos de produção e de trabalho que compõe o processo produtivo como um todo. Vejamos essa exposição gráfica:



Nesse gráfico, a parceria enquanto forma de transição é entendida como a passagem do "trabalho relativamente autônomo" do pequeno produtor mercantil independente para o "trabalho cativo" do assalariado.

Enquanto forma flexível de remuneração do trabalho, a Parceria assume conteúdos distintos - parceiro "sócio-menor",

parceiro-administrador ou parceiro-empregado - caracterizados a seguir.

O parceiro-empregado é uma forma típica do complexo algodão-pecuária-culturas alimentares da região Nordeste, apesar de não ser exclusiva dessa região. Tem estreita relação com explorações sob o domínio do capital comercial, daí ser associada a uma conjuntura onde as forças produtivas não estão plenamente desenvolvidas. Constitui-se, em geral, numa simples reserva de mão-de-obra da propriedade, possibilitando o enfrentamento de momentos de picos de demanda de força de trabalho, sem causar muitos transtornos à produção. Por esse motivo, guarda uma relação muito estreita com as deficiências ou ausência da estruturação de mercado de trabalho local.

As outras duas formas - parceiro-administrador e parceiro "sócio-menor" - são formas relativamente novas¹ de parceria e aparecem mais diretamente articuladas às atividades irrigadas. As distorções entre elas são de ordem secundária apenas no que se refere ao grau de autonomia na organização do processo produtivo. Agora, com o parceiro-empregado apresentam

1. Novaes (1981), estudando as conseqüências para a organização do trabalho decorrente da pecuarização na produção de algodão no sertão, detectou um "novo parceiro" que se caracterizava em ser um trabalhador que permanecia morando na fazenda sob regime de meação e que tinha também a função de recrutar trabalhadores (antigos parceiros) nas pontas de rua. Todavia, sua caracterização desse "novo parceiro" está mais próxima ao parceiro-empregado, característico na cultura do algodão do Nordeste, que tinha também a função específica de contratação de ex-parceiros pelo fácil acesso e conhecimento desse mercado de mão-de-obra.

uma distinção fundamental que é não guardarem muita relação com as deficiências do mercado de trabalho local.

Ora, ao se analisar situações concretas em que encontramos essas formas de parceria (parceiro-administrador e parceiro "sócio-menor"), levantamos o seguinte questionamento: por que numa situação onde há um mercado de trabalho estruturado se optou por uma organização com parceria? Ou, em outras palavras, por que essa parceria gera um excedente maior que justifique a sua adoção? A nossa explicação vai no sentido de que é uma tentativa de se estabelecer um controle indireto da atividade produtiva por inexistirem atividades padronizadas que dispensassem essa estratégia, conforme já discutimos anteriormente. E a maneira de realizar esse controle viabiliza-se através de uma divisão dos riscos com o parceiro. Daí que a comparação entre alternativas de organização da produção com trabalhadores assalariados ou com parceiros não deve ir no sentido de que se pagaria menos ao parceiro do que se se decidisse por trabalho assalariado. A realidade é que a renda do empresário é maior com o parceiro porque com essa opção de organização da produção ele tem menos gasto produtivo: evita desperdícios de insumos e de água, menos perda na colheita, etc. Ou seja, embora a adoção da parceria incorra em maiores gastos, ela possibilitará um maior lucro ao empreendimento por reduzir os gastos produtivos.

Tanto o parceiro-administrador como o parceiro "sócio-menor" apresentam-se como alternativas à administração

centralizada na medida em que essa, e mesmo a contratação com o "gato"², acarreta uma série de problemas difíceis de serem controlados, apenas, via atividade do assalariado. Esses problemas podem ser exemplificados por situações de colheitas em que os assalariados preferem colher apenas frutos maiores, na medida em que sejam remunerados por caixas colhidas; ou, no caso de produtos de mesa, em que o próprio "gato" pode vir a ser subornado por compradores e instruir seus agenciados para colherem apenas aqueles produtos mais apresentáveis, em detrimento de produtos mal conformados; ou ainda, prejuízos advindos de colheitas mal feitas, não havendo interesse de se colher frutos que exijam maiores esforços, como sob folhagens mais densas ou muito rasteiros.

Diante dessas situações, o que se enfatiza é que na execução das atividades irrigadas é cada vez mais exigida uma maior disponibilidade e completa vigilância do responsável pela unidade produtiva, tendo em vista que ele não dispõe de formas indiretas que realizem esse controle da produção satisfatoriamente. Quer dizer, ou o responsável está diretamente supervisionando a atividade produtiva para poder controlar mesmo aquelas que são pagas por tarefas ou por produção, ou terá que ter um preposto que participe nos prejuízos ou que evite que esses ocorram. Como o empresário agrícola está cada vez mais

2. "Gato" é um tipo de agenciador de bóias-frias.

sendo obrigado a se envolver com atividades extra-lote, ele é levado a lançar mão de um administrador que tenha comprometimento e interesse com o desenrolar de todo o processo produtivo. Na nossa concepção, essas são características que se adequam à figura do parceiro-administrador.

Isso, contudo, não nos autoriza considerar essa forma de relação de trabalho como um assalariamento disfarçado ou uma simples variação do administrador-gerente ou mesmo de um arrendatário. Diferentemente do assalariado, o parceiro-administrador não tem com o proprietário nenhum tipo de relação trabalhista formalizada ou não. E também se diferencia do arrendatário por não ter uma forma de remuneração fixa, além de ter participação nos lucros e nos custos do empreendimento.

De tudo o que foi exposto, nos parece que a conclusão mais geral que prevalece é de que a parceria se impõe porque o proprietário não consegue o patamar necessário para estabelecer um processo especificamente capitalista baseado no trabalho assalariado. E com essa percepção chegamos ao entendimento do porque o parceiro não se torna assalariado, para cujo entendimento a autonomia no processo de trabalho apresenta-se de importância fundamental. Não se trata aqui da relação ou semelhanças entre as diferentes formas da parceria com o pequeno produtor pretensamente independente, como retratado no gráfico da página 221. Nosso intento é esclarecer o que falta para o parceiro tornar-se assalariado, vindo esse a corresponder àquele

patamar necessário para o estabelecimento de um processo especificamente capitalista com base na sua forma mais geral.

Na caracterização daquele gráfico que mede o grau de autonomia no processo de trabalho mostramos que o pequeno produtor, relativamente independente, tem um elevado grau de autonomia na organização do processo produtivo e na organização do seu processo de trabalho; ainda que no limite, esse pequeno produtor não tenha grande liberdade de organização do processo produtivo, que é o caso da pequena produção articulada, por exemplo, com a agroindústria nos perímetros irrigados, sem dúvida, ele tem bastante autonomia na organização do processo de trabalho: contrata trabalhadores, decide e distribui as tarefas diárias, etc. Próximos a esse extremo estão o parceiro "sócio-menor" e o parceiro-administrador.

No outro extremo do gráfico está o trabalho assalariado que não tem nenhuma autonomia na organização do processo de trabalho; são-lhes determinadas as tarefas e até mesmo os tempos em que devem ser realizadas. À essa forma básica de organização do trabalho na agricultura capitalista se aproxima o parceiro-empregado que, como já vimos, é uma das formas clássicas que assume a parceria no Brasil, estando ligada, basicamente, à inexistência de um mercado de trabalho estruturado. O parceiro-empregado, embora faça às vezes do trabalhador assalariado na propriedade por se constituir numa

reserva interna de mão-de-obra, não é um assalariado. Ele não assume as características do trabalho assalariado (trabalho coletivo, parcializado, especializado mas desqualificado, padronizado) pelo contrário, se dedica a determinadas tarefas específicas e contrata trabalhadores assalariados.

1.5.4.3. O parceiro-administrador

O parceiro-administrador e o parceiro "sócio-menor", como já discutimos anteriormente, são formas relativamente novas que aparecem ligadas à agricultura irrigada. Nelas, o parceiro tem um grau de autonomia relativo no processo de trabalho, é responsável pela contratação de mão-de-obra e, às vezes, até pela compra dos insumos e definição da tecnologia a ser usada na produção. Embora não decida o que produzir nem a quem vender, ele desempenha o papel de um administrador sem ser um assalariado; ele não tem uma relação de trabalho definida; ele se comporta como um sócio nas despesas, por isso um "sócio-menor".

1.5.4.4. Conclusão

O que estamos querendo caracterizar com a discussão do gráfico não é qual a forma de parceria que tenderá para tal ou qual extremo do gráfico. Reafirmamos que a parceria se impõe porque "falta algo" para se estabelecer aquele patamar necessário a uma exploração especificamente capitalista baseada no trabalho assalariado. E esse "falta algo", no nosso referencial de análise, está diretamente relacionado à possibilidade do proprietário estabelecer um patamar técnico e/ou administrativo capaz de exercer um controle indireto sobre a produção via

domínio do processo de trabalho. Aliás, essa é a lógica mais geral do processo capitalista de produção: procurar um controle crescente do processo produtivo e do processo de trabalho que permita que alguém que não participa diretamente desse processo extraia o excedente gerado e deixe àquele que produz apenas o valor da sua reprodução - o salário.

E isso também vale para a agricultura e com ênfase para a irrigada. A irrigação, por permitir a realização de uma exploração intensiva, tanto em terra como em capital, possibilita uma produção em bases modernas, adquire uma independência frente aos regimes pluviais, torna menos sazonal a produção, introduz produtos novos impossíveis de serem explorados sem o suprimento artificial ao solo da umidade necessária, enfim, passa a ser organizada em bases tecnológicas mais avançadas. Entretanto, ela por si só, não consegue criar condições suficientes para modificar as relações de produção aí existentes; não impõe necessariamente uma padronização do processo produtivo. Quer dizer, ela não consegue criar um processo de trabalho compatível com as alterações técnicas que ela introduz. Não se estabelece uma determinação de tarefas que se segue no processo de trabalho, nem se cria uma sistemática de trabalho previamente determinada. Pelo contrário, as situações particulares são as mais diversas possíveis. O fato é que irrigar não é o mesmo que introduzir o sistema mecanizado industrial capitalista. É por isso que a atividade irrigada, apesar de ser moderna, tem em alguns aspectos uma base artesanal que necessita ainda daquele indivíduo que não foi totalmente desqualificado. Há ainda determinadas tarefas

associadas a métodos específicos de irrigação (conforme caracterizamos no tópico 1.3) que requerem certa habilidade do irrigante no manejo do sistema de irrigação que ainda não foi possível automatizar. Essas condições de manejo também variam de acordo com o estágio da técnica onde se aplica. Por exemplo, apesar das condições de manejo do sistema terem estreita relação com o tipo de método de irrigação utilizado (os sistemas de irrigação por sulco e por inundação permitem um menor grau de automatismo), na Empresa Agrovale, na região do dipólo, que usa a irrigação por sulco, devido à sistematização prévia do terreno, o manejo do sistema está apto a ser completamente automatizado.

A importância que estamos atribuindo a essa base artesanal do trabalho está estritamente relacionada ao nosso referencial teórico de concepção do trabalho assalariado. Senão vejamos: mesmo o trabalho assalariado especializado, cuja mão-de-obra tenha experimentado um certo treinamento, pertence a um referencial mais geral que é o processo de desqualificação e parcialização do trabalho, conforme já discutimos no sub-tópico 1.1.2. Esse trabalho assalariado perde o controle sobre o ciclo produtivo integral, tem um contrato para realizar tarefas específicas e tem um salário fixo que pode ser parte em produto ou até receber comissões adicionais em porcentagens de produção. Mas, ele não divide riscos, não contrata mão-de-obra, limitando-se a gerenciar as atividades do trabalho. Ele poderá vir a ser meramente um administrador assalariado.

Vale a pena destacar, contudo, que o insuficiente

desenvolvimento das forças produtivas, seja pelo ângulo estritamente tecnológico seja pelo ângulo das relações de produção, que possibilita o aparecimento tanto do parceiro-administrador quanto do parceiro "sócio-menor" nas condições diferenciadas daquele trabalhador assalariado, podem ser superadas. E essa superação, como já afirmamos anteriormente, deverá ser no sentido de condicionar a implantação de uma base técnica que retire do trabalhador a possibilidade de controlar - ainda que parcialmente - o processo produtivo e dotar o proprietário de um controle indireto desse processo. Em assim sendo, acreditamos que não será impossível que aquelas tarefas que justificavam a necessidade do parceiro-administrador ou do parceiro "sócio-menor" venham a ser desenvolvidas por trabalhadores assalariados.

Dado o grau de qualificação dessa mão-de-obra, dado o nível de especialização da agricultura irrigada fica posta a possibilidade de superação da relação de parceria nessas condições dadas. Por exemplo, na Fazenda Milano, na região do dipólo, o problema da poda da uva, que era uma das justificativas para a adoção da parceria no Projeto de Pirapora (MG), foi superado. Estabeleceu-se uma padronização do processo produtivo através da definição de uma altura padrão no parreiral que era delimitada pela posição de um fio de arame, determinando-se que, acima desse fio, todos os galhos podiam ser podados. Esse processo de padronização adotado pela Fazenda Milano tornou a atividade da poda da uva compatível com o trabalho desqualificado, no sentido de que é um trabalho indiferenciado,

do trabalhador assalariado.

Em síntese, esse conjunto de características que a irrigação não tem tido ainda a possibilidade de transformar no processo de trabalho tende a desaparecer, por exemplo, quando a irrigação se desenvolve através de métodos sob pressão. Na irrigação localizada ou por aspersão, em geral, não há parceiros porque o processo aí é relativamente padronizado, controlado seus tempos e movimentos. Aquela situação específica que detectamos da existência da parceria num projeto privado de irrigação por aspersão, na região do Dipólo, foi explicada por uma insuficiência do material necessário ao desenvolvimento do sistema. A insuficiência de canos obrigava a um transporte das linhas de distribuição da água, possibilitando a danificação do sistema. O trabalhador assalariado mostrou-se sempre desinteressado e descuidado no exercício dessa tarefa, fazendo com que o proprietário optasse pelo retorno à relação de parceria.

No nosso caso específico de estudo, o Baixo-Açu, o fator que mais tem sido responsável pela grande incidência da parceria é, sem sombra de dúvida, a insuficiência de recursos financeiros. De princípio, essa situação não nos causou muita surpresa porque esta era uma das características definidoras das Empresas Capitalistas do Tipo II, às quais estava atrelada a ocorrência de parceria. A restrição de oferta do crédito rural, em geral, ou a ausência de políticas específicas de fomento à irrigação davam àqueles empreendimentos uma feição de explorações

com certo grau de insuficiência das forças produtivas. Diante disso, tomamos a região do Baixo-Açu não para negar que a parceria aí existente tinha como uma das causas a insuficiência de recursos financeiros mas, desvendar outras razões responsáveis pela ocorrência dessa relação de trabalho e, a partir daí, encontrar elementos mais gerais que explicassem a grande evidência da parceria na agricultura irrigada por superfície.

Não só a insuficiência de recursos financeiros se associa a outras razões da adoção da parceria, como ela camufla razões outras mais dificilmente perceptíveis. Exemplo disso é o caso da necessidade de garantir a posse da terra que faz com que alguns proprietários, ou por absenteísmo ou por desinteresse no uso produtivo da terra, optassem pela manutenção de um parceiro na sua propriedade. O resultado dessa situação é, como vimos anteriormente, uma pequena percentagem de área irrigada, em relação à área total, além de se utilizar uma irrigação mais atrasada, relativamente a que se realiza nas Empresas Capitalistas do Tipo I, tecnologicamente falando. Sem dúvida, há um grande peso de recursos financeiros próprios, já que o crédito rural é quase nulo nesses empreendimentos, mas existem razões que não ficam explicitadas pelo grande peso que parece jogar a falta de recursos.

O interesse de manter a terra produzindo sem se obrigar a maiores investimentos na produção é explicado também pela ocorrência da parceria até com kit de irrigação sob pressão (aspersão). Nesse caso o proprietário se utiliza dessa modalidade

de empréstimo que lhe é favorável (as inversões realizadas são reembolsadas mediante contrato de permuta com até um ano de carência, conforme discutido no sub-tópico 2.1.3) e cede a terra em parceria sem nenhum outro desembolso.

O que nos parece bastante esclarecedor é que a falta de recursos financeiros, enquanto razão básica para a adoção da parceria, terá outra conotação quando ocorrem estímulos externos à produção irrigada no Baixo-Açu. Um exemplo disso pode ser visualizado mediante a constatação de que o crescimento das áreas de irrigação no Baixo-Açu não corresponde a uma estrutura de comercialização local capaz de permitir o rápido escoamento da produção. Uma maior facilidade de comercialização de produtos como melão, melancia, tomate, etc., poderia ser fator de estímulo à retenção de terras irrigáveis e efetiva produção. Essa nova conjuntura não traria, obrigatoriamente, no seu bojo, a eliminação da parceria já que se explicitariam razões outras camufladas ou mesmo dissociadas da insuficiência de recursos financeiros. Essas poderiam ser tanto o absenteísmo do proprietário como a necessidade de manter a terra "em produção" para garantir a propriedade da terra, isentando-se do título de não-produtivo ou de eventuais ações de invasão de terra.

Uma outra razão que precisa ser relativizada, e no Baixo-Açu ela é bastante freqüente, é a ausência de mercado de trabalho estruturado. Só que essa ausência tem muito mais ligação com o estágio de desenvolvimento da base técnica da produção

Irrigada - mantêm-se as formas tradicionais de irrigação por superfície - do que com a quantidade, ou até qualidade da mão-de-obra disponível. Ou seja, o que aparece como uma falta de mão-de-obra generalizada para justificar a adoção da parceria, não passa de caracterização de um certo estágio técnico da produção que não permite o seu controle indireto, via domínio do processo de trabalho. Não faltam trabalhadores para agricultura irrigada no Baixo-Açu. Falta sim um desenvolvimento tecnológico - associado ao tipo de irrigação - para que se possa chegar a um trabalhador que tenha o seu processo de trabalho relativamente controlado, ao ponto de que ele funcione como verdadeiro "autômato". Como o atual estágio da irrigação nas Empresas Capitalistas do Tipo II do Baixo-Açu não permite esse grau de "automatismo" no processo de trabalho, o proprietário precisa recorrer a um parceiro para que aquelas condições de dedicação e comprometimento com a produção sejam satisfeitas.

A parceria que se estabelece no Baixo-Açu, por necessidade de recriação do trabalho artesanal camponês, está relacionada também com o tipo de irrigação adotada - a de superfície. Ou seja, a exigência de um trabalhador que tenha ainda um domínio global do processo de trabalho, enfim, faz com que se recupere o trabalho do parceiro pela possibilidade que ele apresenta de atender às exigências de um desempenho minucioso que requer habilidade e destreza de quem o executa.

Sintomático na caracterização da parceria no Baixo-Açu é a explicação da resistência dos parceiros em se tornarem

assalariados. À primeira vista, essa resistência está muito relacionada com a possibilidade de maiores "ganhos" ou a garantia de uma remuneração que extrapolasse a simples sobrevivência. Ou seja, para os parceiros o fato de ter acesso a uma faixa de terra para produzir é mais vantajoso, relativamente ao trabalho alugado, uma vez que com a produção em parceria ficava assegurado um ganho "extra". Ressalte-se ainda que a grande maioria dos parceiros acumulam o desempenho na parceria com atividades assalariadas na faixa de terra sob responsabilidade do proprietário. (Relatório do Conselho de Defesa do Estado, Especial da parceria)

Um segundo aspecto da resistência do parceiro em não se assalariar é esboçado em função da insegurança que o trabalho alugado lhe confere. Para o parceiro, esse tipo de trabalho é muito incerto, o que não lhe garante nem sequer a sobrevivência. Quando, porém, se lhe apresenta o trabalho assalariado nas empresas agropecuárias da região, como alternativa de trabalho mais estável³, garantido, aí, desvenda-se uma outra nuance dessa resistência. Senão vejamos: para o parceiro o trabalho assalariado nas empresas tem normas muito rígidas, horários determinados e remuneração fixa. Ora, essa conformação entra em confronto direto com a sua concepção de trabalho enquanto

3. A estabilidade a que nos referimos está bem refletida na percepção que os trabalhadores têm na área. Essa está referida apenas a "carteira assinada" que parece ser prática bastante comum entre as grandes empresas.

exercício de movimentos livres e acima de tudo criativos, o que o torna inadequado às normas de trabalho da empresa, apesar da maior estabilidade. Esse, também, é o entendimento dos empresários da região que preferem recrutar trabalhadores mais distantes, até fora da área irrigada do Vale, como observa o professor Bonetti (1991), não poupando críticas aos trabalhadores das comunidades locais que, no entender daqueles empresários, faltam-lhes "comportamento de operário." Essa, sem dúvida, é, ao nosso ver, uma razão primordial para permanência da parceria nas Empresas Capitalistas do Tipo II do Baixo-Açu. Como, em geral, as Empresas Capitalistas do Tipo I montaram uma infra-estrutura de transporte e alojamento para recrutar trabalhadores nas circunvizinhanças da região, sobra àqueles empreendimentos privados a convivência com um potencial de mão-de-obra que resiste a um desempenho de simples assalariado rural. Até que se concretize um mercado de trabalho local de mão-de-obra, tipo as vilas de trabalhadores que proliferam nas proximidades dos perímetros públicos do Dipólo (Juazeiro-Petrolina), essa situação tende a permanecer⁴.

Uma medida de impacto capaz de revolucionar as bases de produção na região, coisa que a presença das Empresas Capitalistas não desencadeou, seria a imediata instalação

4. Se for instalado o Projeto "Baixo-Açu 5.000" e, verdadeiramente, for dada preferência aos agricultores sem terra da região e aos desalojados pelas obras de implantação do Projeto Baixo-Açu, esse problema da mão-de-obra para as médias empresas e, principalmente, para pequenos empreendimentos poderá se acentuar.

e efetivo funcionamento do perímetro público irrigado. Além do seu efeito social de criação de novos empregos e dar acesso à terra a uma parcela da população de trabalhadores rurais do Baixo-Açu, o pleno funcionamento do perímetro, mesmo que seja na sua primeira fase, tenderia a forçar o estabelecimento daquela estrutura de comercialização a que nos referimos, possibilitaria a organização dos pequenos irrigantes em torno de uma cooperativa ou algo semelhante, podendo vir a se refletir numa re-acomodação das relações de trabalho nas áreas adjacentes ao perímetro. E nessa nova conformação da produção irrigada no Baixo-Açu, quando nela se inserir o perímetro público irrigado, teremos um novo referencial para pensar a persistência da parceria na agricultura irrigada. Tentemos explicar melhor essa questão.

O pleno desenvolvimento da primeira etapa do "Baixo-Açu 5.000"⁵ poderá ter um efeito desestabilizador sobre a produção nas Empresas Capitalistas do Tipo II da região. A organização da produção, com base na parceria naquelas unidades produtivas, poderá vir a sofrer um duro golpe pelas perspectivas de trabalho que surgirão, inclusive para parceiros, com o funcionamento do perímetro. Sabemos que há uma expectativa de ascensão dos atuais

5. É bom lembrar que o Projeto "Baixo-Açu 5.000" se propõe a beneficiar, na sua 1ª etapa, uma área correspondente a seguinte distribuição: 5 lotes de 25 ha para engenheiros agrônomos; 200 lotes de 8 ha para colonos; 9 lotes de 12,5 ha para técnicos agrícolas e cerca de 270 ha para pequenas e médias empresas. Esta etapa está em fase inicial, já tendo sido realizadas as inscrições para as diversas categorias de irrigantes.

parceiros em se tornar proprietários o que poderá se lhes apresentar como uma conquista no perímetro. Mas aí, possivelmente, abrir-se-ão novas frentes para recriação da parceria na medida em que se passará a exigir uma maior disponibilidade de assalariamento temporário nessa nova conjuntura da produção irrigada no Baixo-Açu. Sabemos, contudo, que o fornecimento, em grande escala, dessa categoria de trabalhador, é típico de um mercado de trabalho consolidado. Em não estando constituído esse mercado na área de influência do projeto, a recriação da parceria surge como alternativa viável e de fácil implementação para resolver o problema de demanda adicional de trabalho assalariado nos momentos de pico.

É preciso, contudo, qualificar essa parceria que assume especificidades por estar diretamente articulada à constituição do mercado de trabalho. Daí porque não se pode entendê-la, simplesmente, como na sua forma tradicional mas como uma forma de transição que tende a desaparecer com a organização do mercado de trabalho nas proximidades do perímetro. A recriação dessa parceria, ou a retenção desse parceiro, está na possibilidade da utilização da mão-de-obra familiar do parceiro, como força de trabalho extra, ficando a seu cargo o fornecimento desse diferencial de trabalho. Como a manutenção desse parceiro por todo ano incorre em mais custos, há uma tendência à sua eliminação ao surgir outra alternativa de contratação de mão-de-obra assalariada temporária. Com a constituição desse mercado, a tendência é o desaparecimento dessa forma de parceria junto a atividade irrigada.

O não entendimento do aparecimento, ou recriação, da parceria articulada ao processo de organização do mercado de trabalho, dentro e na área de influência do perímetro, pode levar a interpretações equivocadas, como por exemplo, de que a parceria é uma relação de produção arcaica, atrasada e que o seu aparecimento está associado a um retrocesso ou estrangulamento ao avanço do progresso técnico. Essa argumentação traz implícita a concepção da parceria como uma relação de produção rígida, invariável. Pelo contrário, a característica básica da parceria é a sua flexibilidade, podendo ser encontrada, ou recriada, tanto associada a formas avançadas de exploração tipicamente capitalistas, como para viabilizar a pequena produção familiar na irrigação com colonos, até que se constitua um mercado de mão-de-obra volante que forneça trabalhadores assalariados nas épocas de pico.

Diante do exposto, parece-nos bastante clara a idéia de que a parceria se impõe sempre que "falta algo" para completar essa possibilidade do controle indireto do processo produtivo integral, via trabalho assalariado. Isso, de certa maneira, também responde a nossa pergunta do porquê o parceiro não se torna assalariado. Ele não vai "para baixo" porque falta alguma coisa para que se estabeleça o controle indireto do processo de trabalho por parte do proprietário. E esse algo que falta nos remete à distinção do conteúdo dessa duas formas de organização do trabalho na agricultura, em termos do que é específica de cada uma. Por exemplo, o processo de trabalho assalariado é padronizado, especializado, controlado e fiscalizado por uma

administração centralizada, por um sistema de contabilidade, etc. O parceiro, por sua vez, não tem uma disciplina rígida de trabalho, embora possa dedicar a maior parte do seu tempo a tarefas produtivas. E enquanto permanecer a falta de alguma condição para que possa ser implantado, seja por dificuldades técnicas seja por dificuldades de escala de produção, aquele patamar necessário ao desenvolvimento de um processo especificamente capitalista baseado no trabalho assalariado, fica posta a possibilidade de recriação da parceria. E nesse sentido ela poderá assumir características diversas: num lugar falta canos, noutro pode faltar habilidade para conduzir a água, em um outro falta padronizar a altura da poda.

No limite, contudo, a superação do estágio de insuficiência das forças produtivas, nos moldes como vínhamos justificando a adoção de diversas formas de parceria, está posta com a informatização da irrigação ou, como convencionamos de chamar, com a "automação informatizada". Nesse novo patamar tecnológico torna-se possível a satisfação das necessidades de cada planta ou, dizendo melhor, passa-se a controlar individualmente o processo produtivo através de uma "máquina". E esse controle representará um salto tecnológico porque ele prescinde de diversas etapas que justificasse uma prévia padronização das condições de produção⁶, conforme discutido no

6. Com isso seria superado o limite ao avanço da grande exploração em solos aluvionais que, por sua origem, tendem a ser não-homogêneos em termos de suas características físico-químicas, constituindo-se em verdadeiras "manchas de solo". Em assim sendo,

tópico 1.3. Agora o controle da unidade do solo, da adubação, das condições fitossanitárias, etc., passa a ser feito sem a necessidade da presença daquele trabalhador habilidoso, cuidadoso ou comprometido com os resultados da produção - razões explicadoras da presença da parceria em algumas situações específicas - e que no limite, prescindem até do trabalhador desqualificado.

Essa nova conformação do processo de produção na agricultura irrigada coloca num outro patamar a resistência dos trabalhadores às condições de trabalho na Empresa Capitalista de irrigação, o que nada mais representa do que a explicitação de formas de resistência do trabalhador em se submeter ao capital. Conforme observamos no estudo de campo, apesar do avanço tecnológico atingido por esse grande capital com a automação do seu processo produtivo, ele se deparava com dificuldades para recrutar força-de-trabalho mais especializada além da resistência que a mesma apresentava ao nível local. Ora ao ser informatizada, a irrigação rompe com isso completamente ao não precisar de trabalhador nenhum, com ou sem habilidade. E com isso essa estratégia de resistência deixa de ter eficiência, inclusive ao nível da pequena irrigação que conseguir adotar essa irrigação informatizada.

O processo de homogeneização, ou padronização para obtenção de uma fertilidade média apresentava-se inviável do ponto de vista financeiro, à uma grande exploração capitalista. (Esse ponto foi levantado por Oliveira(1988) ao estudar os solos do Baixo-Âçu).

O auge dessas transformações será a substituição do trabalhador pelo robô. Mas ele não será um "trabalhador" padronizado que dará respostas típicas a situações médias. Ele terá estocado em sua memória programas que lhe possibilitarão reagir de forma diferenciada diante de situações adversas. No caso da parceria por necessidade do trabalho artesanal, por exemplo, a apropriação de informações qualitativas do saber camponês torna-lo-á semelhante ao próprio "camponês automatizado". É a explicitação de uma fase superior da automação informatizada, identificada por Benjamin Coriat⁷, na qual há uma apreensão das experiências práticas, não formais do dia-a-dia dos trabalhadores no manuseio dos meios de produção e, posteriormente, armazenadas na memória do computador.

Diante disso, o nosso entendimento é que essa irrigação computadorizada poderá estar disponível também à pequena irrigação. A possibilidade de informatização do kit de irrigação por aspersão, por exemplo, mostra que na hora em que esse equipamento estiver disponível à pequena irrigação ela poderá vir

7. Coriat (1980:150), ao discutir as fases de automatização de uma fábrica de cimento explicita, de forma didática, o modo de apropriação do saber do trabalhador, apontando como uma estratégia de avanço no processo de automatização da fábrica. Segundo o autor essa etapa consiste na apreensão das experiências vividas no dia-a-dia pelos trabalhadores que serão "inseridas na memória do computador. Em casos adversos, o computador procura se orientar à partir das experiências estocadas na sua memória". Na opinião do autor, esse estágio de informatização da automação do trabalho apresentou-se bastante superior ao momento inicial de estocagem de modelos matemáticos visando a programação do forno.

a ser informatizada. E aí aquele grande proprietário com pequena área irrigada, ou mesmo um pequeno, já podem mandar embora seu parceiro porque o seu trabalho se reduzirá apenas a coletar dados e ler gráficos. Ele voltará certamente a precisar de um trabalhador muito qualificado mas, nesse caso em vez de um parceiro será um técnico em informática que controlará o escritório central do sistema. Por enquanto essa possibilidade de informatização pode ainda não ser economicamente viável.⁸ Ou seja, o volume de recursos financeiros para aquisição do sistema informatizado é maior do que a desvalorização daqueles elementos do capital fixo necessários à implantação de um sistema apenas automatizado. Porém, isso não invalida a possibilidade que está posta.

Como desdobramento dessa situação temos que a parceria não pode continuar a ser pensada tendo como refúgio a pequena irrigação. E mais, a automação informatizada passa a ser vista como uma possibilidade de recuperação de estratégias de sobrevivência da pequena produção. Claro que essa pequena produção deve ser entendida como aquele produtor altamente tecnificado mas que tem ainda o controle direto do processo produtivo.

⁸ Shima (1991) registra que uma das estratégias de concorrência entre firmas americanas fabricantes de equipamentos de irrigação é a utilização de um painel computadorizado com programa digital. Embora o autor assinale que no Brasil essa inovação tecnológica não se estabelece enquanto concorrência industrial devido a falta de domínio da tecnologia, a experiência histórica tem demonstrado que essa lacuna tende a ser superada, também, por uma exigência de transferência tecnológica. Além do mais que, esta estratégia está associada a programas de reconversão de antigos pivôs em equipamentos de última geração.

GARRIGAS, G., 1973. Inocencia de... de vulnerabilidad. Brasilia, UNB. Tese de doutorado

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

ANDRADE, M. C., (1980). A terra e o homem do Nordeste. 4. ed. São Paulo, Ciências Humanas.

AGUIRRE, B. (Coord.) (1989). Projetos de irrigação: o custo da transformação social. São Paulo, PRONI/IPE/USP. (Relatórios de pesquisa).

BARREIRA, C., (1977). Parceria na cultura do algodão: sertões de Quixeramobim. Brasília, UnB. Tese de Mestrado (Mimeografado).

BARRETO FILHO, M. D., (1991). Sertão, ciências e empresa. O Poti, Natal, 28/04/91, cad. Cidades, Ciências e Tecnologia, p.2.

BELLUZZO, L. G. M., (1980). Valor e capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política. São Paulo, Brasiliense.

BEZERRA, M. N., (1987). A estratégia do paternalismo na parceria. Natal, Ed. Universitária.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil, (1978). Industrialização rural no Nordeste do Brasil. (Tomo II). Fortaleza.

BONETTI, L. W., (1991). Os efeitos dos investimentos públicos nas alterações de trabalho no Vale do Assu - RN. Mossoró - UFRN. (Texto preliminar). Datilografado

BRAVERMAN, H. (1987). Trabalho e capital monopolista: a degeneração do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.

CARNEIRO, R. M., (1978). Capitalismo e pequena produção na agricultura do Nordeste. Campinas, UNICAMP. (Tese de mestrado). Mimeografado.

CARVALHO, J. O., (1988). A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Campus.

CLEMENTINO, M. L. M., (1986). O maquinista do algodão e o capital comercial. Natal, UFRN-Ed. Universitária.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho Cumulada com Acordo Coletivo de Trabalho. (1990). Açu. (Mimeografado).

- CORRIAT, B., (1980). Ouvriers et automates: Proc's de travail, économie du temps et théorie de la segmentation de la force de travail. In: Usines e Ouvriers: figures du nouvel ordre productif. Paris, Maspero.
- , (1984). La Robotique. 2. ed. Paris, La Deconverte.
- CORREIO POPULAR RURAL, (1991). Computador controla irrigação e economiza água. *Com. Inter. 2/00, (Opinion)*, p. 4-5.
- DELGADO, G. C., (1985). Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, Ícone Editora/UNICAMP.
- DNOCS, (1979). Projeto Baixo-Açu: estudos de controle dos impactos ambientais e de aproveitamento múltiplo do reservatório Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. (Mimeografado).
- , (1987). Projeto Piloto Açu. Vol. I.
- DUQUE, J. G., (1980). Solo e água no polígono das secas. Mossoró, ESAM/FGD. (Coleção Mossoroense, Vol. CXLII).
- , (1980a). O Nordeste e as lavouras xerófilas. Mossoró, ESAM/FGD. (Coleção Mossoroense, Vol. CXLIII).
- FERNANDES, R.C., (1982). Dilemas do socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos agropecuários 1975, 1980 e 1985.
- FOLHA DE SÃO PAULO, (1990). Projeto de US\$ 10 mi colhe 3 vezes mais algodão no NE. 24/07, *Agrofolha*, p. G-1 e G-4.
- GAZETA MERCANTIL, (1991). Empresa goiana produz de micro portátil a sistema de irrigação. São Paulo, 01/08, *Informática*, p. 14.
- GOODMAN, D. & REDCLIFT, M., (1985). Capitalism, petty commodity production and the farm enterprise. *Sociologia Ruralis*. 25(3/4):231-247.
- GOMES DA SILVA, A. et alii, (1988). O significado da parceria na agricultura irrigada do Nordeste. Mossoró, ESAM/FGD. (Col. Mossoroens, Série C, V. CDLII).
- GOMES DA SILVA, A., (1989). A dinâmica da irrigação na região do Baixo-Açu. *Revista Terra e Sal*. Mossoró, 6(11):39-44.
- GORNAT, B. & SILVA, W.L.C., (1990). Sistema de controle e automatização da irrigação. *Irrigação e Tecnologia Moderna*. ITEM. Brasília, ABID, (41-42-43), jun/set/dez.

- GRAZIANO DA SILVA, J., (1981). Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec.
- _____, (1982). A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar.
- GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLKE, V. orgs., (1981). A questão agrária. São Paulo, Brasiliense.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et alii (1978). Estrutura e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, Hucitec.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et alii, (1982). Diferenciación campesina y cambio tecnológico: el caso de los productores de frijol en São Paulo. Campinas, UNICAMP. (2V.)
- GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.), (1989). A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste. Campinas, IE/PRONI.
- GUEDES PINTO, L. C., (1979). Notas sobre a política agrícola brasileira. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 7:193-206, Jan.
- GUEDES PINTO, L. C. & FONSECA, R. B., Orgs. (1989). Irrigação, estrutura agrária e organização dos agricultores. Campinas, IE/Fund. FORD.
- GUIA RURAL, (1991). São Paulo, Editora Abril. Água. Edição Especial, fevereiro.
- GUIMARÃES, A. P., (1964). Quatro séculos de latifúndio. São Paulo, Fulgor.
- HOFFMANN, R., (Coord.) et alii, (1985). As mudanças no processo de trabalho nas culturas de tomate envarado e rasteiro no Estado de São Paulo. FINEPE/ESALQ.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Estatísticas Cadastrais 1978 e 1984.
- KAGEYAMA, A. (1984). Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional. Campinas, UNICAMP (Tese de doutoramento). Mimeografada.
- _____, (1988). A estrutura agrária como obstáculo ao desenvolvimento do Nordeste. Campinas, FECAMP/PROINE. 157 p. (Relatório Parcial da Pesquisa A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste) Mimeografado.
- KAGEYAMA, A., & GRAZIANO DA SILVA, J., (1982). Produtividade e progresso técnico na agricultura. Campinas, DEPE/IFCH/UNICAMP. Texto para Discussão nº 212.

- KABEYAMA, A. et alii, (1987). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, Convênio IPEA-IPLAN-FECAMP (Mimeografado).
- KAUTSKY, K., (1972). A questão agrária. Porto, Portucalense Editora. 2 vols.
- LENIN, V. I., (1980). Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Brasil Debates.
- _____, (1982). O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Abril Cultural. (Os Economistas)
- LENZ, M. H., (1983). A categoria econômica renda da terra. 2. ed. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.
- LOUREIRO, M. R. G., (1977). Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar.
- MAFFEI, E. et alii, (1986). Irrigação e emprego no sertão do São Francisco. Recife, Projeto OIT/PNUD/SUDENE.
- MAFFEI, E. & SOUZA, H. R., (1987). Irrigação e emprego no Sudeste do Brasil: os casos de Guaira-Barreto (SP) e Pacatu-São Gotardo (MG). Brasília, OIT/PNUD/Ministério da Irrigação.
- _____, (1988). Emprego e renda na agricultura irrigada: o caso do arroz no Baixo Parnaíba e Baixo São Francisco. Brasília, OIT/PNDU/Ministério da Irrigação.
- MALAGODI, E., (1980). Notas sobre o processo de produção na parceria. In: Encontro Realidade Nordestina. Campina Grande, UFPB, 10 a 12 de julho, p. 200-20.
- MANN, S. A. & DICKINSON, J. M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. trad. de Zander Navarro. [s.n.t.]. (Mimeografado).
- MARTINS, P. R., (1990). Contribuição à análise da organização e da competição na indústria de irrigação por aspersão no Brasil. Rio de Janeiro, UFRRJ. (Tese de mestrado).
- MARX, K. (1980). Capital y tecnologia: manuscritos inéditos (1861-1863). México, Terra Nova.
- _____, (1982). Miséria da filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. PronPhoy. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

- , (1983). O Capital: crítica da economia política (Vol I). São Paulo. Abril Cultural.
- , (1983a). O Capital: crítica da economia política (Vol. II). São Paulo. Abril Cultural.
- , (1984). O Capital : crítica da economia política (Vol. I/2). São Paulo, Abril Cultural.
- , (1985). Elementos fundamentales para la crítica de la economía política; (borrador) 1857- 1858 (Vol 2). 10. ed. Buenos Aires, Siglo XXI.
- , (1985a). O Capital: crítica da economia política (Vol III/2) São Paulo, Abril Cultura.
- , (1986). Elementos fundamentales para la crítica de la economía política; (borrador) 1857-1858 (vol. 1). 14. ed. Buenos Aires, Siglo XXI.
- MELLO E SOUZA, A. C., (1987). Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7.ed. São Paulo, Duas Cidades.
- MELO, M. L., (1978). Regionalização agrária do Nordeste. Recife, SUDENE. (Estudos Regionais, 3).
- MIGLIOLI, J. et alii., (1985). O funcionamento da economia capitalista. Campinas, IE-UNICAMP. Mimeografado.
- MOURA, M. C. A., (1989). Terra e seca: o Estado capitalista. Natal, UFRN. (Col. Sala de Aula, 6).
- , (1991). Estado, terra e seca: a concentração fundiária no Baixo-Açu. In: A Problemática da Seca no RN. Natal, UFRN. p. 27-30. (Col. Sala de Aula, 21).
- MULLER, G., (1989). Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo, Hucitec/Educ.
- NAPOLEONI, C. (1978). Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro, Graal.
- , (1981). Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- NOVAES, J. R., (1981). Cooperativismo: acumulação e mudança. In: LOUREIRO, M. R. (org.). Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez: Autores Associados, cap. 2, p. 41-74.
- OLITTA, A. F. L., (1984). Os métodos de irrigação. São Paulo, Nobel.

- OLIVEIRA, C. A. B., (1977). Considerações sobre o furucão do capitalismo. Campinas (58), UNICAMP. (Tese de Mestrado)
- OLIVEIRA, M., (1988). Os solos e o ambiente agrícola no sistema Piranhas-Açu, RN. 2. ed. Mossoró, ESAM/FGD (Col. Mossoroense, 380).
- POSSAS, M.L., (1985). Estrutura de mercado em oligopólio. São Paulo, Hucitec.
- PRADO JUNIOR, C., (1987). A revolução brasileira. 7.ed. São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS DE SOUZA, H. et alii, (1987). Emprego, renda e excedente comercializável na agricultura irrigada do Nordeste. Recife, PIMES (Mimeografado).
- RICARDO, D. (1982). Princípios de economia política e tributação. São Paulo, Abril Cultural. (Os Economistas)
- SAG. Secretaria de Agricultura, (1988). Programa sertão-novo - irrigação. Natal, SAG. Mimeografado.
- SALM, C. L., (1980). Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense.
- SALASSIER, B., (1987). Manual de irrigação. 4. ed. Viçosa, Impr. Univ.
- SEMINÁRIO Internacional de Modernização Agrícola e Emprego: o caso do desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil. Brasília, 5-7, out/1988. Anais. Brasília, ABEAS/PRONI.
- SHINA, M.T., (1991). Formação e dinâmica recente da indústria de equipamentos de irrigação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ. (Tese de Mestrado)
- SILVA, S.S., (1981). Valor e renda da terra: (o Movimento do Capital no Campo). São Paulo, Polis.
- SILVEIRA, J. M. F. J., (1988). Impactos econômicos da irrigação: uma aproximação à questão do Nordeste brasileiro. Campinas, IE-UNICAMP. (Texto preliminar mimeografado).
- SMITH, A., (1983). A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas. São Paulo, Nova Cultural. (Os Economistas)
- STOLCKE, V., (1986). Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo, Brasiliense.
- VARGAS, N. A. O., (1987). História que o povo conta: opressão e sobrevivência. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana.

WANDERLEY, M. N. B., (1979). Capital e Propriedade fundiária na Agricultura Brasileira In: ARA12, B. J. (coord.) Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 15-40.

-----, (1985). O camponês: um trabalhador para o capital. Caderno de Difusão de Tecnologia, Brasília, 2(1):13-78, jan/abr.

WITHERS, B. & VIPOUND, S., (1977) Irrigação: projeto e prática. São Paulo, EPU. 339 p.